

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**KATERINE VANESSA FLÓREZ MEDINA**

**A HORTA COMUNITÁRIA NA CIDADE,  
UM OLHAR PARA ALÉM DOS CULTIVOS**

**Porto Alegre**

**2019**

**KATERINE VANESSA FLÓREZ MEDINA**

**A HORTA COMUNITÁRIA NA CIDADE,  
UM OLHAR PARA ALÉM DOS CULTIVOS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rumi Regina Kubo

**Porto Alegre**

**2019**

CIP - Catalogação na Publicação

Flórez Medina, Katerine Vanessa

A horta comunitária na cidade, um olhar para além dos cultivos / Katerine Vanessa Flórez Medina. -- 2019.

138 f.

Orientadora: Rumi Regina Kubo.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, , Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Agricultura urbana. 2. Horta comunitária. 3. Práticas do espaço. 4. Diversificação. 5. Agroecologia. I. Kubo, Rumi Regina, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**KATERINE VANESSA FLÓREZ MEDINA**

**A HORTA COMUNITÁRIA NA CIDADE,  
UM OLHAR PARA ALÉM DOS CULTIVOS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 14 de agosto de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rumi Regina Kubo – Orientadora  
PGDR/UFRGS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tatiana da Silva Duarte  
Agronomia/UFRGS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Flávia Charão  
PGDR/Agronomia/UFRGS

---

Prof. Dr. Fabian Scholze Domingues  
FCE/ UFRGS

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer ao Lucas, meu companheiro, porque sempre me abraçou, me animou e me motivou para seguir nos momentos de maior incerteza e confusão. Gratidão eterna! Por isso, e por toda a parceria que compartilharmos desde que a Capoeira nos juntou nesta grande Roda que é a vida.

A oportunidade de participar na Horta foi outra grande fonte de aprendizagens para mim neste tempo vivido em Brasil, me sinto muito agradecida por participar deste processo e por compartilhar e ter a oportunidade de conhecer pessoas tão maravilhosas neste tempo vivenciado ali. Especialmente quero agradecer a Lourdes, mulher pela qual sinto grande admiração, por acolher a minha presença e a minha pesquisa. A Cristiane, pela sua generosidade e alegria, a Flavio pelo seu apoio e confiança, e a todas as mulheres incríveis e guerreiras com as que comparti neste lugar, meus mais sinceros sentimentos de gratidão!

Agradeço muito a paciência e compreensão da Rumi, cheguei várias vezes na sua sala com uma reviravolta de ideias e emoções e ela sempre foi compreensiva, admiro muito a imensa bagagem de conhecimentos e sabedoria que ela tem e agradeço o saber que ela compartilhou comigo, a oportunidade de ter sido minha orientadora.

Também agradeço muito às pessoas que fazem possível o PGDR a oportunidade de participar desta construção coletiva tão potente e vital, foram muitas as inquietações e aprendizados que levo para minha vida deste tempo de mestrado. E também pelo apoio recebido para possibilitar a continuidade do meu mestrado.

Sem dúvida, sem o apoio da minha mãe, meu irmão e meu pai isto não teria sido possível, sempre grata pela confiança, incentivo e apoio nos meus projetos e escolhas.

Agradeço à dança por me fazer sentir viva e lembrar-me sempre de colocar leveza à vida e às emoções. Outra força e apoio muito importantes foram da amizade das minhas colegas do mestrado, a minha paisana Johana, a Carol, Luana, especial gratidão pelo apoio neste momento de escrita.

Muchas gracias! Gracias de corazón!

*Lo que puede el sentimiento no lo ha podido el saber Ni el  
más claro proceder, ni el más ancho pensamiento.  
Todo lo cambia al momento cual mago condescendiente  
Nos aleja dulcemente de rencores y violencias  
Solo el amor con su ciencia nos vuelve tan inocentes.  
Violeta Parra (1966)*

## RESUMO

Cultivar uma horta na cidade é uma prática que acontece desde a existência das cidades, e desde então, tem tido diversas funções e significados, sendo às vezes feita para dar suporte em tempos de crises e transformações sociais, em outras ocasiões, para oferecer um espaço para o lazer e a saúde, e também, como uma expressão dos ativismos urbanos. Hoje, depois do percorrido dessas múltiplas trajetórias, se constitui como um fenômeno social diverso e dinâmico, que atende às mais diversas causas e se configura de forma particular em cada contexto que ela emerge. Estamos situados num momento da história em que cada vez mais surgem mais questionamentos sobre os valores e modos que sustentam nossa vida como sociedade. O vertiginoso fluxo de informações sobre as crises ambientais e políticas têm influenciado na criação de um senso comum sobre a necessidade de construir alternativas. Nesse contexto, a agricultura urbana tem sido concebida como uma de estas formas de fazer alternativo que poderiam contribuir na melhoria de nosso bem-estar como sociedades e naturezas entrelaçadas. Nesta dissertação desenvolvo um estudo qualitativo da agricultura urbana entendido como fenômeno socioambiental contemporâneo, a partir do estudo de caso da Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, Brasil. Com este estudo pretendo criar algum efeito na compreensão deste como um processo composto por heterogeneidade e redes, nas que se criam possibilidades para fazer outros modos de viver. Este processo de construção evidencia algumas questões relacionadas às confrontações e possibilidades que derivam do fazer uso comunitário e coletivo dos espaços públicos urbanos, num contexto que tem priorizado a função econômica do espaço sobre a social. Porém, mesmo que esta visão reducionista sobre o urbano possa representar entraves para o desenvolvimento das atividades de agricultura urbana comunitária e coletiva, apresenta se aqui a existência de modos de fazer numa escala micro, que mobilizam os recursos e redes que possibilitam a permanência dessa expressão da agricultura nas cidades

**Palavras-chave:** Agricultura urbana. Horta comunitária. Práticas do espaço. Diversificação. Agroecologia.

## RESÚMEN

Cultivar una huerta en la ciudad es una práctica cuya existencia puede considerarse desde la creación de las ciudades. Desde entonces, esta ha tenido diversos significados y se ha realizado para atender a diversas funciones. Así, a veces esta se ha desarrollado para dar soporte en tiempos de crisis y transformaciones sociales, en otros contextos, ha ofrecido un espacio para el ocio y la salud, y más recientemente, ha sido una forma de expresión de activismos urbanos. Actualmente, después de estas múltiples trayectorias recorridas, se constituye como un fenómeno social diverso y dinámico, que atiende a las más diversas causas y se configura de forma particular según las condiciones del contexto en el que esta emerge. Así, nuestro presente nos sitúa en un momento de la historia en el que cada vez surgen más cuestionamiento sobre los valores y modos que sustentan nuestra vida como sociedad. El vertiginoso flujo de informaciones sobre las crisis ambientales y políticas ha influenciado en la creación de un sentido común sobre la necesidad de construir alternativas. En este contexto, la agricultura urbana ha sido concebida como una de esas formas de construir alternativas, que podrían contribuir para mejorar nuestro bienestar como sociedades y naturalezas entrelazadas. Para esta disertación realicé un estudio cualitativo de la agricultura urbana como fenómeno contemporáneo, a partir del estudio de caso de la Huerta Comunitaria da Lomba do Pinheiro en Porto Alegre, Brasil, apuntando con este, a generar algún efecto en la comprensión de este fenómeno como un proceso conformado por heterogeneidades y redes en las que se crean posibilidades para hacer otros modos de vivir en sociedad. Este proceso de construcción pone en evidencia algunas cuestiones relacionadas a las confrontaciones y posibilidades que derivan del hacer uso comunitario y colectivo de los espacios públicos urbanos, en un contexto que ha priorizado la función económica del espacio, sobre la social. Sin embargo, aunque esta visión reduccionista sobre lo urbano pueda representar desafíos para el desarrollo de actividades de agricultura urbana comunitaria y colectiva, aquí se presenta la existencia de modos de hacer en una escala micro, en la que se movilizan recursos y redes que hacen posible la permanencia de esta expresión de la agricultura en las ciudades.

**Palabras clave:** Agricultura urbana. Huerta comunitaria. Prácticas del espacio. Diversificación. Agroecología.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cartazes dos programas de incentivo à participação das mulheres nos programas de agricultura como ato de patriotismo em tempos de guerra.....	21
Figura 2 - Selo do Programa de Agricultura Urbana do MDS .....	37
Figura 3 - Representação gráfica das interações da agricultura urbana com o ecossistema urbano elaborada por Mougeout (2000) .....	41
Figura 4 - Caracterização da população do bairro Lomba do Pinheiro apresentada no informe Desafio Porto Alegre Resiliente .....	47
Figura 5 - Localização geográfica de Porto Alegre em América do Sul, e localização do bairro Lomba do Pinheiro em Porto Alegre.....	50
Figura 6 - Taxa de crescimento de população de Rio Grande do Sul por situação de domicílio. 61	
Figura 7 - Foto de cartaz exibido na versão do ano 2019 da Caminhada anual em comemoração ao Dia Mundial da Água no dia 22 de Março na Horta .....	66
Figura 8 - Regiões de Planejamento (Macrozonas em destaque) do PPDUA, 1999.....	72
Figura 9 - Bacia do Arroio Taquara e área da Horta Comunitária dentro da Bacia do Arroio Taquara.....	75
Figura 10 - IV Pré Erga sul na Horta Comunitária Lomba do Pinheiro. A Horta como local de diversas atividades que aportam na construção do bem comum, neste caso a difusão da agroecologia.....	84
Figura 11 - Localização da Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro. Na primeira imagem a estrutura do Centro Cultural abandonado. Na imagem do meio, o caminho para o ingresso na Horta. Na imagem inferior, a localização da Horta no terreno de 4 hectares propriedade da prefeitura de Porto Alegre. ....	87
Figura 12 - Mapa de rede de atores relacionados à Horta Comunitária Lomba do Pinheiro ...	100
Figura 13 - Imagens do espaço e localização da Horta da Formiga, ubicada no centro Histórico de Porto Alegre, Brasil.....	110
Figura 14 - Canteiros para a plantação de hortaliças na Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro.....	113
Figura 15 - Hibiscoterapia, preparação dos hibiscos, na foto se relata o processo de tirar o caroço, realizado por diversos participantes de forma coletiva e voluntária, durante os meses de março, abril e maio. Na maioria das vezes participam pessoas do bairro e idosos (os) .....	119
Figura 16 - Viveiro das mudas produzidas na Horta, sempre é usado material reciclado, principalmente caixas de leite. Nesta atividade, os estagiários fazem uma contribuição	

importante ao processo de fazer as mudas.....	119
Figura 17 - Preparação dos ingredientes para a fabricação do xarope antigripal, cortar o corações de bananeira e o mamão verde, separar a quantidade requerida de folhas de plantas como guaco, agrião, salva-da-tosse, violeta de jardim, manjerona, folha de morango, poejo .....	119
Figura 18 - Na foto se retratam as panelas nas que é realizada a preparação do xarope para a gripe, a qual é feita a partir de uma mistura de diversas plantas .....	121
Figura 19 - Garrafas de xarope para a gripe, estas são recicladas e recebidas por doação, o processo de embasar o xarope e o etiquetado é feito de forma coletiva numa oficina que dura um dia e que realizada nas temporadas de inverno.....	122
Figura 20 - Na foto um dos almoços que são realizados principalmente nas terças feiras, nestes são usadas hortaliças e temperos coletados na Horta.....	122
Figura 21 - Registro fotográfico do dia que a Assembleia Legislativa aprovou por unanimidade o projeto de lei que criou a Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana no Rio Grande do Sul PL 116-2018. Na foto algumas pessoas que apoiam da Horta Comunitária e que assistiram este dia.....	125
Figura 22 - As hortas urbanas comunitárias desde a perspectiva da artista Lucy Everitt .....	128

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHCCH	Associação de Hortas Coletivas do Centro Histórico
AEII	Área Especial de Interesse Institucional
APAN	Área de Proteção do Ambiente Natural
AU	Agricultura Urbana
AUP	Agricultura Urbana e Periurbana
CAD	Centro Agrícola Demonstrativo
CCF	Cidades Cultivando Futuro
CEPAR	Centro de Estudos de Producciones Agroecológicas
CEVAE	Centro de Vivência Agroecológica
CPCA	Centro de Promoção de Crianças e Adolescentes São Francisco de Assis
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centros de Referências Especializados de Assistência Social
DMAE	Departamento Municipal de Água e Esgoto
DMLU	Departamento Municipal de Limpeza Urbana
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación
FRACAVI	Federação das Associações de Moradores de Bairro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDRC	International Development Research Centre du Canada
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
NASF	Núcleo de Apoio a saúde da família
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
PANCS	Plantas Alimentícias Não Convencionais
PICS	Práticas Integrativas e Complementares
PGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
PMPA	Prefeitura Municipal de Porto Alegre
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RUAF	Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security

SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SASE	Serviço de Apoio Socioeducativo
SDR	Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo
SMAAB	Secretaria Municipal de Abastecimento e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SMIC	Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio SMOV _ Secretaria Municipal de Obras e Viação
SUS	Sistema Único de Saúde
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UTC	Unidade de Triagem e Compostagem

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>RECONHECENDO O TERRITÓRIO DA AGRICULTURA URBANA</b> .....	<b>17</b>
2.1	UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO DA AGRICULTURA URBANA.....	18
2.2	AGRICULTURA URBANA NA ATUALIDADE: REDES E COLABORAÇÕES .....	23
2.3	ENTRE O LOCAL E O GLOBAL: A REDE DA AGRICULTURA URBANA EM CONTEXTO .....	34
<b>2.3.1</b>	<b>Um olhar panorâmico da Agricultura Urbana em Porto Alegre</b> .....	<b>39</b>
<b>3</b>	<b>PREPARANDO O TERRENO: INTERAÇÕES URBANO-RURAIIS QUE CONFIGURAM O BAIRRO LOMBA DO PINHEIRO</b> .....	<b>46</b>
3.1	O BAIRRO LOMBA DO PINHEIRO, PORTO ALEGRE, RS .....	46
3.2	CONFIGURAÇÃO HISTÓRICA DO BAIRRO À LUZ DO ÊXODO RURAL, A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E A AGROECOLOGIA.....	51
<b>3.2.1</b>	<b>A alternativa agroecológica frente à modernização agrícola</b> .....	<b>52</b>
<b>3.2.2</b>	<b>Agricultura urbana como política de assistência social: configuração de uma periferia urbana e êxodo rural</b> .....	<b>55</b>
3.3	SOBRE AS ORIGENS DO BAIRRO LOMBA DO PINHEIRO.....	59
<b>3.3.1</b>	<b>Construção dos processos de organização comunitária e as conquistas coletivas para habitar a cidade</b> .....	<b>62</b>
<b>3.3.2</b>	<b>Novas pautas que emergem com a abertura à democracia</b> .....	<b>67</b>
<b>4</b>	<b>TRAJETÓRIAS E RELATOS NA HORTA COMUNITÁRIA: REDES, COMUNIDADE E RESILIÊNCIA</b> .....	<b>78</b>
4.1	ELEMENTOS CONCEITUAIS QUE CONTRIBUEM NA COMPREENSÃO DA AGRICULTURA COMUNITÁRIA URBANA.....	78
4.2	ALGUNS RELATOS DE VIDA QUE FALAM SOBRE A HORTA COMUNITÁRIA LOMBA DO PINHEIRO .....	84
4.3	SOBRE O FAZER AGRICULTURA NO ESPAÇO URBANO.....	100
<b>4.3.1</b>	<b>Demarcações no espaço urbanas e táticas para a permanência</b> .....	<b>108</b>
<b>4.3.2</b>	<b>Interações e heterogeneidade no fazer e resistir da agricultura na cidade</b> .....	<b>115</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>129</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>132</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*Eu venho aqui porque eu gosto!* Diz sempre dona Célia, uma mulher de 85 anos que participa das atividades na Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro. Pode parecer algo simples e até óbvio, mas se entendemos esta num contexto mais amplo, dando espaço a que as heterogeneidades e as trajetórias dos lugares e das pessoas possam emergir, encontramos neste lugar, da Horta, um espaço de convergência da expressão de múltiplos interesses, os quais no plano de fundo têm uma mesma questão: a procura de alternativas para fazer, estar junto e aprender. Uma reflexão que ficou em mim a partir da minha experiência como voluntária deste projeto coletivo, foi o perceber o quão desafiador pode ser fazer persistir um espaço aberto à heterogeneidade e a transformação constante. Num contexto, no qual estes tipos de processos coletivos não são integrados dentro da lógica do desenvolvimento expressa, tanto no urbano como no rural. Fazer agricultura urbana comunitária é um ato múltiplo que subverte os códigos formais da ocupação do espaço urbano, no que se priorizam modos de uso e sentidos que tradicionalmente têm sido atribuídos como próprios do urbano, como são os projetos imobiliários, edifícios altos, construção de indústrias, vias, shoppings, e todo tipo de infraestrutura que caracteriza as representações mais comuns sobre o que é a cidade. Se você busca a primeira imagem que vem na sua cabeça quando pensa numa cidade, o que vem primeiro? Uma imagem de prédios amontoados e trânsito massivo de carros? Casas com jardins e pessoas caminhando com seus cachorros na rua? Uma lembrança de uma rua da sua infância? É possível que exista uma ampla diversidade de respostas, mas não deve ser muito comum uma imagem em que se entrelaçam prédios com áreas cultivadas.

Mesmo que nossas vidas sejam possíveis pela interação permanente entre as cidades e o rural, e a sociedade e a natureza, existe a concepção de que estas são dualidades opostas. Esta dualidade tem efeitos concretos em diversos aspectos da vida em sociedade como é, por exemplo, a falta de um reconhecimento efetivo de agricultores e agricultoras urbanas na pauta da política de gestão territorial e planejamento urbano, e/ou a omissão dos aportes que esta atividade, quando for baseada na produção orgânica ou agroecológica, pode fazer para a construção de entornos de vida urbanos mais sustentáveis. Nesta dissertação será apresentado um estudo de caso a partir do qual desenvolvem-se algumas reflexões sobre a forma em que estas interações entre o rural e urbano incidem na criação de iniciativas de agricultura nas cidades, e as oportunidades e limitações que configuram o desenvolvimento desta atividade.

A agricultura urbana constitui-se a partir de uma trajetória na qual tem tido diversos desdobramentos na sua função e significado atribuídos, assim, em alguns casos como nos

contextos de pós-guerras, a agricultura urbana serviu para dar suporte à população durante estes períodos de crises em que se precisava priorizar os recursos para a guerra. Nos países denominados em desenvolvimento, esta atividade tem servido aos diferentes níveis de governo e organizações internacionais, como uma estratégia de desenvolvimento destinada às populações de baixa renda, para gerar oportunidades de emprego e melhorar a segurança alimentar. Também tem sido uma forma em que os movimentos urbanos e comunidades têm expressado reivindicações de modos alternativos de habitar nas cidades, seja de forma autônoma ou em aliança com políticas públicas que apoiam a construção coletiva e participativa deste tipo de espaços nas cidades. Neste sentido, as iniciativas de agricultura urbana podem ser entendidas como uma expressão local de questões de escala global (VISO; CASADEVANTE; MORAN, 2017).

Dentro das múltiplas possibilidades que tem a realização de pesquisas sobre agricultura urbana, escolheu-se aqui compreender os processos que incidiram na criação da Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro, Porto Alegre, RS, e o que possibilitou sua persistência até hoje de forma a contribuir para as reflexões sobre as interações entre desenvolvimento rural e o contexto urbano. Para atingir este objetivo, se estabeleceram três objetivos específicos: descrever o processo de constituição do campo de estudos que consolidou a agricultura urbana como objeto de estudo; analisar as dinâmicas urbano-rurais que incidiram na configuração do território no qual se encontra localizada a Horta; e entender a trajetória da Horta à luz das experiências de vida relatadas pelos participantes.

Esta pesquisa tem um enfoque qualitativo baseado no método do estudo de caso, segundo Stake (2000), este é entendido como o estudo da particularidade e complexidade de um único caso, chegando a compreender a sua atividade dentro de circunstâncias importantes. Tendo em conta o que foi salientado antes sobre os lugares da agricultura urbana como espaços locais nos quais se expressam questões mais amplas e até globais, foi considerado que esta abordagem metodológica oferece um método ajustado para a concepção do fenômeno da agricultura urbana que se considerou neste estudo. As técnicas de coleta de dados utilizadas foram a observação participante, entrevistas estruturadas e a revisão de documentações próprias da horta, documentos institucionais e textos acadêmicos sobre a temática.

A minha aproximação com o pessoal da Horta se deu a partir da minha participação numa roda de diálogo no PGDR, chamada: “Alimentos Saudáveis no Campo e na Cidade: a Agricultura Urbana”, que ocorreu no dia 24 de novembro de 2017. Nesta, se apresentaram as experiências da Associação das Hortas Coletivas do Centro Histórico (AHCCH), da Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro e da Horta da Escola Porto Alegre (EPA). Destas

experiências, eu só conhecia previamente a Horta da EPA, a qual tinha visitado no ano de 2016 quando foi realizada neste local uma atividade do Grupo de Extensão da Faculdade de Educação da UFRGS “Geringonça: pedagogias da diferença, ecologias de vida”, coordenado pela professora Daniele Noal.

Neste encontro, depois de escutar os relatos das três experiências, me interessei muito pela Horta Comunitária da Lomba, e imediatamente depois da roda combinei com eles de conhecer a Horta na semana seguinte. Desta experiência, chamou-me a atenção na fala da Lourdes a grande força, quando relatou os diferentes entraves que tiveram que contornar para fazer persistir a Horta até hoje no lugar que ela existe. E de como isso tinha sido possível em função do apoio da comunidade e de diversos simpatizantes desta horta comunitária. Eu quis conhecer como isso tinha sido possível, e assim começou o processo de construir esta pesquisa. Desde dezembro de 2017, me integrei à Horta participando como voluntária. Durante o meu trabalho de campo na Horta no ano de 2018, fiz visitas semanais, participando das diversas atividades realizadas, para assim compreender, a partir da observação e das conversações, como era a lógica de funcionamento deste processo. Com a minha participação nestas atividades, fui conseguindo entender as diferentes redes e pessoas que apoiam, participam e compõem a comunidade da Horta, assim como também, a forma em que esta interage com um público mais amplo do que esta comunidade, e que traz questões globais, relacionadas à agroecologia, ambientalismo, cuidado autônomo da saúde e a alimentação saudável. Também acompanhei alguns dos encontros do Fórum Estadual de Hortas criado para construir, e posteriormente, para divulgar a política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana. A participação neste espaço me possibilitou dimensionar a capacidade de incidência deste processo comunitário na esfera das instituições do poder público, temática sobre a qual aprofundarei no terceiro capítulo. A seleção das pessoas que foram entrevistadas foi feita a partir da compreensão da dinâmica de funcionamento com a minha progressiva participação nas atividades na Horta, assim, na medida em que ia entendendo a rede de colaboradores que compõe este processo coletivo, como a EMATER, a UFRGS, o Centro de Promoção da Criança e Adolescente e o Fórum de Hortas, fui marcando entrevistas com as pessoas destas instituições que participavam da Horta. Previamente ao início dos trabalhos, a proposta foi submetida à anuência dos participantes da Horta, em uma reunião de apresentação da proposta e solicitação de sugestões, em que estavam presentes: Flávio, Cristiane, Lourdes, alguns voluntários e voluntárias, além da orientadora do trabalho, a professora Rumi Kubo.

A revisão de documentos teve dois eixos, um foi demarcado pelos documentos

institucionais e estudos acadêmicos relacionados à agricultura urbana, e o outro, pela revisão de investigações que me permitiram entender o processo de configuração territorial do bairro Lomba do Pinheiro, onde se localiza a Horta. Era importante ter esta compreensão histórica do bairro, porque me permitiria compreender a relação das interações urbano- rurais com a construção da Horta, já que este bairro foi construído progressivamente pelas populações que chegavam a Porto Alegre como consequência do êxodo rural. Em função do qual, foi constituída uma reconhecida trajetória de organização comunitária neste bairro.

Esta dissertação se divide em três capítulos, no primeiro capítulo, estabelece um marco contextual com algumas considerações pertinentes para se entender onde está situada a Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro dentro do universo da prática da agricultura urbana. Isso a partir de algumas concepções mobilizadas por pesquisadores sobre temática e pelos organismos multilaterais que a incentivam, como a FAO e a ONU. Trata-se de um conceito que ainda está em construção e que é modificado segundo as necessidades e características do contexto, como acontece no caso da delimitação do que é a agricultura urbana desde as políticas públicas. A compreensão da agricultura urbana como fenômeno contemporâneo abrange também um trajeto histórico que alguns pesquisadores têm reconstruído (SMIT *et al*, 1996; MOUGEOUT, 2000; MORAN, 2011; ZAAR, 2011;

RITCHER, 2013). Assim, apresentarei alguns contextos em que se têm expressado iniciativas de agricultura urbana no mundo e na Latinoamérica, para finalmente chegar numa panorâmica da agricultura urbana no Brasil e Porto Alegre.

O segundo capítulo apresenta o lugar no qual se localiza o estudo de caso da Horta, abordado nesta dissertação. Apresentam-se aspectos da configuração sócio-histórica do bairro Lomba do Pinheiro desde a década de 1940, onde se situa a Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro. Sendo significativo compreender que esta iniciativa se entrelaça com um processo de lutas sociais que tem caracterizado a história do bairro Lomba do Pinheiro. O bairro relaciona-se com a transformação dos territórios rurais por conta da expansão urbana e da modernização da agricultura a partir da introdução da revolução verde. Após o período de redemocratização no final da década de 1980, dá-se abertura para a consolidação de pautas que questionavam o modelo de sociedade moderno, que para este caso, expressam-se em fatos como o posterior desenvolvimento da Horta Comunitária. Iniciativa urbana que, ao ser criada a partir dos princípios da agroecologia, traz questionamentos tanto ao modelo de desenvolvimento rural, quanto ao urbano.

O terceiro capítulo traz uma caracterização geral da Horta, enfatizando os principais eventos da sua trajetória e os processos coletivos de ações e interações que lhe compõem e

que têm sido fundamentais para o desenvolvimento deste projeto num espaço urbano construído a partir da dualidade entre o rural e urbano. Na compreensão da Horta comunitária como fenômeno social contemporâneo, buscou-se ancoramento na concepção de espaço que traz Michel de Certeau (2011), a partir do conceito de práticas do espaço. Portanto, o estudo de caso em torno ao qual se desenvolve esta pesquisa, tensiona e problematiza a partir dos aspectos relacionados com a configuração de um processo coletivo expresso numa espacialidade particular, a Horta. A qual tem uma singularidade socioterritorial que está configurada a partir de práticas diversificantes baseadas na construção coletiva de um bem comum. Esta diversificação é pensada à luz de reflexões de autores que questionam a concepção da relação entre rural e o urbano, e a sociedade e a natureza como oposições. Neste entendimento, autores como Wanderlei (2006) e Carneiro (1998) levantam questões relacionadas com as interações urbano-rurais. Sobre a oposição entre natureza e sociedade a proposta de Swygedouw (2009) traz luzes para repensar a cidade como um híbrido, salientando a necessidade de superar as formações binárias de “natureza” e “sociedade”, para desenvolver uma nova perspectiva que considere a rede de processos entrelaçados. O capítulo finaliza analisando os entraves que a falta de reconhecimento institucional da agricultura urbana gerou no caso da Horta e as táticas e ações que foram mobilizadas para contornar-lhos.

## 2 RECONHECENDO O TERRITÓRIO DA AGRICULTURA URBANA

As temáticas ambientais são simpáticas para uma ampla diversidade de pessoas. É raro alguém não concordar com o fato de que temos que fazer algo para melhorar a qualidade do meio ambiente, mas no momento de desenvolver uma atividade concreta são poucos os que passam do verbo à ação. Isto acontece com a agricultura urbana, poucas pessoas discordam com a ideia de cultivar mas vegetação dentro das cidades, mas não são muitas as que decidem pegar a enxada, pá, sementes e terra, e vão procurar um canto para plantar dentro da cidade ou até em casa. E são ainda menos, as que fazem da agricultura na cidade uma atividade dentro da rotina pelo menos semanal. Tendo em consideração que estamos num contexto mundial com tendência ao crescimento urbano, segundo as projeções das Nações Unidas, atualmente, 54% da população mundial vive em cidades, e a expectativa é que em meados deste século esse percentual suba para 66% (ONU-HABITAT, 2016). Podemos vislumbrar a relevância de entender e fortalecer as iniciativas que estão aportando esforços para o melhoramento da qualidade de vida nas cidades, como é o caso da agricultura urbana.

A agricultura urbana pode ser tão antiga quanto as cidades, porém ela tem se transformado segundo as necessidades e interesses do contexto no que emerge e com o que interage (MOUGEOUT, 2001). No entanto, com este enquadramento, como objeto de políticas públicas e de pesquisas acadêmicas, se manifesta a partir da década dos anos 80. E na continuidade, passa a ser considerada como uma ferramenta para fortalecer a segurança alimentar das populações pobres das cidades e dos países em desenvolvimento. A agricultura urbana tem sido associada principalmente a sua funcionalidade no abastecimento alimentar para populações carentes em tempos de crises. No entanto, no seu percurso tem se expressado através de uma diversidade de funções que vão além da produção alimentar, adquirindo novos sentidos como espaço de lazer, saúde, ambientalismo e educação nas urbes contemporâneas. Por isso será preciso fazer algumas considerações sobre a definição do conceito da agricultura urbana, para logo abordar o caso da Horta Comunitária, objeto de análise desta dissertação.

Nesta primeira seção, apresentarei algumas considerações pertinentes para entender onde está situada a Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro dentro do universo da prática da agricultura urbana. Isso a partir de algumas definições de pesquisadores e pesquisadoras desta temática e pelos organismos multilaterais que a incentivam, como a FAO.

A compreensão da agricultura urbana como fenômeno contemporâneo, abrange também um trajeto histórico que alguns pesquisadores têm reconstruído (SMIT *et al.* 1996; MOUGEOUT, 2000; MORAN, 2011; ZAAR, 2011; RITCHER, 2013). Assim, começarei

por um breve relato sobre os principais contextos em que se tem expressado iniciativas de agricultura urbana no mundo e na Latinoamérica. Faço o esclarecimento de que não é minha pretensão nesta dissertação chegar numa definição definitiva ou debater a eficiência dos diferentes significados atribuídos a esta prática, e sim trazer alguns elementos a partir dos quais busco contextualizar a compreensão do fenômeno da agricultura nas cidades na atualidade.

## 2.1 UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO DA AGRICULTURA URBANA

Os estudos sobre a história da agricultura urbana (AU), normalmente, fazem uma revisão da presença desta prática nas cidades europeias e Estados Unidos (ATTIANI, 2011; LOVO, 2011; MORÁN, 2011; ZAAR, 2011). A referência às cidades dos países denominados como periféricos, emerge a partir da transformação da agricultura urbana numa política social ligada às políticas e programas desenvolvimentistas, com exceção do caso em Cuba. Investigadores como Zaar (2017) tem uma compreensão sobre as origens da agricultura urbana que abrange tempos da Grécia clássica, da antiga Roma e dos impérios do Egito com a presença de jardins nos palácios e de plantios de flores, árvores e hortaliças nas casas dos aglomerados urbanos. Na idade média, Zaar (2017) traz a presença de hortas com plantas medicinais e hortaliças nos mosteiros e os jardins renascentistas italianos e franceses nos centros das cidades, como um antecedente a ser considerado na reconstrução das origens da agricultura urbana. Outro momento que Zaar (2011) retoma são as viagens interoceânicas que marcaram a expansão das colônias europeias, e com isso a descoberta de plantas exóticas que fomentaram a criação de jardins- horta aclimatados. Estes, posteriormente no século XVIII, foram transformados em laboratórios de pesquisa associados às universidades, e logo em jardins botânicos. Como exemplos, podemos citar o caso do jardim mais antigo criado pela prefeitura de Amsterdã, em 1638, para cultivar plantas provenientes das Índias Orientais, e no caso do Brasil, com a chegada da família real em 1808, a criação do Horto Real, que em 1822 seria denominado como Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Para Ritcher (2013) a agricultura urbana remonta ao tempo das primeiras cidades industriais na Europa com a criação de hortas de caráter produtivo e assistencial no final do século XIX e começo do XX. Estas hortas foram denominadas de *Poor Gardens*, pois se ofereciam como uma estratégia para dar sustento às populações que migravam do rural para as nascentes indústrias urbanas na procura de melhores oportunidades. Também tinham um objetivo de caráter moral, ao ser promovida como uma estratégia para controlar os

trabalhadores mantendo-os afastados do nascente movimento obreiro e do trabalho autônomo, através de medidas como o controle do tamanho das hortas e a proibição da venda do que era produzido (MORÁN, 2011). No caso de França, a criação de hortas de obreiros foi iniciativa de sacerdotes no ano de 1886 e na e Bélgica, no ano de 1910. Com sua criação pretendia-se afastar os trabalhadores das tabernas e mantê-los perto da vida familiar. No caso do Reino Unido no final do século XIX, se cria a primeira lei para obrigar as autoridades locais a proporcionar terrenos de cultivo para os obreiros (MORÁN, 2011). Na Alemanha no ano 1864 surge a que é considerada a primeira associação de hortas conhecidas como *Schrebergarten*, esta foi criada para reivindicar jardins nas cidades, ao serem consideradas como espaços de jogo e educação. Isso seguindo as ideias do doutor Moritz Schreber, quem promovia a atividade física das crianças nos jardins como parte da sua controvertida proposta para tratar as consequências sociais da urbanização (RICHTER, 2013). Segundo esta pesquisa do Morán (2011), na Alemanha, parece ser o único caso, no contexto europeu, em que se registra uma utilidade da agricultura urbana que vai além do abastecimento alimentar, tendo uma utilidade relacionada ao ócio e saúde.

Lovo (2011) traz alguns elementos da história das cidades para compreender o trajeto histórico da AU. Nesta perspectiva considera-se que frente ao intenso êxodo rural na França e Inglaterra no final do século XVIII, gerado pela industrialização, emergem questões sobre os espaços verdes e produtivos dentro das cidades. Isso, como uma medida para melhorar a situação de salubridade e precariedade das condições de moradia destas populações nos centros urbanos. Pois a burguesia que já usufruía da riqueza do crescimento industrial, tinha sua moradia nas periferias das cidades, nas que já tinham zonas naturais. Essa proposta de planejamento urbano foi chamada como Cidades-Jardim, com a qual se pretendia manter uma continuidade entre o campo e a cidade para garantir assim uma melhoria no padrão de vida (LOVO, 2011, p. 44).

No começo do século XX, atendendo às situações de precariedade que se viviam nos centros urbanos dos Estados Unidos após as crises econômicas, a agricultura urbana também ofereceu um alternativa para garantir a subsistência das populações afetadas. De acordo com Moran (2011), um exemplo é o caso do prefeito de Detroit, H.S Pingree, quem criou após da depressão econômica de 1893, um programa para ceder terrenos vazios da cidade aos desempregados e imigrantes poloneses e alemães para serem cultivados em sua maior parte por batatas, os quais foram conhecidos como *Pingree Potato Patches*<sup>1</sup>. A experiência foi

---

<sup>1</sup> Apesar de não atingir todos os desempregados, o programa teve um sucesso relativo. Em 1894, 975 famílias arrecadaram US \$ 14.000 em cultivos em 430 acres de terra. Em 1897, o programa em Detroit atingiu o seu

replicada em outras cidades, e posteriormente, como medidas frente à Grande Depressão, em 1929, foi recriada, mas agora com o nome de *Relief Gardens* (hortas da emergência).

Durante a primeira metade do século XX, a agricultura urbana continuou sua expansão pelas cidades europeias e norte-americanas e teve uma redefinição no meio do contexto das duas guerras mundiais. Esse contexto bélico gerou dificuldades para importar alimentos, pois se priorizou o uso do transporte para mobilizar os insumos requeridos para a manutenção das tropas, como armas e comida. De tal forma que foi preciso gerar novas formas de abastecimento onde a agricultura fosse localizada em lugares próximos às urbes. Assim tanto na Europa como nos Estados Unidos, se criaram programas para incentivar o cultivo de alimentos nos centros e nas periferias das cidades, estas hortas foram conhecidas como *War Gardens*<sup>2</sup> (MORAN, 2011). Na Itália frente à escassez de comida resultante da segunda guerra mundial, se estabeleceu por lei a autorização para cultivar dentro das cidades em áreas públicas e privadas (ATTIANI, 2011). No Reino Unido, chegou-se a implantar 1.750.000 de hortas alugadas (*allotments*); logo entre a primeira guerra mundial até 1945 se considera que foram ocupados todos os espaços urbanos disponíveis para plantar (CAMPBELL, 2009<sup>3</sup> *apud* MORAN, 2011).

Em síntese, neste período<sup>4</sup> as hortas urbanas tiveram um caráter patriótico (Ver figura 1) como o caso dos “*Liberty and Victory Gardens*”, em Estados Unidos, sendo usadas como um recurso importante para dar apoio às economias de guerra, através do incentivo da produção dos alimentos de forma local e aproveitando ao máximo os recursos e espaços disponíveis. Estima-se que no ano de 1943, 40% das frutas e vegetais consumidos nesse país foram produzidas em hortas escolares, comunitárias e familiares (ZAAR, 2011). Além desta função de apoio em tempos de crises pós-guerra, a prática da AU neste período também

---

pico, com 1563 famílias participando, antes de diminuir em 1901, à medida que as condições econômicas melhoravam. (PATCHES... 2019)

<sup>2</sup> O governo federal incentiva três programas: Hortas para a Libertade (*Liberty Gardens*), as milícias das hortas escolares (*US School Garden Army*) e as milícias de mulheres (*Woman’s Land Army of America*). Estas milícias feminina reuniram entre 15.000 a 20.000 cidadãs (mais de 2 milhões na Segunda Guerra Mundial), a maioria eram mulheres jovens e solteiras de classe média e com estudos superiores, que seriam conhecidas como as *farmerettes*. (MORAN, 2011)

<sup>3</sup> CAMPBELL, M. 2009. A survey of allotment waiting lists in England. Ed. Transition Town West Kirby y National Society of Allotment and Leisure Gardeners.

<sup>4</sup> Um aspecto que resalto nesta pesquisa histórica desenvolvida pelos autores até aqui citados é o referente ao papel da mulher. No caso de Inglaterra e Estados Unidos na primeira guerra mundial, aparece o caso das mulheres que assumiram nos campos de cultivo, o lugar que deixaram os homens que foram compor as tropas para a guerra. No caso de Estados Unidos se tratava de mulheres de classe média com estudos universitários que tinham as condições de fazer os pagamentos requeridos para receber a formação sobre a manutenção das plantações no *Barnard College* (HAYDEN-SMITH, 2007). As mulheres que participaram em este processo também participaram do movimento pelo sufrágio feminino.

pretendia dar suporte na reconfiguração dos centros urbanos gerado pela migração de populações rurais para as cidades.

**Figura 1 - Cartazes dos programas de incentivo à participação das mulheres nos programas de agricultura como ato de patriotismo em tempos de guerra**



Fonte: Hayden-Smith (2008)

Posteriormente, na década dos anos 70, as iniciativas de agricultura urbana ressurgiram nos Estados Unidos, no contexto de crise energética, recessão econômica e desindustrialização de algumas cidades. Neste período, as hortas emergiram como ferramenta de apoio às populações vulneráveis, já não só desde a ação do estado, pois eram os coletivos que promoviam a autogestão e o ecologismo de base comunitária, os que impulsionaram a ocupação de terrenos ociosos com hortas. Uma das iniciativas mais conhecidas é a *green guerrilla* em New York. Inicialmente bombardearam os espaços vazios na cidade com bolas de sementes e argila, logo passaram a ocupar com cultivos em terrenos abandonados. A força da comunidade que juntou esta iniciativa incidiu na criação da Agência Municipal (Green Thumb) que administrava a cessão dos terrenos públicos para jardins e hortas comunitárias

(MORAN, 2011).

Na Latinoamérica e no Caribe, o caso mais emblemático é o Programa Nacional de Agricultura Urbana em Cuba, neste caso a AU também pretendia abrir possibilidades em tempos de crises. Sendo esta gerada pela dissolução da União Soviética, que era provedora dos insumos químicos para os cultivos e comida para este país. Estima-se que na década dos anos 80 mais da metade dos alimentos era importada, e logo entre 1991 e 1995 esta caiu um 60%. Para enfrentar esta situação o governo do país desenvolveu um sistema de agricultura urbana e periurbana sem uso dos insumos químicos. Esta crise propiciou uma oportunidade para tornar o sistema de agricultura urbana deste país um referente mundial, o qual se sustentou no desenvolvimento de pesquisas sobre cultivo organopônicos<sup>4</sup> e hortas intensivas baseadas em solos orgânicos, assim como na recuperação de variedades nativas, como guanábana (*Annona muricata*) e maracujá (NOVO, 2000). No ano de 1997, através do Programa Nacional de Agricultura Urbana, esta atividade foi reconhecida nos planos de ordenamento territorial das cidades, reconhecendo-a oficialmente como atividade urbana (CRUZ, 2016).

Foi apresentado este breve apanhado histórico da agricultura urbana considerando pertinente trazer esta trajetória para dimensionar as diversas utilidades, as transformações e continuidades que esta tem tido, e os contextos nas quais a AU tem sido gerada e com o qual está tem interagido. Assim, encontramos tempos de crises sociais e econômicas produzidas por transformações resultantes da primeira e segunda guerra mundial. Também influenciou o fenômeno de migração rural-urbano que começava a se intensificar no início do século XX, incidindo no aumento dos setores em situação de pobreza nas cidades. Frente a estas situações as hortas nos centros urbanos ofereceram um amortecedor para evitar um recrudescimento da situação de fome, e também, operaram como um mecanismo de reprodução de um determinado modelo de comportamento e de nação. Claro, com exceção dos casos em Estado Unidos e alguns países europeus na década dos anos 70, quando a agricultura urbana foi incentivada desde movimentos de base comunitária e ambientalista. Estes questionavam a utilidade do solo nas cidades e o modelo de desenvolvimento urbano, a partir da ocupação de terrenos vazios com hortas. Assim, encontramos que a AU tem se manifestado historicamente como uma atividade ambígua, sendo em alguns contextos ferramenta de controle social executada pelo estado, e em outros, uma ação contracultural efetuada por movimentos comunitários que reivindicam o ambientalismo.

## 2.2 AGRICULTURA URBANA NA ATUALIDADE: REDES E COLABORAÇÕES

Como foi apresentado anteriormente, a prática de agricultura urbana tem recebido diferentes nomes ao longo da história, dependendo das motivações e contextos nos que esta tem emergido e interage. Na atualidade, este conceito tem ressurgido nos estudos acadêmicos, nas agendas públicas e nos debates internacionais, ao ser concebido como uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável. A emergência do pensamento ambiental na década de 1980, em junção com o desafio aos governos locais de criar programas e ações para enfrentar a situação de fome e de pobreza urbana, influenciaram de forma importante neste ressurgimento (SOARES; NEVES, 2011). Estes programas estão relacionados à ação de organizações internacionais do desenvolvimento como é o caso da ONU e o Banco Mundial (BRAND e MUÑOZ, 2007; ATTIANI, 2011). No Brasil, um antecedente importante da agricultura urbana como atividade institucionalizada é o Programa Fome Zero, no ano 2003<sup>5</sup>. Isso significou que o desenvolvimento das hortas estava orientado pelo objetivo de promover a segurança alimentar e o combate da fome nas populações em situação de pobreza. Desde a década dos anos 1990 a AU tem sido favorecida especialmente pelos atores que desenham e executam políticas urbanas e rurais para enfrentar a pobreza e insegurança alimentar, assim como também, pelo apoio financeiro de agências internacionais (MOUGEOUT, 2000).

[...] O termo agricultura urbana, por mais paradoxal que possa parecer, foi uma “expressão inicialmente utilizada por acadêmicos e pela mídia, que em seguida ganha reconhecimento e é assumida por projetos institucionais conduzidos por grupos multidisciplinares [...] (MOUGEOUT, 2000, p. 3).

Segundo Mougeout (2000) o apoio das agências multilaterais para o desenvolvimento de atividades de AU pelas instituições públicas, tem sido mais ativo desde os anos de 1980. Nesta década também aumentaram as publicações e os estudos realizados ao redor desta temática.

Segundo Smit (1996) citado em Lovo (2011), na década de 1970, destaca-se o desenvolvimento de projetos de cooperação entre França e África envolvendo a FAO, a American Friends Service Committee (AFSC) e a UNICEF. Desta aliança surgiram dois projetos que tiveram sucesso, e em função disto se impulsiona o desenvolvimento de mais estudos nas décadas seguintes. Estes são, o Operation Feed Yourselves (OFY), em Ghana e a

---

<sup>5</sup> Programa criado pelo governo federal brasileiro, durante o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, em substituição ao Programa Comunidade Solidária, que fora instituído pelo Decreto n. 1.366, de 12 de janeiro de 1995, para o enfrentamento da fome e da miséria no país.

cooperação para o desenvolvimento da agricultura urbana em Luzaka, Zâmbia.

Nos anos de 1980, algumas pesquisas destacadas são:

[...] *Food-Energy Nexus* da United Nations University, além das investigações do International Development Research Centre (IDRC) e da Organização das Nações Unidas (ONU). Estas realizaram e apoiaram estudos sobre sistemas urbanos de distribuição de alimentos e segurança alimentar em diferentes países. (SMIT, 1996<sup>6</sup> *apud* LOVO, 2011. p. 47).

Nessa década, aumentou o envolvimento e apoio de agências internacionais e organizações locais. Em relação à atuação das organizações internacionais Mougeout (2000) cita a CIDA (Agência para o desenvolvimento internacional de Canadá) e a GTZ (assistência técnica alemã), estas duas apoiaram a AU em função da criação de cinturões verdes metropolitanos em Havana, Cuba e em Maputo, Moçambique. A SWEDEPLAN, deu incentivo a inclusão da AU na construção de moradias populares em Maseru, Lesoto na África. Em relação à ingerência do Banco Mundial, ressalta-se o fato deste ter apoiado a agricultura urbana como um uso legítimo do solo urbano desde finais da década de 1980 (MOUGEOT, 2000). O Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a FAO, neste período começaram a disponibilizar assessoria técnica e estudos de factibilidade para os sistemas de produção urbanos. Também tem prestado apoio a UNICEF e ONGs como CARE, OXFAM e CABEMO (Organização Católica Holandesa de cofinanciamento).

Este panorama apresentado reflete uma ampla rede na qual se articulam diversas instituições de vários países desenvolvidos, para dar apoio à realização de projetos de AU a partir das organizações e governos de países na África, Ásia, América do Sul e Centroamérica. A partir dos conhecimentos destes diversos projetos desenvolvidos na década dos anos de 1980, procurou-se desmistificar os prejulgamentos e desconfianças que existiam sobre a agricultura urbana e fortalecer a atividade. Esta mudança pode ser exemplificada em fatos como a indicação e apoio dado à AU no Relatório Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland, principal referência na difusão da noção de Desenvolvimento Sustentável, desde 1987 (SMIT, 1996<sup>6</sup> *apud* LOVO, 2011. p. 48).

Nos anos de 1990, incrementou-se notavelmente a quantidade de agências internacionais, pesquisas, publicações, conferências e encontros realizados sobre a AU. Segundo Lovo (2011) esta década foi definitiva para consolidar a AU como um conceito em que se ligava a dimensão política e acadêmica. Amostra disso seria a conformação de grupos e redes para incentivar a cooperação, realização e pesquisa ligada à AU. Como é o caso do

<sup>6</sup> SMIT, J. Urban agriculture, progress and prospect: 1975-2005 (1996). *The urban agriculture network-TUAN*. IDRC. 1996. (Cities Feeding People: Report Series Archives: 1993-2005 - CFP report 18).

Comitê Consultivo sobre Agricultura Urbana do PNUD (UAAC em inglês), criado em 1991 e que deu início à formação do Grupo de Suporte para Agricultura Urbana (SGUA em inglês). Na América do sul, Lovo (2011), cita a criação da Rede Latino-Americana de Investigações em Agricultura Urbana (Rede AGUILA) em 1995.

O PNUD criou a iniciativa Global de Agricultura Urbana e instaurou uma rede que cresceu, juntando outras agências internacionais como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a Organização Mundial da Saúde (OMS) a Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a UN-Habitat. Também participaram centros de pesquisa como a International Development Research Centre del Canadá (IDRC) e a rede Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security (RUAF) (BRAND; MUÑOZ, 2007). Lovo (2011) ressalta a centralidade da IDRC como instituição pioneira no apoio e financiamento dos projetos e estudos sobre a AU, fazendo uma importante contribuição na sistematização do conhecimento sobre a AU. Não é por acaso que Luc Mougeot, tenha se consolidado como referência mundial nos estudos sobre AU, pois foi ele quem “coordenou desde 1993 até 2004, os programas do IDRC com foco na gestão do ambiente urbano e na agricultura urbana. Essa condição possibilitou-lhe acumular experiências sobre a temática” (LOVO, 2011, p. 42). Considera-se que o IDRC realizou um importante trabalho de sistematizar o trajeto que a AU teve historicamente a nível mundial. Da mesma forma, cabe ressaltar, a RUAF Foundation, organização que a partir do século XXI registrou as diferentes iniciativas de AU no mundo na edição da publicação *Urban Agriculture Magazine* (LOVO, 2011).

Um documento que retrata o interesse que a AU começava a ter na década dos anos de 1990 é a publicação do estudo *Urban Agriculture: food, jobs and sustainable cities*<sup>7</sup>, no ano de 1996, feita pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Nesta publicação apresenta-se a maior compilação sobre o estado da arte da agricultura urbana para esse tempo, a partir das diferentes experiências em diferentes lugares do mundo, e das discussões sobre a definição e o desenvolvimento desta atividade nas cidades. No relatório também se questionam os preconceitos históricos contra essa atividade e os problemas que podem derivar das práticas inadequadas da AU (ARRUDA, 2006).

Outro evento que reflete a emergência da AU dentro das pautas mundiais para o desenvolvimento é a sua inclusão nos painéis de conferências globais como United Nations

---

<sup>7</sup> Este documento pode ser consultado no link: <http://urban.agroeco.org/wp-content/uploads/2015/12/UNDP-Urban-Agriculture-Part-one-1.pdf>

Conference on Environment and Development (UNCED), o Global Summit em 1992 (ECO92), o Global Forum em 1994, o World Future Society e o Habitat II, ambos em 1996 (SMIT, 1996<sup>8</sup> *apud* LOVO, 2011). Outro antecedente importante neste contexto da conformação de agendas internacionais, é a Declaração das oito metas do Milênio das Nações Unidas, no ano 2000. Em relação à primeira meta, que é a erradicação da pobreza extrema e da fome até 2015, considera-se o desenvolvimento de práticas agrícolas nas cidades como uma estratégia efetiva. Na primeira edição da Revista de Agricultura Urbana, esta atividade é apontada como capaz de contribuir para a realização de outras três metas: reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna e assegurar o desenvolvimento ambiental (COUTINHO, 2007).

Esta ambientalização da agricultura urbana responde ao processo de disseminação global dos valores do desenvolvimento sustentável, ligado à crescente preocupação pelos impactos ambientais com o aumento da urbanização. Deleestra e Girardet (2000) afirmam que este processo iniciou em 1992 com a Agenda 21, proposta no Rio de Janeiro, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco/92 ou Rio/92). Posteriormente, esses compromissos são reafirmados na Agenda Habitat assinada por 180 nações na Cúpula das Nações Unidas em Istambul em 1996. Nesta se estabelece que: “Os assentamentos humanos deverão ser planejados, desenvolvidos e melhorados de tal forma que tomem em total consideração os princípios do desenvolvimento sustentável e todos os seus componentes, tal como foi estabelecido na Agenda 21”. Este contexto levou à busca de novas estratégias econômicas que aportaram na harmonização entre crescimento econômico, justiça social e conservação ambiental. Segundo Candiotto (2009), isto seria o contexto fundamental para consolidar o conceito de multifuncionalidade usado nos estudos da agricultura tanto rural como urbana. Fleury e Ba (2005) afirmam que a dita multifuncionalidade torna-se visível na dimensão espacial, quando os planejadores urbanos percebem a relevância desta atividade para a construção de ambientes urbanos sustentáveis, além da utilidade no combate da insegurança alimentar.

Na América Latina e Caribe, a UN-Habitat e o PNUD através do Programa de Gestão Urbana para América Latina e Caribe (PGU – ALC, o Urban Management Programme - UMP), incentivaram o fortalecimento da AU a partir da criação da Red Aguila - Rede de América Latina de pesquisa em agricultura urbana, no ano de 1995 (BRAND; MUÑOZ, 2007). A partir desta articulação tem se construído encontros, acordos e declarações para

---

<sup>8</sup> SMIT, J. Urban agriculture, progress and prospect: 1975-2005 (1996). The urban agriculture network-TUAN. IDRC. 1996. (Cities Feeding People: Report Series Archives: 1993-2005 - CFP report 18).

comprometer os governos e organizações locais desses países com o desenvolvimento da AU nas suas cidades. No ano 2002 foram criados uma série de nove<sup>9</sup> *Lineamientos para la formulación de políticas municipales para la agricultura urbana*. Também se desenvolveram ações de alcance internacional, como é o programa de “Ciudades que alimentan las personas” desenvolvido entre os anos de 1997 e 2004 pelo IDRC. Este, trabalhou-se junto com pesquisadores, funcionários públicos e sociedade civil interessada, para integrar a agricultura urbana no processo de planificação territorial, a partir do aproveitamento de terrenos baldios. Estiveram envolvidas as cidades de Rosario (Argentina), Governador Valadares (Brasil) e Cienfuegos (Cuba).

Continuando com a contextualização do processo de articulação e conformação de redes internacionais ao redor da promoção da AU na América Latina e Caribe. Verifica-se que o começo do século XXI apresentou a tendência à criação de parcerias entre agricultores(as) urbanos(as), organizações comunitárias, universidades, ONGs, setor privado e empresarial e instituições do governo. Lovo (2011) considera que esta tendência se evidencia no conteúdo apresentado nas declarações resultantes dos encontros ao redor da AU na América Latina e Caribe, realizados em Quito (2001), Rosario (2003), Lima (2003) e La Paz (2007). A primeira e mais marcante é a Declaração de Quito, que foi a resultante do seminário “Agricultura urbana en las ciudades del siglo XXI” realizado no ano 2001.

Nestas três primeiras cidades anteriormente citadas, há experiências de hortas urbanas que são referências mundiais. No caso de Rosario, Argentina, com a crise econômica do ano 2001 se criou o “*Programa de Agricultura Urbana en la Municipalidad de Rosario*” o qual foi auspiciado por instituições públicas desde o começo. Como são o “*Centro de Estudios de Producciones Agroecológicas (CEPAR)*” e a “*Secretaria de economía social*”. Foi tal o êxito desta experiência que no ano 2005 recebeu o Prêmio Dubai ao ser reconhecida como uma das dez melhores práticas na luta mundial contra a fome (CARIDAD CRUZ, 2016). No caso de Quito existe o “*Programa de Agricultura Urbana Participativa*” (AGRUPAR) desde o ano 2002, este promove a produção de alimentos orgânicos como fonte de renda e segurança alimentar para famílias em situação de vulnerabilidade. Também abre possibilidades para a comercialização através da criação de feiras chamadas “Bioferias” (RODRIGUEZ;

---

<sup>9</sup> 1. AU: motor para el desarrollo municipal sostenible. 2. AU y participación ciudadana 3. AU: gestión territorial y planificación física 4. Microcrédito e inversión para la AU 5. Aprovechamiento de residuos orgánicos en AU 6. Tratamiento y uso de aguas residuales en AU 7. AU: una oportunidad para la equidad entre mujeres y hombres 8. AU y soberanía alimentaria 9. Transformación y comercialización de la AU. Informação disponível em:  
<https://www.ruaf.org/sites/default/files/Lineamientos%20para%20la%20formulacion%20de%20politic%20municipales%203.pdf>

PROAÑO, 2016). Da experiência de AU em Lima, no Perú, ressalta-se a existência de “normas que regulam o uso de áreas municipais livres por grupos organizados de produtores urbanos” (KUHNS *et al.*, 2016, p. 21).

Na Colômbia, na cidade de Bogotá a AU tem se desenvolvido a partir de convênios entre entidades públicas, universidades e ONGs. Em Bogotá a prefeitura delegou o “*Jardin Botánico José Celestino Mutis*” para dar assistência técnica às iniciativas de hortas urbanas em instituições educativas e organizações comunitárias. Tendo em conta que o conflito armado na Colômbia tem sido um fator importante na migração rural-urbana. Segundo Cantor (2009) se encontra que no contexto dos bairros mais carentes, como é o caso do bairro de “Ciudad Bolívar” em Bogotá, a AU tem sido implementada como uma ferramenta para aportar na adaptação à vida nas cidades, das populações que tiveram que migrar contra sua vontade pelo conflito armado vivido nos seus sítios no interior.

Na trajetória da agricultura urbana desde a década dos anos de 1980 até hoje, esta tem se configurado respondendo a diferentes funcionalidades. Na atualidade, as discussões sobre esta temática envolvem a compreensão da sua multifuncionalidade integrada aos debates sobre a crise ambiental e os desafios para a melhoria da qualidade de vida nas cidades. Na edição Nº 27 do ano 2014 da revista editada pela RUAF Foundation, a *Urban Agriculture Magazine*, o eixo central das publicações são as contribuições da agricultura urbana à mudança climática. Dita edição esta intitulada “A agricultura urbana como estratégia de redução de riscos e desastres diante das mudanças climáticas”.

Num dos artigos publicados nesta revista, Dubbeling (2014, p. 6) estabelece que: “A agricultura e a silvicultura urbanas também podem ajudar as cidades a se tornarem mais resistentes ao reduzir a vulnerabilidade dos grupos urbanos em situação de risco ao fortalecer a gestão comunitária das adaptações”.

Em relação com os aportes da AU na mitigação e adaptação à mudança climática, Dubbeling (2014) pontua os seguintes aspectos:

[...] Redução do efeito de ilha de calor urbana, ao proporcionar mais sombra e reforçar a evapotranspiração; redução dos impactos relacionados com a elevada pluviosidade através do maior armazenamento do excesso de água, mais interceptação e infiltração nas áreas verdes, redução das enxurradas e riscos de inundação relacionados, e uma melhor reposição das águas subterrâneas; e conservação da biodiversidade, ao proteger uma base genética mais ampla e variada de plantas (e animais). (DUBBELING, 2014, p. 6).

Alinhando-se à tendência de apresentar um determinado aspecto de discussão em relação com a agricultura urbana, a partir da recopilação de diferentes casos ao redor do

mundo. Nesta publicação também são expostas algumas experiências em que os governos de diferentes países têm reforçado estratégias de redução de riscos e adaptação às alterações climáticas a partir da promoção de diversas práticas de AU. Com esse intuito, Dubbeling (2014) apresenta exemplos. Na Kesbewa, em Sri Lanka, tem se incentivado a reabilitação de campos de arroz abandonados para reduzir os riscos de inundação e aumentar a produção local de alimentos. Em Brisbane, Austrália tem se incluído no plano de ação para enfrentar a mudança climática a agricultura urbana e os telhados verdes. Em New York, EUA, a agricultura urbana e infraestruturas verdes são incluídas na gestão das águas pluviais. Em Durban, na África do Sul, testam-se culturas que se adaptem melhor ao clima cada vez mais seco, e vem se promovendo o reflorestamento com manejo comunitário.

Brand e Muñoz (2007) e Dubbeling (2014) fazem referência às multifunções da agricultura urbana, indicando três aspectos a partir dos quais diversos argumentos foram e são mobilizados no desenho de políticas e programas de agricultura urbana; são estas a dimensão socioeconômica, ecológica e a governança. Na compreensão da funcionalidade ecológica da agricultura nas cidades, Brand e Muñoz (2007) pontuam que foi fundamental a emergência do pensamento ambiental urbano originado entre a década dos anos de 1970 e 1980 em Estados Unidos e Europa. Nesta época as cidades estavam se transformando a partir das premissas do Movimento Moderno. E nesse contexto a higiene pública já não era mais o problema central, aparecendo agora como foco central as preocupações com os problemas ambientais.

Começava-se então a emergir uma nova forma de pensar a relação da cidade com a natureza, integrando-se assim uma perspectiva ecossistêmica no planejamento das cidades. Aparecem conceitos como metabolismo urbano, pegada ecológica e bens e serviços ambientais desde uma visão regional (BRAND; MUÑOZ, 2007). A partir do qual se justifica a agricultura urbana como uma atividade que aporta efeitos benéficos para o meio ambiente urbano, aportando a través de benefícios como o aumento da biodiversidade urbana, melhorando o microclima, aportando na reutilização de lixo e ajudando na conservação do solo. Mais recentemente, segundo tem afirmado Dubbeling (2014), a AU tem sido incluída entre as ferramentas a serem consideradas na adaptação e mitigação da mudança climática.

A preocupação da relação da cidade com os sistemas naturais também abrangeu o questionamento aos sistemas agroalimentares. Neste viés, associam-se as preocupações com os efeitos negativos da produção de alimentos baseada no uso de agrotóxicos e o incentivo a produção e consumo de alimentos orgânicos, principalmente entre a classe média ilustrada. Desta forma, considerando-se que a questão da alimentação e o sistema de produção é um elemento importante na reivindicação que faz a Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro

apresentada nesta dissertação. É possível relacionar a emergência deste pensamento ambientalista na década de 1980, com o contexto de Porto Alegre, a partir do depoimento da professora Ingrid Barros<sup>10</sup>. Neste se apresenta a emergência dessa preocupação ambiental dentro dos estudiosos e interessados no conhecimento sobre o cultivo de alimentos em Porto Alegre.

[...] Então eu já tive uma infância e uma adolescência na natureza própria assim. Isso me deu um legado por conhecer por conta dos meus pais muitos recursos nativos, e quando eu decidi fazer agronomia não foi por essa motivação, foi por uma motivação de estar na década dos anos 70 e ter uma discussão sobre agricultura alternativa. Então eu já vinha com esse viés, então fiz agricultura para compreender, porque minha família não tem tradição agrícola (Professora Ingrid Barros em 10/04/2019).

A dimensão social da AU faz referência, dentre outras coisas, ao grande marco de articulação de diversas agências internacionais, em que a realização de agricultura nas cidades apresenta-se como uma ferramenta para enfrentar a insegurança alimentar nos países com maiores índices de pobreza urbana. Para a década dos anos 1990 estimava-se que em quase a metade das cidades grandes destes países, as famílias gastavam em média entre 50% a 80% do total dos seus ingressos em alimentos. Frente a essa situação a AU foi considerada como uma estratégia eficiente para diminuir o custo dos alimentos e facilitar o acesso aos mais pobres (MOUGEOUT, 2000). No entanto, também tem se colocado posicionamentos críticos sobre a real eficiência da AU como medida para resolver a fome e a pobreza. Pois se considera que essa não é uma medida que resolva o problema estrutural, sendo então fundamental antes de qualquer outra ação, a redistribuição da riqueza e a propriedade da terra (BRAND; MUÑOZ, 2007. p. 57).

[...] Alguns acham que a agricultura urbana possa constituir uma medida provisória para aliviar a fome, na espera de intervenções governamentais mais fortes. Porém cabe reconhecer que esta atividade acarreta problemáticas importantes relacionadas à estrutura fundiária brasileira e que portanto pode constituir uma contribuição interessante no reconhecimento da função social da cidade e da propriedade urbana. (ATTIANI, 2011. p. 7)

Outro componente da multifuncionalidade da AU expressada na dimensão social pode ser entendido desde seu aporte na criação de oportunidades de emprego e geração de renda para os setores mais carentes. No entanto, esta questão, que será aprofundada mais adiante, apresenta desafios aos gestores locais, pois existem estruturas institucionais que exigem o

---

<sup>10</sup> Professora aposentada da faculdade de agronomia da UFRGS, foi uma importante gestora da articulação da universidade com a Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro a partir da realização de projeto de extensão de Horticultura Urbana.

cadastro dos produtores para viabilizar a venda dos produtos nos circuitos econômicos locais, constituindo-se com isso uma limitação. Assim, por exemplo, no caso do Distrito Federal, foi necessário revisar e reformular aspectos da legislação sobre a inspeção de produtos animais e vegetais, para possibilitar a criação de pequenas agroindústrias urbanas (AQUINO; ASSIS, 2007). No caso da agricultura urbana em Porto Alegre, recentemente foi aprovada a lei estadual de agricultura urbana, Lei nº 15.222, de 28 de agosto de 2018, e iniciado o debate sobre a forma de cadastro dos produtores urbanos, com o que se facilitaria a venda formalizada dos produtos.

A terceira dimensão da multifuncionalidade da AU apresentada por Brand e Muñoz (2007), contempla o aporte que a agricultura urbana traz à governabilidade das cidades, ao ser um mecanismo de inclusão social que pode contribuir na valorização dos saberes locais e as práticas comunitárias dos setores marginalizados. Assim, podemos citar o caso dos conhecimentos sobre o cultivo que as populações que migraram do rural para as cidades têm, e que poderiam aplicar e aproveitar nas hortas urbanas. Vinholi e Martins (2012) relatam que a partir da sua pesquisa desenvolvida sobre hortas urbanas em Itajaí, SC, chegaram a constatar a importância desta atividade na manutenção dos saberes tradicionais das populações que migraram do interior do estado de Santa Catarina para Itajaí, e também, defendem estes conhecimentos como fundamentais para a construção de sociedades sustentáveis. Brand e Muñoz (2007) consideram que, indo além destas racionalidades técnicas que definem no plano do evidente e público a agricultura urbana, existe uma tendência que não é explícita, a AU “como prática de governo, em que, se regulam os cidadãos nas condições individualizadas e radicalmente desiguais da urbanização neoliberal” (BRAND; MUÑOZ, 2007, p. 56).

Até aqui é possível entender a conformação de uma ampla e variável rede de relações entre instituições públicas, privadas, sociedade civil, agências internacionais e ONGs que têm dado suporte à agricultura nas cidades e periferias. Nesta rede, a agricultura urbana tem sido definida a partir de diversos fatores e interesses que, respondem aos contextos geográficos e históricos nos quais esta prática tem emergido e emerge, reforçando seu caráter multifuncional. Para Fleury e Be (2005), a multifuncionalidade da AU faz referência às transformações positivas que gera essa atividade e que se evidenciaria no espaço quando, os tomadores de decisões e gestores urbanos percebem a importância das áreas abertas nas cidades para criar um ambiente urbano sustentável. Sobre a configuração das argumentações que tem se mobilizado para dar um sentido funcional à AU, Brand e Muñoz (2007, p. 53) afirmam que:

[...] Los argumentos racionales que sustentan la agricultura urbana se extienden a través de los campos ambiental, social, económico y ético, proporcionando un conjunto argumental suficientemente flexible para hacer de ésta una actividad ‘razonable’ para cualquier ciudad, haciendo que la agricultura urbana encaje espacial y simbólicamente en casi cualquier escenario urbano. Además, la agricultura urbana es una de esas actividades (como la de ser amable con los animales) a las cuales nadie puede objetar en principio; ocurre de todas maneras (las personas cultivan cosas con o sin el aliento de los gobiernos) y hacia la cual muchas personas tienen una simpatía innata. (BRAND; MUÑOZ, 2007, p. 53)

Apresentou-se, assim, uma compilação de trabalhos em alguns dos quais se aborda a trajetória da agricultura urbana, e em outros, reflete-se sobre os registros que agências mundiais têm realizado sobre a sistematização das experiências em que estas ou as instituições governamentais, têm ou tiveram ingerência. Mougeot (2005) estabelece que neste processo de compreensão do campo da agricultura urbana, a participação das instituições do governo foi necessária para que as pesquisas influenciassem as atitudes e políticas nos contextos locais. Neste entendimento, a agricultura urbana evidencia a sua complexidade, pois mesmo sendo importante a participação governamental, é uma atividade cuja viabilidade está ligada ao apoio de parcerias que envolvem um leque maior de atores.

Entretanto, não sendo o objetivo deste trabalho aprofundar as discussões sobre o que é ou não é agricultura urbana, nem tampouco focar na reconstrução historiográfica desta atividade. Apresento este apanhado conceitual com o intuito de evidenciar a complexidade e a diversidade anteriormente esboçada, como um caráter que tem constituído a configuração da agricultura urbana nas diferentes cidades ao redor do mundo e no longo da história. E que como afirmam Brand e Muñoz (2007), sustenta a flexibilidade com que esta atividade se adapta aos mais diversos cenários urbanos. No entanto, nem sempre as condições são favoráveis para permitir o desenvolvimento desta atividade. Por isso, os estudos e compilações que instituições como o IDRC ou a RUAF Foundation têm feito, tem sido motivados pela necessidade de oferecer argumentos sólidos para que os tomadores de decisões, agências internacionais e governos nacionais e locais, criem as condições que favoreçam o desenvolvimento da agricultura nas cidades. Um dos maiores desafios tem sido integrar a prática de agricultura urbana dentro dos instrumentos de planejamento urbano. Em relação a isso, Mougeot (2000, p. 2, grifo nosso) afirma:

El apoyo oficial a la AU viene de tiempos remotos, ha sido variado y se lo puede organizar en varios tipos de intervenciones, que a menudo aparecen combinadas en una sola ciudad. El acceso a recursos, especialmente tierras, es básico; muchas veces el problema no es tanto la disponibilidad de la tierra sino el acceso a la misma. Pero

los sistemas de producción de AU se han diversificado y los productores se han adaptado para lidiar con ellos y con otras limitaciones y oportunidades urbanas.

A discussão sobre a legitimidade do uso do solo urbano para a agricultura, é talvez um dos aspectos que contrasta esta prática de agricultura nas cidades, com a rural. Segundo Balbo (2003), a competência pelo uso do solo urbano é a maior fragilidade da agricultura urbana, pois o uso agrícola dos terrenos não é competitivo com o uso industrial, residencial ou até de infraestrutura para atividades esportivas. “O uso do espaço para agricultura urbana pode ser apenas em espaços marginais e como uma atividade temporária, que tende a ser substituída por outros usos mais proveitosos cada vez que surgir a oportunidade ou a demanda” (BALBO, 2003, p. 266). No entanto, esta condição de marginalidade deste uso do solo urbano, tem sido o fator que tem instigado na criação de Hortas Comunitárias nas que se reivindica, além de questões sobre segurança alimentar, alimentação saudável e ambientalismo, o questionamento ao modelo de cidade neoliberal, ou “direito à cidade”.

[...] O direito à cidade é portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização (HARVEY, 2014, p. 28).

Mesmo com a existência de inúmeras limitações que dificultam o desenvolvimento das hortas nas cidades, estas seguem proliferando-se nas mais diversas características e funções, em diferentes lugares do mundo. Hoje, esta prática vai além da ação institucional e comunitária, e emerge como um serviço oferecido para dar conta de novas demandas das sociedades urbanas. Assim, ademais das iniciativas baseadas nas redes de colaboração e trabalho voluntário, hoje existem iniciativas especializadas na oferta de serviços de assessoria<sup>11</sup> para a criação de hortas e jardins urbanos ou para alugar terraços e espaços prontos para cultivar<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Na Colômbia “Sembrando Confianza” é um projeto social baseado na agroecologia que oferece assessoria para a criação de Hortas Urbanas e também apoia a os produtores agroecológicos locais. <http://www.sembrandoconfianza.com/>.

<sup>12</sup> Huertos del Ebro, localizado em Zaragoza, España oferece o aluguel de terrenos junto com as ferramentas e assessoria para cultivar. <http://www.huertosdelebro.com/>

### 2.3 ENTRE O LOCAL E O GLOBAL: A REDE DA AGRICULTURA URBANA EM CONTEXTO

A construção de um programa federal de Agricultura Urbana teve lugar pelo ano 2004 a partir do Programa Fome Zero. No entanto, alguns municípios já tinham uma política própria antes desta proposta do governo federal. O Programa Hortas Comunitárias do município de Teresina foi criado na década de 1980 (MONTEIRO; MONTEIRO, 2006), o Programa Centro de Vivência Agroecológica do município de Belo Horizonte foi criado na década de 1990 (COUTINHO ; COSTA, 2012), e nessa mesma década, foi criado também o Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola do Distrito Federal – PROVE no Distrito Federal. Diversos programas municipais no Estado de São Paulo tiveram continuidade a partir das ações estaduais estabelecidas na década de 1980, do então governador Franco Montoro (OLIVEIRA, 2017, p. 75).

Várias cidades brasileiras têm participado de programas de incentivo à agricultura urbana como medida para promover a segurança alimentar e qualidade ambiental nas cidades. Isto têm se realizado a partir da parceria com agências internacionais, ONGs e organizações governamentais. Segundo Moreira (2011) e Soares e Costa (2011), o Brasil entrou nesta rede internacional de apoio a AU quando o governo federal por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), integrou-se ao programa Cidades Cultivando para o Futuro (CCF) no ano 2005. Este teve o apoio financeiro da Fundação RUAF e foi executado na Latinoamérica através do Ipes - Promoción del Desarrollo Sostenible do Peru. No Brasil, a entidade executora foi a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (Rede-MG). Segundo Lovo (2011) no ano 2006 o MDS integrou o Conselho Consultor Regional do Programa Global Cidades Cultivando para o Futuro (CCF), e no ano 2007 participou do Seminário Internacional na Paz, Bolívia, organizado pela FAO América Latina. No qual foi signatário da Carta de La Paz, onde se estabeleceram compromissos com a AU e segurança alimentar e nutricional. Este programa CCF foi proposto em várias cidades da América Latina, África, Ásia e Oriente Médio. Na Latinoamérica teve três cidades que foram selecionadas como pilotos: Villa Maria Del Triunfo, no Peru; Bogotá, na Colômbia e Belo Horizonte, no Brasil. As cidades de Governador Valadares/MG, Contagem/MG, Macaé/RJ, São Paulo/SP e Santa Maria/RS foram selecionadas e identificadas pelo Programa CCF como cidades sócias (SOARES; COSTA, 2011).

Lovo (2011) afirma que para contextualizar o processo de institucionalização da política nacional de agricultura urbana no Brasil, é preciso compreender a trajetória da AU na

cidade de Belo Horizonte. Pois seria neste município que se daria começo às ações ligadas ao desenvolvimento da AU, que logo dariam lugar à criação de políticas nacionais. No ano 2006 a cidade de Belo Horizonte foi selecionada pela organização *Promoção do Desenvolvimento Sustentável* (IPES), do Peru, e pela Fundação RUAF da Holanda, para ser a primeira cidade brasileira na qual se desenvolveria um programa voltado à institucionalização das práticas da agricultura urbana (SOARES; COSTA, 2011). No entanto, nesta cidade já se tinha experiência com a AU, pois segundo Coutinho (2005), Soares e Costa (2011) e Lovo (2011), no ano de 1993 se iniciaram os debates sobre a inclusão desta atividade nos planos de ação da Secretaria Municipal de Abastecimento e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAAB), que culminou, em 1995, com a criação dos primeiros Centro de Vivência Agroecológica (CEVAE) nesta cidade. Uma condição que facilitou a construção deste tipo de iniciativas, foi o contexto político de abertura à democracia participativa que se consolidava no Brasil neste tempo, pois este foi proposto dentro da brecha que abriu a implantação do orçamento participativo neste período<sup>13</sup>.

Segundo Coutinho (2005) e Lovo (2011), a criação dos CEVAEs apostava na melhoria da qualidade de vida ambiental e social nos assentamentos da periferia da cidade através da participação popular. Nestes centros operava-se a partir da realização de diagnósticos da situação do contexto, para adequar as atividades a serem desenvolvidas às condições particulares de cada bairro no qual se criaria o CEVAE<sup>14</sup>. Esta iniciativa teve premiações nacionais e internacionais, tornando-se referência de agricultura urbana. Esta condição possibilitou que esta fosse apresentada em eventos internacionais, a partir dos quais foi possível a articulação com atores e redes internacionais relacionados à agricultura urbana, que posteriormente viabilizaram a realização do programa CCF na cidade de Belo Horizonte no ano 2006<sup>13</sup> (LOVO, 2011, p. 61-61).

Segundo a pesquisa desenvolvida por Lovo (2011), esse momento de articulação em torno à segurança alimentar e agricultura urbana gerado em Belo Horizonte e em algumas cidades do estado de Minas Gerais, a partir da criação dos CECAV. Como por exemplo o

---

<sup>13</sup> Nestes se desenvolviam atividades como oficinas para valorizar e melhorar os quintais urbanos, educação ambiental e alimentar, incentivo à produção de hortas e pomares comunitários através de técnicas agroecológicas e atividades para recuperar áreas degradadas e sistematizar conhecimentos locais (NEVES; SOARES, 2011, p. 88).

<sup>14</sup> “Agricultura Urbana e Horticultura – o vínculo com o planejamento urbano”, realizado em Berlim, organizado pela TRIALOG – Associative for Research into Housing, Planning and Building in Developing Word e pela Humboldt University, e também se integrou à Rede Latino-Americana de Investigação em Agricultura Urbana – Rede AGUILA. Também em 2001, representantes da Rede-MG e da PBH participam do Curso Regional de Pesquisa-Ação e Gestão da Agricultura Urbana nas Cidades da América Latina e Caribe, realizado em Quito/Equador pelo PGU/ALC, Ipes e Centro Internacional de Investigações para o Desenvolvimento (CIID/IDRC).. (LOVO, 2011, p. 61)

caso da experiência de AU em Governador Valadares, influenciou para que na II Conferência Nacional de SAN realizada em Olinda no ano 2004, fosse aprovada uma ação estratégica relacionada à AU.

Outro antecedente à criação da política nacional de AU foi a realização do projeto Identificação e Caracterização de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) em Regiões Metropolitanas Brasileiras, realizada no período de outubro de 2006 a junho de 2007 pelo MDS. Neste foram estudadas 11 regiões metropolitanas e seu resultado ofereceu insumos importantes que posteriormente sustentariam a criação da política nacional. Este estudo também brindou elementos que possibilitaram a inclusão de uma proposta específica para agricultura urbana na Política Nacional de SAN, a partir das deliberações realizadas na III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN<sup>15</sup> realizada em Fortaleza (LOVO, 2011, p. 69).

Dessa forma, este processo de institucionalização da agricultura urbana teve lugar no âmbito do Programa Fome Zero e da criação Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Este foi um importante passo em direção à colocação da AUP como tema transversal no desenvolvimento de políticas públicas setoriais através do MDS, desde o ano 2004 (ARRUDA, 2011). A inclusão da AU dentro das políticas públicas no Brasil esteve fundada na concepção desta atividade como uma ferramenta no combate da fome e insegurança alimentar, pois segundo foi apresentado anteriormente, esteve ligada ao desenvolvimento da Política Nacional da SAN. A partir da inclusão dessa temática dentro das diretrizes discutidas na II Conferência Nacional de SAN realizada em Olinda-PE no ano de 2004<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> “Eixo Temático 2: Política Nacional de SAN, na Diretriz 2 – Estruturar sistemas justos, de base agroecológica, e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos: no item 51, implantar uma política nacional de agricultura urbana e periurbana e pesca artesanal sustentáveis por meio de um projeto de lei, incluindo indígenas não aldeados entre seus beneficiários, com dotação orçamentária e linha de crédito especial, integrando iniciativas de produção, extrativismo, beneficiamento/transformação, comercialização e serviços (assessoria, formação e capacitação) de alimentos em bases agroecológicas e de economia solidária, integrada com o Programa Luz para Todos. Regular o uso de áreas ociosas para hortas e pomares comunitários. Articular essas iniciativas com a gestão territorial e ambiental, incorporando-as nos planos diretores dos municípios. Realização de um encontro nacional de agricultura urbana e periurbana e pesca artesanal no ano de 2008” (CONSEA 2007 *apud* LOVO, 2011, p. 69).

<sup>16</sup> Segundo Arruda (2011) neste ano foi criada uma Coordenação Geral de AUP (Agricultura Urbana e Periurbana), esta criou um orçamento anual de R\$ 10 milhões, sendo no ano seguinte, no 2015, que foi lançado o primeiro edital.

**Figura 2 - Selo do Programa de Agricultura Urbana do MDS**

Fonte: Arruda (2011)

O Programa Fome Zero tem um enfoque que, segundo expõe Arruda (2011), fundamentou-se no Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação proposto pela FAO em 1996. Mougeout (2006) afirma que no informe anual sobre o estado mundial da agricultura e a alimentação apresentado nesta reunião, a FAO integrou uma seção dedicada à agricultura urbana baseada em pesquisas feitas pelo IDRC e pela Universidade da ONU. Essa questão influenciou posteriormente nos cenários locais através da criação de políticas sobre AU como é o caso do Fome Zero. Neste programa se considera um conjunto de diversas ações relacionadas ao abastecimento alimentar, como é a AU, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e restaurantes escolares, entre outros. A AU esteve contemplada na escala das políticas locais no âmbito correspondente às pequenas e médias cidades e o INCRA foi a entidade encarregada do repasse dos recursos federais. Precisamente no marco da execução do Fome Zero, emerge no ano 2006 a Lei Municipal 10.035, iniciativa institucional de agricultura urbana em Porto Alegre. Sendo este um antecedente importante para a criação da Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro que é o caso abordado nesta pesquisa.

No marco do Programa Fome Zero, uma iniciativa que tentou compilar os alcances das ações que o MDS estava realizando a favor da AU, foi o III Seminário Latino- Americano e Caribenho de Agricultura Urbana nos dias 5 a 7 de novembro de 2012 em Brasília. Este foi promovido pelo MDS com o objetivo de promover trocas de experiências sobre a produção de alimentos nas cidades e elaborar diretrizes para a regulação da atividade no Brasil. Neste

seminário foi destacada a multifuncionalidade da Agricultura Urbana e Periurbana e sua relação com as práticas agroecológicas e aportes à melhoria da qualidade ambiental urbana. Também, se identificou como um desafio pela frente a revisão das regulamentações e leis relacionadas ao âmbito fundiário, os Estatutos de Cidade e os Planos Diretores, a comercialização de produtos, entre outros (INSTITUTO PÓLIS, 2012). No documento resultado deste seminário, a Carta de Brasília, uma vez mais aparece a preocupação pela questão da inclusão desta prática dentro do planejamento e as regulamentações econômicas urbanas.

Oliveira (2017, p.73) afirma que neste processo de institucionalização da agricultura urbana houve a articulação com a agroecologia no 1º Simpósio Nacional de Agricultura Urbana. Este teve o objetivo de apresentar os resultados da pesquisa de Santandreu e Lovo (2007) sobre Agricultura Urbana no Brasil, desenvolvida por meio de uma parceria entre MDS, FAO e RUAFA. Foi nesse simpósio que surgiu a proposta de uma Política Nacional de AUP, que foi discutida em diversas conferências de SAN e entrou como Projeto de Lei em julho de 2015.

Outro aspecto importante a ser considerado, é a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no ano de 2012, por meio da Lei n. 7794/2012. Com esta foi criado o primeiro Plano de Agroecologia e Produção Orgânica (2013/2015), onde consta o apoio ao fortalecimento da agricultura Urbana e Periurbana. Segundo Oliveira (2017, p. 74) esta pauta começou ser articulada com as propostas da agroecologia por movimentos sociais, e também, por organismos internacionais e alguns governos locais, enfatizando a importância da produção local e da aproximação entre consumidores e produtores.

Nos últimos anos, têm sido criados financiamentos específicos para agricultores ecológicos como são do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Agroecologia, Pronaf Florestas e Pronaf Eco, embora, os agricultores urbanos não possam aceder a estes programas, pois apesar de terem sido reconhecidos legalmente para participarem dessas políticas<sup>18</sup>, estes não são reconhecidos dentro do perfil do agricultor familiar estabelecido nestes programas. (OLIVEIRA, 2014). Sendo assim, constitui-se como uma produção mantida pela cooperação dos envolvidos, simpatizantes e alguns programas específicos.

Um exemplo destes casos, em que a agricultura urbana tem recebido apoio do governo local, é o programa de agricultura urbana do município de Sete Lagoas em Minas Gerais. Esta

iniciativa da prefeitura tem trabalhado há 34 anos em parceria com a EMATER-MG<sup>17</sup>, seguindo os princípios da agroecologia. Segundo as informações disponíveis no site da EMATER, o programa hoje beneficia sete hortas e 320 famílias de baixa renda. Os produtores estão organizados em associações. Cada produtor recebe da prefeitura a área cercada e água para plantio. Em contrapartida, a família beneficiada doa a produção de um canteiro para a alimentação escolar e instituições filantrópicas.

Segundo os resultados da pesquisa sobre o estado da Agricultura Urbana e Periurbana, no Brasil, realizada por Santandreu e Lovo (2008), a grande característica em comum das atividades relacionadas à AUP é a produção para o autoconsumo, pois 74% delas incluem o autoconsumo como uma das destinações dos produtos e 56% incluem trocas e doações. Nas regiões Norte e Nordeste, também é possível encontrar atividades agroextrativistas urbanas, na maioria sendo ribeirinhos ou quilombolas. A produção orgânica ou agroecológica está presente em 50% das experiências das regiões Sul e Sudeste e em 60% das atividades do Norte e Nordeste, sendo que apenas 0,05% possuem certificação orgânica (SANTANDREU; LOVO, 2008).

### **2.3.1 Um olhar panorâmico da Agricultura Urbana em Porto Alegre**

Um dos pesquisadores mais citados ao fazer referência à agricultura urbana, é Luc Mougeout, quem como já se apresentou anteriormente, esteve coordenando o centro de estudos IDRC do Canadá desde 1993 até 2004.

Este instituto tem buscado promover as pesquisas<sup>18</sup> e realizar compilações sobre as experiências globais ligadas a esta prática, assim como vem prestando assessorias. Isso, com o intuito de oferecer insumos para que os gestores governamentais e as agências internacionais favoreçam o desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana nas cidades. Os estudos deste instituto também têm influenciado na agenda da ONU sobre agricultura urbana, pois segundo expõe Mougeot (2006), têm estado associados na maioria de programas de UN-HABITAT sobre agricultura urbana, e também, tem respaldado o desenvolvimento da agenda

---

<sup>17</sup> A portaria 24/2014 do MDA, em seu artigo 4o, dispõe sobre as características dos agricultores aptos a emitirem uma DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) incluindo os agricultores da zona urbana conforme pode ser verificado: “e) identificação com a produção rural - na emissão da DAP deve ser observado se a atividade desenvolvida é rural, não importando se a localização se dá em ambiente geográfico estritamente rural ou urbano (Portaria 24/2014, art. 4o, e) (OLIVEIRA, 2017, p. 74).

<sup>18</sup> EMATER – MG. Horticultores de Sete Lagoas, região central, fazem entrega em domicílio e ganham espaço no mercado (09/02/2017). Disponível em:  
[http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=novosite\\_pagina\\_interna&id=20232](http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=novosite_pagina_interna&id=20232)

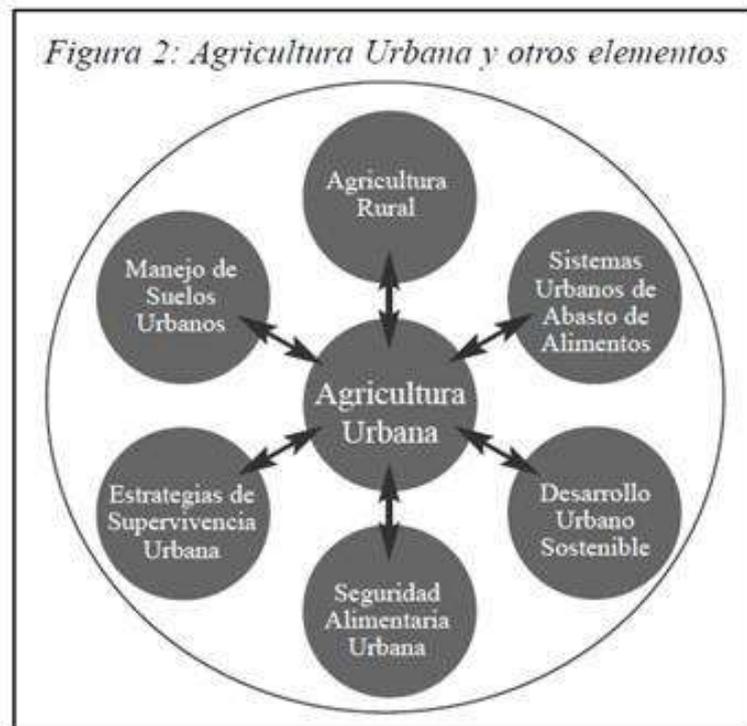
da FAO sobre esta temática. Assim, é possível entender como a definição de Mougeot tem influenciado e contribuído para a configuração da AU no mundo. Nesta perspectiva, cito a definição que ele faz no último trabalho publicado no ano 2006, no qual compila os trinta anos de envolvimento no IDRC, este se intitula “Cultivando mejores ciudades. Agricultura urbana para el desarrollo sostenible”

[...] La agricultura urbana es típicamente oportunista. Sus practicantes han desarrollado y adaptado diversos conocimientos y saberes para seleccionar, ubicar, cultivar, procesar y comercializar toda clase de plantas, árboles y animales de cría. Lo que han logrado en el corazón mismo de ciudades grandes y lo que se han animado a conseguir con un apoyo mínimo, a menudo bajo las narices de la oposición oficial, es un tributo al ingenio humano [...] En resumidas cuentas, la agricultura urbana está en cualquier parte y dondequiera que las personas puedan encontrar aunque sea un espacio muy pequeño, donde criar algún animal o sembrar unas pocas semillas. (MOUGEOUT, 2006, p. 5 - 6).

Nesta definição se exalta a sagacidade e flexibilidade da ação das(os) agricultoras(os) urbanas (os), como características que têm fundamentado a resistência que esta atividade tem feito ao longo do tempo, às diversas limitantes tanto físicas como políticas, nos variados lugares nos quais esta tem se realizado. Numa publicação anterior, original do ano de 1999 e traduzida ao espanhol em 2000, Mougeot faz a definição mais citada na qual considera que a característica principal que distingue a agricultura urbana da rural é a sua integração no sistema econômico e ecológico urbano.

[...] Uma indústria localizada dentro (intraurbana) ou nas bordas (periurbana) de uma cidade pequena, média ou grande, na qual se cultiva, cria, processa e distribui uma diversidade de produtos alimentícios e não-alimentícios (re)utilizando em grande medida recursos humanos e materiais, produtos e serviços encontrados dentro e ao redor dessa área urbana, e de igual forma, oferecendo recursos humanos e materiais, produtos e serviços em sua maior parte, para essa mesma área urbana. (MOUGEOT, 2000, p. 12, tradução nossa.)

Figura 3 – Agricultura urbana e outros elementos



Fonte: Mougeout (2000, p. 10)

Este mesmo autor considera que o esforço por definir a AU precisa de um propósito, que tenha uma estrutura clara e uma capacidade de evoluir para dar conta da diversidade e particularidade das experiências que vão compondo este fenômeno mundial. Neste sentido, este autor pontua que é importante levar em consideração que os conceitos operam como ferramentas mentais, construídas pela racionalidade humana para compreender melhor, interagir e modificar as experiências do mundo real. Seguindo com este raciocínio, para esta dissertação se faz necessário delimitar esta definição da AU, para assim compreender às características do processo de organização social que compõe o caso da Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro em Porto Alegre, Brasil.

Considerando-se que a Horta foi originada no ano de 2012 a partir da realização do programa Fome Zero em Porto Alegre, é possível identificar duas formas pelas quais a agricultura urbana foi configurada no caso da Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro. Esta iniciou como uma horta ligada a um projeto institucional, no qual recebia apoio econômico e assessoria técnica do governo municipal. Uma vez finalizada a realização do programa Fome Zero, esta iniciativa continuou, mas agora, se tornando uma organização coletiva baseada no trabalho voluntário, no qual se manteve o foco no comunitário.

Isso gerou uma identidade comum que juntou as pessoas em torno da ação coletiva

mobilizada para manter esta Horta. Desde então, a Horta tem se mantido a partir das redes de aliança com diversos atores que tem contribuído com sua manutenção. Este apoio envolve, trabalho voluntário e a visita de professores (as) e estudantes de escolas e funcionários (as) de postos de saúde de Porto Alegre. Também inclui-se, a capacidade de incidência na tomada de decisões sobre o uso do terreno, a partir do seu reconhecimento como Área de Proteção do Ambiente Natural (APAN) na Câmara Municipal; e da aprovação da política estadual de agricultura urbana (PL 116/2018), na Assembleia legislativa no dia 7 de agosto de 2018.

Essa trajetória de transformações na Horta Comunitária reflete a diversidade de tipos de agricultura urbana que tem suscitado diferentes modelos de classificação, mas sem que isso tenha repercutido na criação de parâmetros globais (VAN VEENHUIZEN e DANSO, 2007<sup>19</sup> *apud* ARRAES E CARVALHO, 2015). Arraes e Carvalho (2015) fazem uma revisão de literatura em que se apresentam critérios a partir dos quais se poderia classificar as diferentes configurações que a agricultura toma nas cidades. Desta revisão considero relevante para esta dissertação, trazer a distinção segundo as finalidades da AU apresentada por Van Veenhuizen e Danso (2007), em que se diferencia entre ambiental, econômica e para subsistência. Entre estas, a finalidade de subsistência poderia caracterizar o momento inicial no que a Horta foi criada a partir de uma ação institucional ligada à realização de uma política pública.

Por outro lado, Hodgson, Campbell e Bailkey (2011<sup>20</sup> *apud* ARRES; CARVALHO, 2015) propõem uma classificação a partir da discrepância entre agricultura comercial e não comercial. Dentro das hortas não comerciais identificam: hortas domésticas, hortas comunitárias, hortas institucionais, hortas de demonstração, paisagens comestíveis, hortas ativistas, criação de abelhas por hobby e criação de galinhas por hobby. O caso da Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro poderia ser entendido como uma Horta não comercial de caráter comunitário, pois atualmente tem uma pequena produção destinada a manutenção da mesma, mas não para remunerar o trabalho dos (as) colaboradores (as), os (as) quais são voluntários (as).

Segundo estes autores as Hortas comunitárias são definidas como

[...] Hortas de alimentos ou plantas ornamentais de pequena a média escala em lotes contínuos ou descontínuos, localizados em propriedades públicas ou privadas, em áreas residenciais, operada e administrada coletivamente por um grupo. As atividades de jardinagem e os produtos finais são utilizados para consumo ou educação, entretanto, eles também podem ser vendidos no local ou fora dele,

<sup>19</sup> VAN VEENHUIZEN, R.; DANSO, G. *Profitability and sustainability of urban and peri-urban agriculture*. Roma: FAO, 2007. 109 p. (Agricultural management, marketing and finance/Occasional Paper 19).

<sup>20</sup> HODGSON, K.; CAMPBELL, M. C.; BAILKEY, M. *Investing in healthy, sustainable places through urban agriculture*. Flórida: Funders' network, 2011. 16 p.

dependendo de regulação dos governos locais e das metas da horta, enquanto um esforço coletivo. (HODGSON; CAMPBELL; BAILKEY, 2011<sup>21</sup> *apud* ARRAES; CARVALHO, 2015, p. 34)

É pertinente esclarecer que essas classificações não são tomadas com o intuito de delimitar, e sim, de dar conta da diversidade que expressa a prática da agricultura nas cidades. Pois precisamente, como evidenciado no caso da Horta, nem sempre a dinâmica social destas cabe dentro de uma única definição, pois são organizações dinâmicas que, como afirma Mougeout, usam a sagacidade como coletivo para contornar as diversas limitantes que implica fazer agricultura no contexto urbano. No entanto, este tipo de caracterização sobre as diferentes modalidades da agricultura urbana feitas para dar conta de um contexto definido, como uma cidade ou estado. Permitem entender as especificidades e necessidades que podem ser consideradas ao momento de criar programas e políticas institucionais de apoio a estas atividades, possibilitando-se assim construir medidas adaptadas às condições de um determinado contexto.

Em Porto Alegre nos últimos anos, têm surgido cada vez mais hortas de diversas características, umas dentro de instituições educativas, outras em postos de saúde ou centros de assistência social, e minoritariamente, em espaços públicos ou de propriedade coletiva. Aqui será apresentado um panorama geral das experiências das quais tive conhecimento a partir do meu trabalho de campo, com a intenção de dar uma introdução geral do contexto da agricultura urbana em Porto Alegre na atualidade.

Foi possível reconhecer cinco experiências de caráter autônomo e coletivo: a Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro existente num prédio do município desde o ano 2011; a Horta Espaço Floresta (WEBER, 2016) no bairro do mesmo nome num terreno cedido dentro da Unidade de Destino Certo do DMLU em 2016; a Horta do Assentamento Urbano Utopia e Luta criada em 2011, se localiza no terraço de um prédio, foi a primeira experiência de cultivo hidropônico urbano em Porto Alegre<sup>22</sup>; a Horta Urbana Arado Velho na zona sul da cidade localizada numa área pública que antes era um espaço de despejo de lixo e foi transformada em 2016 pelo Coletivo Plantaê numa horta e pomar (MARKO, 2011); e a Horta da Formiga (da Associação de Hortas Coletivas do Centro Histórico - AHCCH<sup>23</sup>), criada no 2017 e localizada num terreno no centro histórico de Porto Alegre de propriedade privada, cedida em

---

<sup>21</sup> HODGSON, K.; CAMPBELL, M. C.; BAILKEY, M. *Investing in healthy, sustainable places through urban agriculture*. Flórida: Funders' network, 2011. 16 p.

<sup>22</sup> Facebook: <https://www.facebook.com/hortaurbanapoa/?ref=ts&fref=ts>

<sup>23</sup> Maiores informações sobre esta associação podem ser consultadas em: <https://www.hortaurbana.minhaportoalegre.org.br/#block-2799>

regime de comodato pelo dono para esta atividade. A AHCCCH é um coletivo de moradores dos bairros do centro de Porto Alegre que se organizaram para criar hortas urbanas nesta região da cidade, com esta intenção tem solicitado à prefeitura que seja cedido um terreno baldio para a criação de uma horta, localizada sobre a Rua José do Patrocínio. No entanto, até o momento da escrita desta dissertação, o terreno ainda não foi cedido.

Dentre as hortas em postos de saúde e centros de assistência social, estão as hortas da Unidade de Saúde Santa Tereza, que faz parte da gerência distrital de saúde Glória- Cruzeiro-Cristal no bairro Santa Tereza (CONTE, 2017) desde o ano 2017; a horta da Unidade do Equipe de Saúde e Família- ESF Esmeralda no bairro Lomba do Pinheiro e do posto de Saúde do bairro Partenon. Em centros de assistência social existe a Horta do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Lomba do Pinheiro desde o ano 2015, e segundo o informado pelo extensionista da EMATER, Sandro Trevisan, se está criando uma Horta no Centro de Referência de Assistência Social, CRAS, da Restinga, na qual está se envolvendo o CREAS (Centros de Referências Especializados de Assistência Social). Na Restinga também existe outro projeto de agricultura urbana agroecológica, desenvolvido no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) desde o ano 2017 como resultado da parceria com o Programa de Desenvolvimento Rural<sup>24</sup> (PDGR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

As escolas também têm sido locais para diversas iniciativas de hortas urbanas, como é o caso da Escola Infantil Osmar Freitas, Escola irmão Miguel Dario e Escola São Guilherme, as quais têm participado do Fórum de Hortas Urbanas criado no ano 2017. Segundo relatou na entrevista a professora Ingrid Barros, aposentada da Faculdade de Agronomia da UFRGS, um motivo importante que a levou a criar o grupo de extensão de agricultura urbana foi precisamente a alta demanda de assessoria para as escolas.

[...] Por 2010 mais ou menos eu fiz um projeto de agricultura urbana porque tinha muita demanda das escolas, muita gente querendo mandar seus alunos, e aí não dá para a gente atender. Então melhor capacitar às pessoas e ver onde é que tem coisas acontecendo, e nesse processo eu tinha sempre uma parceria muito grande de trabalho com Emater, o escritório de Porto Alegre. (Ingrid Barros em 10/04/2019).

No desenvolvimento destas iniciativas de hortas urbanas, dentro de postos de saúde e

---

<sup>24</sup> Por meio das disciplinas, Reflexão e Planejamento da Docência ofertada no primeiro semestre do ano, e Prática de Ensino Integrada à Extensão, ofertada no pelo PGDR, quatro discentes deste programa, supriram a demanda de professores que pudessem ministrar as disciplinas específicas do curso PROEJA Técnico em Agroecologia que recém começava no do IFRS-Restinga para o segundo semestre de 2017 (COBOS *et al.*, 2017)

escolas, tem sido importante o apoio recebido através das parcerias com as ações de extensão realizadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como foi referido pela professora Ingrid Barros. E também, com grupos como o UVAIA da Faculdade de Agronomia e o grupo Viveiros Comunitários do Instituto de Biociências, especificamente ligado ao curso de Biologia. Assim mesmo, tem sido crucial o suporte técnico que têm oferecido os extensionistas da EMATER e o aporte de insumos realizado pelo Centro Agrícola Demonstrativo (CAD) com a doação de mudas e de adubo orgânico pela Unidade de Triagem e Compostagem (UTC) do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU).

Existem dois projetos de agricultura urbana, realizados dentro de instituições educativas que sem pretender dizer aqui que são melhores do que os outros projetos, estes têm consolidado experiências muito interessantes no atendimento de populações em condição de vulnerabilidade. Na Escola de Porto Alegre (EPA) localizada na zona central da cidade, o projeto da Horta Comunitária trabalha com pessoas em situação de rua que frequentam aulas de ensino fundamental. Esta surgiu da necessidade de ampliar as atividades do Núcleo de Trabalho e Educação (NTE), que desenvolve oficinas de cerâmica e papel artesanal em articulação com a rede de socioeconomia solidária (GODOY *et al.*, [2016]). O outro projeto tem lugar na EFFF Escola e Instituto Miguel Dario, localizada no Morro da Agronomia perto da sede do Campus do Vale - UFRGS, que assiste jovens presos em regime aberto e semiaberto, segundo o relatado pela professora Gladis no “Encontro da Agricultura Urbana e Periurbana Sustentável<sup>25</sup>”, a escola tem trabalhado com este projeto de agricultura de inclusão social há cerca de 30 anos, desenvolvendo temáticas de geografia e história a partir da experiência na Horta.

---

<sup>25</sup> Encontro realizado no dia 25 de abril de 2019 na Sala de Convergência da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de reunir municípios da região metropolitana para divulgar a lei nº 15.222/18 sobre a Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana do RS. Tanto o evento como a política foram construídos pela gestão do Fórum de Hortas Urbanas, criado em novembro de 2017, com participação de diversos atores, entre os que estão representantes da Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), Emater, professores (as) e estudantes da UFRGS, Instituto Renascer, Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro, Associação de Hortas Coletivas do Centro Histórico, representantes de diversas hortas de escolas e postos de saúde, e pessoas interessada na temática.

### **3 PREPARANDO O TERRENO: INTERAÇÕES URBANO-RURAIIS QUE CONFIGURAM O BAIRRO LOMBA DO PINHEIRO**

Neste terceiro capítulo apresento um marco contextual do local sobre o qual desenvolve-se esta dissertação. Faço aqui uma reconstrução resumida da configuração sócio-histórica do bairro Lomba do Pinheiro desde a década de 40, ao considerar que, para o entendimento do estudo de caso que é a Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro, é significativo compreender que esta iniciativa faz parte e é composta pelo processo de lutas sociais que tem caracterizado a história do bairro Lomba do Pinheiro. Assim como também, trata-se de uma trajetória que traz à tona questões sobre a transformação dos territórios rurais por conta da expansão urbana e da modernização da agricultura, gerada a partir da introdução da revolução verde. A qual significou a expulsão dos pequenos agricultores das áreas rurais para as cidades, aonde chegaram para conformar as periferias. Esse é o caso do bairro Lomba do Pinheiro, o qual foi configurado a partir das migrações geradas pelo êxodo rural na década de 70 e 80, e também, pelas migrações inter-urbanas geradas pela implantação de uma lógica de planificação urbana na que as populações de baixa renda foram realocadas nas periferias da cidade. Após o período de redemocratização, no final da década de 1980, se dá a abertura para a consolidação de pautas que questionavam o modelo de sociedade moderno. Neste caso, expressam-se na criação da Horta Comunitária a partir dos princípios da agroecologia, como referência para se questionar o modelo de desenvolvimento rural baseado na lógica da revolução verde. E também, na implementação de mecanismos de gestão participativa no desenvolvimento da cidade, como é o Orçamento Participativo, com o qual tentou-se fazer frente aos processos de exclusão social que sustentavam o modelo de cidade moderna.

#### **3.1 O BAIRRO LOMBA DO PINHEIRO, PORTO ALEGRE, RS**

Nesta seção são apresentadas as características do contexto sobre o qual esta dissertação foi desenvolvida, o bairro Lomba do Pinheiro localizado em Porto Alegre, Brasil. Esta cidade é a capital do estado do Rio Grande do Sul. Segundo o censo realizado pelo IBGE no ano 2010, o município tem uma população de 1.409.351 habitantes e conta com uma extensão de 495,390 km<sup>2</sup>. O bairro Lomba do Pinheiro tem 51.415 habitantes (IBGE, 2010), sendo o quarto bairro do município com maior população<sup>1</sup>, representa 4,42% da população do município e tem uma área de 50,65 km<sup>2</sup> que corresponde ao 10,64% da área do município

---

<sup>1</sup> Rubem Berta 87.367, Sarandi 59.707 e Restinga 51.569 (IBGE, 2010).

(Observa POA). A densidade demográfica é de 2.094 hab/km<sup>2</sup>. No entanto, pesquisadores e moradores do bairro estimam que hoje o bairro tenha mais de 120.000 habitantes.

Partindo da comparação entre os dados populacionais do censo do IBGE de 2000 e 2010, o bairro teve o maior crescimento populacional refletido num aumento de 21.181 habitantes em 10 anos, pois para o ano 2000, a população do bairro foi calculada em 30.388 hab. Segundo Rosa (2013), entre o ano 2000 e 2010 o Bairro Lomba do Pinheiro<sup>2</sup> teve um crescimento anual de 6,97%. Essa tendência reflete-se no contexto identificado pelo estudo sobre a Resiliência climática de Porto Alegre “Desafio Porto Alegre Resiliente”, segundo o qual esta região apresenta uma acelerada transformação e expansão imobiliária, cujo território tem se configurado num mosaico composto por espaços densamente povoados e espaços verdes, dos quais alguns são de preservação ecológica (Porto Alegre Resiliente, 2016). É este o caso do terreno de 7 hectares onde está localizada a Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro. Transformada de Área Especial de Interesse Institucional (AEII) para Área de Proteção do Ambiente Natural (APAN)<sup>3</sup>, no ano 2016.

**Figura 4 - Caracterização da população do bairro Lomba do Pinheiro apresentada no informe Desafio Porto Alegre Resiliente**



Fonte: Desafio Porto Alegre Resiliente (2016).

<sup>2</sup> Segundo o IBGE, comparando-se os Censos de 2000 e de 2010, o Brasil teve um crescimento populacional de 1,17% ao ano. Porém, se consultarmos o crescimento do Rio Grande do Sul, de 0,49%, e o de Porto Alegre, com 0,35%. Se compararmos ao aumento populacional da Lomba do Pinheiro no mesmo período, passando de 30.388 habitantes em 2000 para 51.415 habitantes em 2010, constatamos que houve um crescimento de 6,92% ao ano. (ROSA, 2013, p. 169).

<sup>3</sup> Projeto de Lei (PL) do vereador Aírto Ferronato (PSB) aprovado pela Câmara Municipal de Porto Alegre o 21 de dezembro de 2015.

O processo de urbanização do bairro caracteriza-se por um crescimento populacional intenso e sem planificação, gerado pela ocupação do bairro a partir de loteamentos irregulares e clandestinos. Esse processo começaria na década de 40, e seria intensificado, na década de 70 e 80 como consequência do fenômeno do êxodo rural que ocorreu em escala nacional (MAGNI, 1996; FONTOURA, 2005; ROSA, 2013). De acordo com o IBGE, para o ano de 2010 o bairro contava com 33 vilas e mais de 50 assentamentos não regularizados. Esta situação se reflete no índice de desenvolvimento humano do bairro calculado em 0,683, ficando abaixo da média do município, a qual é de 0,805. Igualmente, em relação a média salarial do bairro, que é de 2,07 salários mínimos, sendo menor que a municipal estimada em 4,1 salários mínimos (IBGE, 2010).

O bairro Lomba do Pinheiro situa-se na fronteira leste do município de Porto Alegre, com Viamão. Sua localização está numa região afastada da zona urbana central, apresentando um mosaico de áreas de alta densidade populacional com terrenos de vegetação natural. Existe uma importante presença de áreas naturais neste bairro, segundo o IBGE (2010) o bairro conta com 61,66% de arborização no entorno das edificações. No entanto, considerando o crescimento populacional que nesta apresenta-se, muito provavelmente, atualmente esta cifra tenha variado (embora não se tenha encontrado uma estimativa mais recente sobre dita situação).

Costa (2004) faz uma caracterização hidrográfica da zona correspondente ao bairro Lomba do Pinheiro, a partir de dados produzidos pela Prefeitura Municipal, determinando que esta área de abundante vegetação é também o local onde nascem as duas maiores Bacias Hidrográficas do Município, a Bacia do Salso e a do Dilúvio. A Bacia Hidrográfica do Salso tem uma área aproximada de 94 km<sup>2</sup>, sendo a maior do município, ocupando cerca de 20% da área total de Porto Alegre. O Arroio do Salso tem suas nascentes na Lomba do Pinheiro, percorrendo total ou parcialmente bairros como Restinga, Serraria, Belém Velho, Vila Nova, Hípica, Aberta dos Morros, Chapéu do Sol, Ponta Grossa, até desaguar no Guaíba. O Arroio do Salso tem sua importância na abrangência territorial rumo ao sul do município.

A estrada principal do bairro, a João de Oliveira Remião, é uma divisória das sub-bacias do Dilúvio, estando na parte oeste o Arroio Agronomia, e na leste, o Arroio Mato Grosso e os seis arroios represados na Barragem do Sabão: Vitorino, Taquara, Diluvinho, Pequeno, Casa Velha e um sem nome (MAGNI, 1996). Os quatro últimos estão localizados dentro do Parque Saint-Hilaire<sup>4</sup>, sendo que os dois primeiros albergam a maior densidade

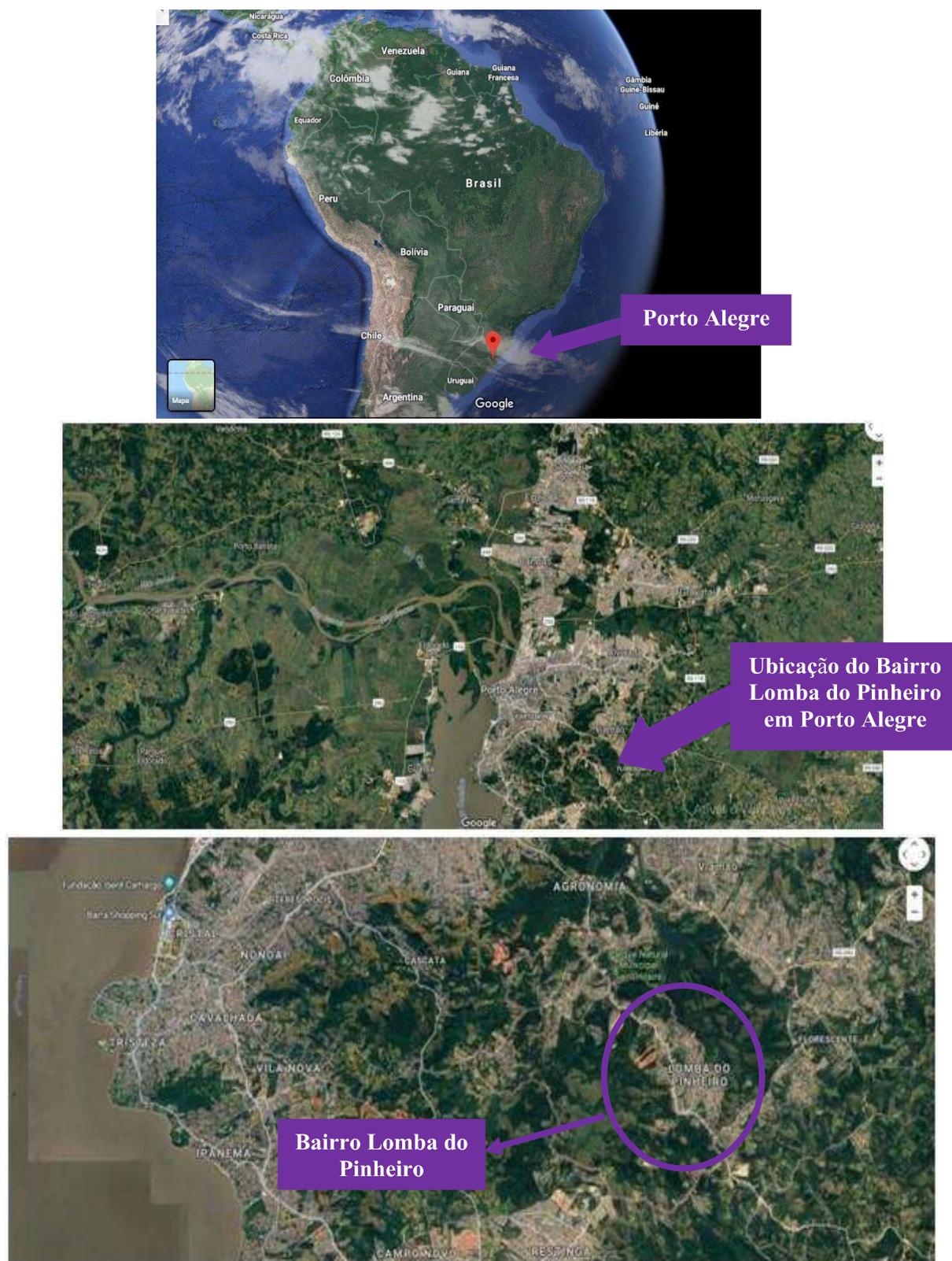
---

<sup>4</sup> Decreto Municipal 14.289/03. Enquadra o Parque Saint' Hilaire no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (PDDUA, 2018, p. 63).

populacional ao redor das margens. Especialmente, o Arroio Taquara apresenta o maior processo de ocupação a partir de construções irregulares com terrenos dentro dos 15 metros de margens, nos quais é proibido construir. Essa densidade populacional tem gerado um considerável impacto sobre a qualidade ambiental do Arroio, ao envolver casos de lançamento de esgoto e de todo tipo de lixo sobre os cursos d'água. Esta informação sobre o estado do Arroio Taquara consta na *Caracterização Antropológica da Lomba do Pinheiro*, realizada por Claudia Turra Magni no ano de 1996, para a implantação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Porto Alegre do ano de 1999. Sem embargo, na atualidade, o estado de poluição deste Arroio segue sendo um grande desafio para as autoridades ambientais, pois ainda é o paradeiro de esgoto e lixo.

No ano de 2015, foi criado o Grupo de Trabalho (GT) da Bacia do Arroio Taquara, precisamente com o objetivo de articular a sociedade civil e instituições públicas ao redor de ações que contribuam com o melhoramento da qualidade ambiental deste Arroio. A Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro tem tido participação neste GT, pois este Arroio delimita o terreno em que esta se localiza e, além disso, porque o GT esta em sintonia com o trabalho de educação ambiental fomentado pela Horta. O interesse em fomentar a consciência ambiental tem sido um objetivo central no desenvolvimento do trabalho comunitário da Horta. Pois além da realização de atividades relacionadas à manutenção dos cultivos e vegetação da Horta, o trabalho coletivo tem se desdobrado para dar apoio a atividades como, o trabalho do GT do Arroio Taquara, atividades para comemorar o dia da Água e do Meio Ambiente, oficinas sobre plantas alimentícias não convencionais (PANC's), xaropes com ingredientes naturais, sabões, pomadas e usos medicinais das plantas, entre outros. Essas múltiplas ações que compõem o funcionamento do coletivo que é a Horta serão desenvolvidas no próximo capítulo.

**Figura 5 - Localização geográfica de Porto Alegre na América do Sul, e localização do bairro Lomba do Pinheiro em Porto Alegre, 2019**



Fonte: GoogleMaps (2019)

Rosa (2015) afirma que o processo de ocupação do bairro da Lomba pode ser compreendido em três períodos: o primeiro relacionado a chegada dos primeiros habitantes, até a década de 1940; o segundo, marcado pelo primeiro grande incremento populacional na década de 70, e o terceiro, a conformação das atuais vilas a partir de 1980. Inicialmente, esta região estava dividida em grandes extensões de terra de propriedade de famílias de origem portuguesa que cultivavam e tinham criação de gado nos terrenos. Um deles, morador dos mais antigos da região, o comerciante João de Oliveira Remião, é nome da principal rua do bairro (FREIRE *et al.*, 2000). Até a década de 40, o bairro manteve características rurais e os moradores comercializavam seus produtos hortifrutigranjeiros, no centro de Porto Alegre. Também existiam na região os tambos de leite que abasteciam o bairro e as regiões mais próximas. Nas décadas seguintes, a população foi crescendo como consequência da migração rural que se intensificou nos anos de 70 e 80. A região entra no processo de urbanização, quando ruas são asfaltadas, a rede escolar é ampliada e novos projetos de infraestrutura são executados. (FREIRE *et al.*, 2000). Isso resultou num crescimento não planejado, que levou a comunidade se organizar em associações de moradores para lutar por melhores condições da infraestrutura pública e pela regularização dos imóveis.

Em 1962, o projeto de lei municipal do vereador Landel de Moura, dá nome ao bairro Lomba do Pinheiro. Juridicamente o bairro foi criado pela lei 2002 de 1959, porém seus limites foram alterados pela lei 7954 de 1997, que anexa ao município de Porto Alegre as vilas que pertenciam a Viamão (São Pedro, Santa Helena, Panorama, Santa Filomena e Bom Sucesso). Atualmente a Lomba do Pinheiro é formada por mais de trinta vilas (FREIRE *et al.*, 2000).

### 3.2 CONFIGURAÇÃO HISTÓRICA DO BAIRRO À LUZ DO ÊXODO RURAL, A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E A AGROECOLOGIA

A relevância de trazer uma perspectiva histórica sobre as dinâmicas populacionais do Bairro Lomba do Pinheiro para a presente dissertação, está no fato de que a criação da Horta tem uma importante relação com esta trajetória de migração do rural para o urbano que influenciou na configuração do bairro. Já que uma das principais motivações que levou a construir esta Horta, foi fazer um resgate desses conhecimentos e valores associados à vida no interior, que as populações do bairro poderiam estar perdendo com sua migração à cidade. No seguinte fragmento da entrevista realizada ao frei Luciano expressa-se essa intenção com a criação da Horta.

[...] É também o resgate de uma memória afetiva de muitas famílias e fortalecimento de vínculos, porque muitas das crianças que nasceram aqui, que são a terceira geração aqui na Lomba. Seus avós quase todos foram agricultores no interior, viveram da terra, então proporcionar essa vivência é uma forma de fortalecer os vínculos familiares e comunitários, que é um eixo importante em nosso trabalho... Também temos uma preocupação e já fizemos vivências bem concretas em torno das ervas medicinais como uma forma bem concreta de valorizar um saber popular, mas ao mesmo tempo reconectar as nossas crianças com a história. (Frei Luciano Bruxel, em 20/07/2018).

Deste processo de migração acontecido entre as décadas de 50 e 60, é importante ressaltar que uma das principais causas foi a implantação de um modelo agrícola que priorizava a agricultura industrial e aos grandes proprietários, sobre os pequenos produtores ou camponeses (WANDERLEY, 2009). Com a instauração da ditadura militar em 1964 se consolidou o domínio da grande propriedade, “em aliança com o latifúndio e a grande empresa agrícola e com os complexos agroindustriais internacionais e o capital financeiro, o Estado ditatorial promoveu a implantação e a expansão da modernização tecnológica da agricultura, sob o rótulo de Revolução Verde” (ALMEIDA, 2009, p. 68). Esse contexto resultou na expulsão dos agricultores para os centros urbanos, o que terminou por influir na origem do bairro.

Essa ideologia que sustenta a agricultura industrial representa um modo de ver o sistema agroalimentar, que é questionado pelos princípios de agroecologia que sustentam a práxis do coletivo de pessoas que conforma a Horta. Assim, vemos que nesta iniciativa se englobam duas questões que se relacionam com o processo histórico de migrações que configurou o bairro. Por um lado, o interesse em gerar um espaço que possibilitaria a continuidade e valorização dos saberes populares sobre plantas trazidos pelas pessoas que migraram do interior, e que com sua chegada na cidade poderiam ser marginalizados e esquecidos. De outro lado, a visão crítica sobre o modelo de modernização agrária que gerou as migrações, a qual se sustenta nos princípios da agroecologia, que orienta a práxis na Horta.

Quando me refiro aos princípios de agroecologia, considero importante trazer algumas definições sobre o conceito, uma vez que este conhecimento surge precisamente para questionar as externalidades negativas que começavam a ser geradas pela industrialização agrícola, tanto a nível ambiental, como a nível social.

### **3.2.1 A alternativa agroecológica frente à modernização agrícola**

Segundo Monteiro e Londres (2017), a trajetória da Agroecologia no Brasil está relacionada com a abertura democrática acontecida nos anos de 1980, a qual favoreceu

reorganização dos movimentos populares e a emergência de posicionamentos críticos frente à expropriação de comunidades camponesas decorrentes da modernização agrícola. Assim como, o surgimento de movimentos que contestavam a industrialização da agricultura e seus impactos ecológicos negativos como perda de biodiversidade, incluindo a diversidade de sementes, desmatamento, degradação dos solos, destruição de fontes de água e contaminação ambiental pelo uso massivo de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos. Nesse tempo, também se começava a considerar que o pacote tecnológico da Revolução Verde, difundido pelas políticas públicas, gerava a dependência dos pequenos agricultores dos grandes complexos agroindustriais. Destaca-se nessa mobilização a Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (Faeab) e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab). Estas autoras também assinalam como obras paradigmáticas na construção deste posicionamento crítico à modernização da agricultura, o livro “Manifesto ecológico brasileiro: fim do futuro?” (1976) de José Lutzenberg, *Pragas, praguicidas e crise ambiental* (1979) de autoria de Adilson Paschoal e o livro *O manejo ecológico do solo* (1980) de Ana Maria Primavesi (MONTEIRO; LONDRES, 2017, p. 56).

Esses trabalhos influenciaram os nascentes grupos de agricultura alternativa nas universidades, na origem de pensamentos com diferentes nomes que foram identificados genericamente como agricultura alternativa. Esses grupos cresciam em várias partes do país, gerando uma série de encontros<sup>35</sup> que fortaleceram o movimento, possibilitando articulações entre agrônomos, movimentos sociais e trabalhadores rurais. Segundo Assis e Romeiro (2002), a agroecologia não deve ser entendida como uma prática agrícola, e sim como:

[...] uma ciência que busca o entendimento do funcionamento de agroecossistemas<sup>5</sup> complexos, bem como das diferentes interações presentes nestes, tendo como princípio a conservação e a ampliação da biodiversidade dos sistemas agrícolas como base para produzir auto-regulação e conseqüentemente sustentabilidade” (ASSIS; ROMERO, 2002, p.10).

Miguel Altieri, um dos pesquisadores que se associa a criação do termo agroecologia a define da seguinte forma:

[...] Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver

<sup>5</sup> Em Curitiba/PR, em 1981, no I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA). Na década de 1980, outros três EBAA foram realizados: 1984, Petrópolis/RJ; 1987, Cuiabá/MT; e 1989, Porto Alegre/RS (MONTEIRO; LONDRES, 2017, p. 56).

agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos [...] Além da luta contra as pragas, doenças ou problemas do solo, o agroecologista procura restaurar a resiliência e a força do agroecossistema. Se a causa da doença, das pragas, da degradação do solo, por exemplo, for entendida como desequilíbrio, então o objetivo do tratamento agroecológico é restabelecê-lo. (ALTIERI, 1998, p. 23-24)

Assis e Romero (2002) afirmam que o uso contemporâneo do termo agroecologia se associa à década dos anos 70, mas a ciência e a prática agroecologia teriam a idade da própria agricultura, pois se sustenta na integração de saberes populares e científicos. Esta tem o objetivo de criar agroecossistemas sustentáveis baseados na procura da maximização da reciclagem de energia e nutrientes como forma de minimizar a perda dos recursos durante os processos produtivos. A partir da diversificação dos sistemas, para tornar-lhes mais estáveis ao aumentar assim a capacidade de absorver as perturbações próprias do processo produtivo, como as flutuações climáticas.

Nesta articulação de saberes populares e científicos que assinalam Assis e Romero (2002), a agroecologia é uma forma de conceber uma agricultura que harmoniza com a dinâmica de encontro de conhecimentos que caracteriza a dinâmica da Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro. Nesta, são frequentes as trocas de saberes sobre os usos alimentícios e medicinais das plantas, que conjugam os conhecimentos de profissionais e estudantes de diversas áreas com os saberes da experiência de anos de diversas pessoas que visitam e participam da Horta. O ponto de convergência deste diálogo de saberes é a procura de alternativas ao modelo de produção agroalimentar industrializado.

Segundo Oliveira (2017), a articulação da agroecologia com a agricultura urbana surgiu no 1º Encontro Nacional de Agricultura Urbana (ENAU) realizado no ano 2015 no Rio de Janeiro. Nesse Encontro foram debatidas a inserção da agricultura urbana na política nacional de agroecologia e de produção orgânica (PNAPO); e o Plano Nacional de agroecologia e produção orgânica (PLANAPO). Assim como também, foi discutida a proposta do projeto de lei apresentado pelo deputado federal Padre João (PT-MG), para a criação de uma Política Nacional de Agricultura Urbana e Perirubana, AUP. Contando com a presença de representantes do MDA e MAPA, porém sem a participação do MDS, que até 2012 apoiou as políticas públicas da agricultura urbana. Este encontro foi realizado pelo Coletivo Nacional de agricultura Urbana (CNAU), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) (TUBINO, 2015).

### 3.2.2 Agricultura urbana como política de assistência social: configuração de uma periferia urbana e êxodo rural

No capítulo anterior foi contextualizada a criação da Horta em relação ao programa Fome Zero. Esta política social orientada a garantir segurança alimentar aos setores de baixa renda, foi implementada neste bairro, por ser um local com uma alta porcentagem de populações em situações de pobreza e insegurança alimentar. Esta situação pode ser entendida a partir do histórico de migrações geradas pelo fenômeno do êxodo rural, uma vez que o bairro foi um importante receptor de migrantes rurais, que na sua chegada em Porto Alegre, viveram em diversas condições de carência.

O Programa Fome Zero foi uma política de segurança alimentar e nutricional implementada no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A partir do reconhecimento público da magnitude do problema da fome e insegurança alimentar no Brasil, e do papel do Estado na manutenção de estratégias que, junto à sociedade civil, buscam combater essa situação<sup>6</sup> no país. Este programa estava estruturado em três pilares fundamentais: políticas de caráter estrutural<sup>7</sup>, políticas específicas<sup>8</sup> e políticas locais. Dentro destas últimas, está a criação de programas de agricultura urbana junto à compra de alimentos da agricultura familiar para programas públicos, banco de alimentos e restaurantes populares

Para integrar as ações do programa Fome Zero, de assistência social, de renda, de cidadania e de segurança alimentar, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em janeiro de 2004. Segundo o Relatório da Subcomissão Mista Sobre Segurança Alimentar e Nutricional (2014), o enfoque do MDS estaria voltado para famílias e não para indivíduos, pois o objetivo principal é contribuir para restaurar e valorizar as relações comunitárias, em suas dimensões familiar, ética, cultural e produtiva. Alguns dos projetos e iniciativas citados são: Restaurantes Populares, Programa de Atendimento Integral

---

<sup>6</sup> “A dimensão dessa situação dramática no país revela um problema estrutural. Desde 1999 o Brasil registrava em torno de 9,9 milhões de famílias ou 46 milhões de pessoas com renda inferior a US\$ 1,08 por dia. Já o Rio Grande do Sul possuía 366.000 famílias ou 1.622.000 de pessoas que viviam com essa renda diária. Todavia produzimos 120 milhões de toneladas de grãos, 20 bilhões de litros de leite e 7,9 milhões de toneladas de frango. Ou seja, trata-se de um problema de segurança alimentar, de falta de acesso aos alimentos decorrente da desequilibrada distribuição de renda e da falta de políticas de segurança alimentar e de assistência social complementares e capazes de assegurar a alimentação diária” (Relatório da Subcomissão Mista Sobre Segurança Alimentar e Nutricional – Fome Zero, 2014, p. 36).

<sup>7</sup> Políticas de caráter estrutural: geração de renda, geração de emprego, reforma agrária, estímulo à produção de alimentos pela agricultura familiar, retomada do estoque de alimentos Conab.

<sup>8</sup> Políticas específicas: programas de transferência de renda, reforço da merenda escolar; distribuição emergencial de alimentos para comunidades em extrema vulnerabilidade alimentar como as comunidades indígenas, os quilombolas, os acampados ou recém-assentados da reforma agrária, trabalhadores que vivem nos e dos lixões.

à Família, Atuação de empresas, Consórcio de Municípios de Desenvolvimento Local e Segurança Alimentar e a Produção de Alimentos: Agricultura Urbana e Rural.

O desenvolvimento do programa de Agricultura Urbana em Porto Alegre teve início no ano de 2003 com a visita do Sr. Alain Santandreu<sup>9</sup>, um dos especialistas do Programa de Gestão Urbana da ONU em Quito, Equador. Ele esteve no Rio Grande do Sul para articular um projeto de promoção da agricultura urbana com um conjunto de prefeituras, e também, para apresentar a abordagem que tinha orientado o tratamento desse tema pela ONU. Inicialmente destacou que, metodologicamente, temáticas como essa tinham sido promovidas conjuntamente a setores como governos, sociedade civil, iniciativa privada e universidades. Esta articulação seria trabalhada com as prefeituras dos municípios de Santa Maria, Pelotas, Viamão, Alvorada, Caxias do Sul, Cachoeirinha e Porto Alegre, a partir da realização de uma capacitação em metodologias participativas para a elaboração de programas de agricultura urbana (SUBCOMISSÃO... 2014, p. 41).

As dimensões que integravam esse programa de agricultura urbana eram, a participação dos cidadãos, planejamento físico, segurança alimentar, reciclagem de lixo, tratamento de água, equidade de gênero, produção, comercialização e financiamento da agricultura urbana. Segundo o Relatório da Subcomissão mista sobre SAN (2014), na experiência de Porto Alegre, a agricultura urbana seria trabalhada em três escalas: em cada casa um canteiro, em cada escola uma horta educativa e em cada vila uma horta comunitária.

No entanto, segundo foi relatado por alguns dos entrevistados para esta pesquisa, a proposta das hortas comunitárias do programa Fome Zero não chegou a ser efetivamente apropriada pelas comunidades, pois após o corte do recurso, as hortas foram abandonadas. Na entrevista realizada ao Sandro Trevisan, extensionista rural da EMATER de Porto Alegre e parceiro da Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro, ele relata

[...] Porto Alegre teve um programa de hortas urbanas de onde veio um recurso do Ministério do Desenvolvimento Social, foram instaladas mais de 10 hortas urbanas com cozinhas comunitárias, só que esse programa não teve continuidade quando acabou o recurso o programa acabou também. Isso ficou latente, uma dessas hortas foi na parada 15 da Lomba e outra no local atual da Horta da Lomba. (Sandro Trevisan em 20/11/2018)

---

<sup>9</sup> No primeiro capítulo foi mencionado que Santandreu junto a Lovo desenvolveram uma pesquisa sobre o estado da Agricultura Urbana no Brasil em parceria entre o MDS, FAO e RUAFA, a qual seria apresentada no 1o Simpósio Nacional de Agricultura Urbana, sendo que deste surgiria a proposta de uma Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, que seria posteriormente convertida em projeto de lei no ano de 2015.

Assim, da experiência deste programa de hortas comunitárias do Fome Zero, geraria um antecedente que posteriormente repercutiria na criação da Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro, que é o foco do estudo nesta dissertação. Porém, esta apesar de ter sido motivada pela experiência prévia com as hortas do Fome Zero, teria um enfoque diferente, pois se trata de uma proposta que surgiu desde a iniciativa da própria comunidade.

[...] Foi nessas conversas numa conferência de assistência social aqui na Lomba do Pinheiro que conheci Lourdes e Flavio, ai a Lourdes trouxe essa provocação de que ela estava com desejo de retomar as atividades da horta. Perguntou-me se eu era parceiro e me coloquei imediatamente a disposição. A gente ficou um ano planejando com a comunidade, com as associações de moradores da Lomba, Conselhos Comunitários, escolas, como que se daria a horta. A princípio seria na parada 15 nas negociações com DEMAVI para cedê-la o terreno, depois vimos que ia ter um loteamento lá, desistimos. Aí nos ofereceram este pedaço aqui embaixo e a partir daí começamos a trabalhar com a ideia de trabalhar com a horta aqui. (Sandro Trevisan em 20/11/2018)

Como se evidencia no trecho da entrevista ao Sandro Trevisan, a criação surgiu da iniciativa da própria comunidade do bairro, particularmente da inquietação da Lourdes Guiconi, uma reconhecida líder do bairro Lomba do Pinheiro, que ainda hoje continua na frente do trabalho com a Horta Comunitária. Além do apoio solidário que o Sandro Trevisan ofereceu como extensionista rural da EMATER, pois lembremos que para então já não existia nenhum programa institucional de assistência social para apoiar o desenvolvimento de hortas urbanas. Outro apoio para dar início a esta nova horta foi da pastoral social dos freis franciscanos da Paróquia Santa Clara. Segundo relatou a Lourdes Guiconi na entrevista realizada para esta pesquisa

[...] Era um debate, todas as reuniões, o que nós vamos fazer com essas mulheres e famílias que estão sendo beneficiadas do bolsa família para elas ter sua própria autonomia. E ai foi que a paróquia na época a Santa Clara, tinha um coordenador que era o Frei Flavio abraçou junto à causa, a assistência social foi muito bom a participação e o apoio da paróquia na época e ai foi eu foi oferecido para as famílias que elas eram atendidas pela pastoral do alimento da paróquia então foram feitas várias reuniões na parada 10 com todas as famílias. E ai foram oferecidas quem é gosta de plantar e horta, as pessoas levantavam a mão, e ai a gente ia com caderno notava o nome. (Lourdes Guiconi em 26/11/2018)

Assim, vemos que neste novo projeto de Horta se enfatizou o incentivo da construção de uma proposta para geração da autonomia frente à dependência que as pessoas tinham do programa bolsa família. Neste contexto, o trabalho da pastoral social desenvolvido pelos freis franciscanos na comunidade do bairro trouxe um aporte importante, a partir dos princípios da teologia da libertação, que orientaram sua atuação no bairro desde a década de 1970. Na

entrevista realizada ao frei Luciano este comentou sobre isso

[...] É bem na época, no ano 2002 no início do governo de Lula foi por ali que nasceu o projeto Fome Zero. Ainda tinha o Betinho, que foi um grande Líder, o Frei Gilberto. Justamente eles faziam umas críticas aos programas de transferência de renda que eles deveriam ser também de transferência de tecnologia para não gerar uma dependência, e gerar uma emancipação. A horta nasceu um pouco nesse espírito de mobilizar as pessoas em torno de um fazer, que o trabalho fosse uma mediação e um avanço de consciência frente à realidade e também de superação da pobreza. (Frei Luciano Bruxel em 20/07/2018)

Assim, vimos que o incentivo à agricultura urbana que no início correspondia a um programa do governo do ex-presidente Lula, para dar assistência social às populações de baixa renda, como é o caso dos moradores do bairro Lomba do Pinheiro. Não teve continuidade após finalizada a transferência de recursos para sua execução. Justamente, por tratar se de uma iniciativa que não promoveu a autonomia e sim a dependência dos recursos transferidos pelos programas do governo. Mas não é meu objetivo fazer uma avaliação da execução do programa Fome Zero, trago esse aspecto porque é um antecedente na criação da Horta que, aporta elementos para entender os diferentes momentos que compõem o percurso mais recente da agricultura urbana em Porto Alegre, a partir deste estudo de caso.

No próximo capítulo serão aprofundadas as questões sobre a Horta na atualidade. Apresentarei uma breve reconstrução da trajetória histórica de constituição do bairro Lomba do Pinheiro, pois a partir desta, é possível dimensionar os efeitos socioespaciais da modernização do modelo de desenvolvimento moderno na sua expressão. Tanto no contexto rural e como no urbano. Nesta dissertação, não se desenvolvem as discussões teóricas sobre as definições do rural e o urbano. Mas sim é importante apontar que, a partir da compreensão do fenômeno do êxodo rural e da implantação de um modelo de desenvolvimento, com efeitos tanto no rural como no urbano. Faz-se uma compreensão do território a partir das múltiplas interações entre estas duas configurações espaciais, rural e urbana. Nas quais acontecem fluxos e transformações permanentes e de forma interdependente. Sendo precisamente a Horta Comunitária uma expressão deste processo de hibridação.

No entanto, desde a gestão do território das instituições do Estado, este processo de interações rural-urbanas não foi integrado efetivamente, como será apresentado. Pois o processo de migração de populações à cidade, não era previsto dentro do planejamento urbano, resultando num processo de urbanização complexo e excludente.

### 3.3 SOBRE AS ORIGENS DO BAIRRO LOMBA DO PINHEIRO

A Lomba do Pinheiro era uma região formada por terrenos rurais, propriedade de algumas famílias, dentre estas se destaca a família de S. Pedro Vicente, nascido em 1932. Esta era proprietária de uma área de 15 hectares onde hoje fica o cemitério Jardim da Paz. E a família do João de Oliveira Remião, que era um português que morava no prédio onde atualmente funciona o Museu Comunitário Lomba do Pinheiro.

Até a década de 40, estes terrenos sobre os que futuramente se fundaria o bairro Lomba do Pinheiro, tinham algumas fazendas dedicadas ao cultivo de hortifrutigranjeiros e criação de gado e galinhas. Segundo Magni (1996) neste tempo grande parte da lenha para os fogões usados nas casas em Porto Alegre provinha das matas da Lomba do Pinheiro. Fontoura (2005) salienta que para o final dos anos 40, esta área possuía cerca de 200 habitantes, e era considerada nos documentos do poder público, como zona rural e como área indefinida. Sendo associada à vocação de fornecer à população de Porto Alegre, frutas, ovos e hortaliças, produtos que eram vendidos nas quitandas do centro da cidade.

Posteriormente, na década de 50 e 60, a população cresceu para 4.000 habitantes e, também seria o começo da construção de serviços e equipamentos básicos<sup>10</sup>. Igualmente, seria nesta década dos 60, quando o bairro receberia oficialmente o nome de Lomba do Pinheiro. Na conquista destes serviços, principalmente da eletrificação, foi fundamental a constituição das primeiras Associações de Moradores das Vilas São Pedro e Panorama (MAGNI, 1996, p.20). Pelos anos de 1970 a população continuou crescendo no bairro, para esta década se estimava que havia 20 mil habitantes.

[...] Os principais motivos que caracterizaram seu processo de ocupação mais intenso, a partir da década de 1970, foram [...] a elevação dos preços dos imóveis na área central da cidade; à remoção de vilas, também na área central; ao aumento de loteamentos nas áreas periféricas, quando os loteadores prometem uma série de vantagens aos possíveis moradores e ao êxodo rural que, de um modo geral, força o aumento populacional em várias áreas do bairro. (FONTOURA, 2005, p.46).

Este bairro começaria assim a configurar-se como periferia urbana receptora de populações de baixa renda. Rosa (2013) assinala que este fenômeno seria o resultado das

---

<sup>10</sup> Assim, em 1950, Fontoura (2005) identifica que chegou a primeira linha de transporte coletivo à localidade, a qual fazia a rota do centro de Porto Alegre até a Vila São Tomé, em Viamão. Posteriormente, no ano de 1952, foi inaugurada a primeira Escola Estadual no local, a Escola Rafaela Remião. Em 1962 se daria começo à instalação da luz elétrica sobre a Estrada João de Oliveira, a qual seria asfaltada só até o ano de 1967 e receberia o nome de um dos primeiros moradores do local, Estrada João de Oliveira Remião (MAGNI, 1996, p.21).

políticas higienistas próprias do urbanismo moderno que, naquele tempo, reordenam o território. Destinando as áreas centrais para “usos mais nobres”, e obrigando a populações de trabalhadores que não tinham as condições econômicas para morar nestas áreas, a deslocarem-se para as periferias (ROSA, 2013, p.75)<sup>11</sup>. “[...] Da ausência de oferta de habitações salubres a preços adequados à demanda, é que surgem soluções precárias como as favelas, os loteamentos clandestinos e suas casas auto construídas na periferia” (VÉRAS, 2003, p.85)

Desta maneira, intensificava-se a transformação da configuração espacial do território do bairro, que até então, era denominado rural. Mesmo contando cada vez com mais loteamentos. Este crescimento populacional, além das migrações internas na cidade, correspondia ao fenômeno de migração massiva de populações que moravam no interior e que foram para a cidade, à procura da renda fixa que ofereciam os crescentes setores secundário e terciário nas regiões metropolitanas. Magni (1996) assinala, que estas eram em sua grande parte oriundas do litoral norte do estado e de Santa Catarina. Na figura 6 é possível observar que, no estado de Rio Grande do Sul, entre 1940 e 2010, a população rural decresceu de 2 milhões para 1 milhão. Em tanto a urbana, teve um incremento importante, passando de 1 milhão em 1940, para 9 milhões em 2010. Isto evidencia a recepção de migrantes interestaduais da região sul do Brasil, para os principais centros urbanos de RS.

[...] A partir dos anos 70, quando a população urbana se torna majoritária, as taxas relativas ao incremento rural passaram a ser negativas, refletindo em grande parte a modernização agrícola dos anos 60, que expulsou grandes contingentes migratórios especialmente do norte do estado do Rio Grande do Sul-, em direção às áreas industriais. (JARDIM; BARCELLOS, 2011, p.237).

Esta situação contribuiu para que as pequenas agricultoras rurais ficassem em situações de fragilidade e pobreza, “pois foram abandonados no século XX, quando o Brasil privilegiou investimentos nos grandes centros urbanos, na ânsia de se tornar potência industrial no âmbito mundial. [...] O hiato entre o Brasil urbano e a grande maioria dos territórios rurais é uma herança do processo de desenvolvimento herdado”. (ARAÚJO, 2010<sup>12</sup>, 204 *apud* WANDERLEY, 2017, p.76).

<sup>11</sup> Fenômeno recentemente difundido como gentrificação (*gentrification*). SMITH, Neil; *The New Urban Frontier; Gentrification and the Revanchist City*; Nova Iorque: Routledge, 1996.

<sup>12</sup> ARAÚJO, T. Pensando o futuro das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil. Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios. Brasília, IICA, 2010, pp. 197-217. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 12)

**Figura 6 - Taxa de crescimento de população de Rio Grande do Sul por situação de domicílio**

Anos	População			Taxa de crescimento anual %			Grau de Urbanização %
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	
1940	3.320.689	1.034.486	2.286.203				31,2
1950	4.164.821	1.421.980	2.742.841	2,3	3,2	1,8	34,1
1960	5.366.720	2.380.783	2.985.937	2,6	5,3	0,9	44,4
1970	6.664.891	3.553.006	3.111.885	2,2	4,1	0,4	53,3
1980	7.773.837	5.250.940	2.522.897	1,6	4,0	- 2,1	67,5
1991	9.138.670	6.996.542	2.142.128	1,5	2,6	- 1,5	76,6
2000	10.187.798	8.317.984	1.869.814	1,2	1,9	- 1,5	81,6
2010	10.693.929	9.100.291	1.593.638	0,5	0,9	- 1,6	85,1

Fonte: Jardim e Barcellos (2011, p. 238).

Caramarano e Abramovay (1998) afirmam que, entre 1960 e 1980<sup>13</sup> o êxodo rural no Brasil implicou uma considerável diminuição da população rural. No ano 1970, estimava-se uma população rural de 41 milhões, equivalentes a 44% do total da população brasileira. Enquanto esta população rural diminuiu em 1996, para 33,8 milhões de pessoas representadas por um 22% do total da população. Os mesmos autores determinam que no êxodo rural da década de 70, a região sul foi a principal afetada, mas não a única, representando uma contribuição de 29% do total de migrantes rurais do país.

Esse fenômeno foi diretamente influenciado pelos “subsídios, os incentivos econômicos e o aparato institucional mobilizado para estimular a adoção de técnicas produtivas e culturas altamente poupadoras de mão-de-obra” (CARAMARANO; ABRAMOVAY, 1998, p.54). Mas também, é preciso salientar que aquele período foi decisivo na estruturação do projeto de sociedade moderna, processo no que o setor agropecuário deveria adequar-se a essa tendência a partir da industrialização da produção. Segundo Wanderley (2015), esse processo significou duas coisas, por um lado, que as grandes propriedades foram consideradas como as competentes para responder satisfatoriamente às transformações tecnológicas que visavam a incrementar o rendimento produtivo. De outro lado, que essa ideologia da modernização, tentava justificar a exclusão dos agricultores que operavam em pequena escala, no que se refere, tanto à terra quanto ao capital.

<sup>13</sup> Segundo Wanderley (2015), isso aconteceu no marco político no que é promulgado o Estatuto da Terra, no ano de 1964, sob o governo militar de Castelo Branco, neste acontecia uma disputa entre modernização e o tamanho da propriedade. Isso significou que a grande propriedade como o agente privilegiado do processo de modernização, tornando-se beneficiária das oportunidades e estímulos oferecidos pelo Estado.

### 3.3.1 Construção dos processos de organização comunitária e as conquistas coletivas para habitar a cidade

Como foi relatado até aqui, já vinham acontecendo mudanças na forma de ocupação do território no bairro Lomba do Pinheiro, mas na década de 70 aconteceu o maior incremento populacional<sup>14</sup>, e junto com ele, o surgimento de processos de organização comunitária que perduram até hoje. Os quais foram um fator decisivo na conquista das demandas ligadas à moradia digna e melhores condições na infraestrutura pública.

Magni (1996) aponta sobre o trabalho social desenvolvido pela ordem religiosa dos franciscanos<sup>15</sup>, que este trouxe um aporte muito importante na conformação de lideranças e na organização política dessas comunidades a partir dos princípios da Teologia da Libertação. Este fato é expresso com maior detalhe no seguinte trecho da uma entrevista realizada ao Frei Luciano, membro ativo desta ordem, que hoje atua no Centro de Promoção de Crianças e Adolescentes São Francisco de Assis, CPCA, neste bairro.

[...] Aqui na Lomba em 1971, quando os franciscanos decidiram vir aqui na Lomba do Pinheiro eles vieram com um objetivo, em aquela época o Brasil vivia um grande fenômeno de êxodo rural. Muitas famílias pobres vinham do interior das cidades mais remotas do estado vinham com o sonho de morar na capital, na perspectiva de encontrar uma melhor condição de vida, e vieram para a Lomba do Pinheiro e para outros bairros. Naquela época os franciscanos tomaram uma opção, como nos tínhamos muitos trabalhos no interior, de ter um trabalho na periferia urbana para poder acolher acompanhar e organizar as pessoas que vieram do interior, não só no sentido religioso como atendimento da ordem dos franciscanos, mas também no sentido de poder lutar também pelo acesso aos direitos universais, aqui na Lomba em 1970 [...]" (Entrevista Frei Luciano, 2018)

A presença desta ordem franciscana influenciou notoriamente a organização da população para reivindicar melhores condições de vida no seu novo local urbano. Em sua maioria, de origem rural, de onde saíram precisamente porque a vida já não era fácil. Eram proprietários de pequenos terrenos sem nenhum apoio do governo, ou de pessoas *que viviam na área de pessoas que tinham terra como explorados*, nas palavras do frei Luciano.

[...] Eu nasci em São José de Herval, o município que pertencia a Soledade, logo fui

<sup>14</sup> Para este tempo o crescimento populacional era acelerado, no ano de 1970 se estimou uma população de dezessete mil habitantes, e posteriormente, em 1975, aumentou para vinte mil moradores (ROSA, 2013, 79).

<sup>15</sup> A ordem dos Franciscanos inspiraram-se na Conferência do Episcopado Latino Americano, realizada em 1968 na Cidade de Medellín, na Colômbia. Nesta se se marcava o início da Teoria da Libertação, a qual até a atualidade, fundamenta a atuação de várias ordens religiosas. Os freis da Lomba do Pinheiro, orientados por esta teoria, desenvolveram um papel muito importante na integração da população migrante ao meio urbano. (MAGNI, 1996)

embora com meus pais, sempre morando de agregado chamavam, plantava e trabalhava em cima da terra dos outros. Logo fomos embora para Palmeira das Missões, de lá a gente acabou criando um sonho de vir para Porto Alegre. Onde a gente achava que era pobre, mas a gente era rico lá, o que lá tinha fartura, tinha tudo. E que a gente não encontra a situação, porque daí quando eu cheguei aqui do interior, vi a realidade da situação, acostumada a ter galinhas, enfim tudo. Aqui falta tudo, aqui tem que comprar [...] (Entrevista Lourdes Guiconi, em 26/11/2018)

O relato da Lourdes expressa a condição que vários dos habitantes que chegaram a morar no bairro viveram, pois ainda que não fossem donos da terra no interior, tinham como garantir o alimento a partir do cultivo para autoconsumo. Essa situação se alinha com a compreensão que Wanderley (2009) tem sobre o fenômeno de êxodo rural. Este autor considera que o êxodo atingiu um grande número de pequenos agricultores, mas, especialmente os que não eram proprietários da terra. Situação que os colocaria numa condição de vulnerabilidades que, dificultaria a sua permanência no lugar de origem no interior. Neste sentido, segundo esta autora, o êxodo rural está diretamente associado à estrutura fundiária dominante que fundamentou a ideologia da modernização no país, na qual se privilegiou a concentração a partir da expulsão destes pequenos produtores.

Na pesquisa feita por Rosa (2013), se identifica que frente ao contexto de êxodo rural que se vivia, tanto na Lomba do Pinheiro, como no país em geral, o governo criou políticas como o Sistema Financeiro de Habitação (SFH). No entanto, Rosa (2013) retomando as reflexões feitas por Verle & Brunet (2002) sobre essa temática, questiona sobre a efetividade desta política. Pois nesta, a parcela correspondente a 77% da população nacional foi excluída do processo de acesso ao financiamento oferecido por ter uma renda inferior a cinco salários mínimos. Neste sentido, tratava-se mais de uma estratégia política para legitimar o governo militar daquele tempo, pelas camadas médias que seriam as mais beneficiadas pelo programa. “Sendo assim, as sub-habitações<sup>16</sup> tornaram-se a única possibilidade de moradia para as classes menos favorecidas” (ROSA, 2013, p. 80).

Esta situação, em que as populações de baixa renda urbanas foram excluídas nesse esforço pela regularização fundiária urbana, evidencia uma trajetória de exclusão que já vinha acontecendo previamente desde o êxodo rural. Pois tampouco eram proprietárias (os) dos terrenos rurais dos quais migraram a procura de melhores condições de vida nas cidades. E em sua chegada, se depararam com outra forma de exclusão, uma vez que se tratava de uma

---

<sup>16</sup> Núcleo ou vila de subhabitação refere-se àquelas “áreas de moradias de reduzidas dimensões, construídas com materiais inadequados (madeira velha, latas, folhas de zinco e até papelão) distribuídos de forma irregular no terreno, com problemas legais quanto à propriedade, desprovido de infraestrutura ou apresentando ligações clandestinas. Caracterizam-se geralmente por serem totalmente ou parte de um loteamento irregular e clandestino (Lomba do Pinheiro - SPM, 1989, *apud* MAGNI, 1996, p. 25)

população que não estava integrada dentro da visão de cidade moderna instaurada pelo Estado. Situação que, como salienta Wanderley (2017), é a expressão de um modelo de desenvolvimento excludente que se expressa tanto no rural, como no urbano.

[...] No mundo rural brasileiro, formas semelhantes de exclusão social produziram, historicamente, efeitos devastadores sobre a própria identidade social daqueles que estão associados a outros modos de viver e de produzir no campo, distintos do modelo dominante. A pobreza que permanece no Brasil, tanto no campo como em suas áreas urbanas, não pode ser entendida como aquela que não foi atingida pelos processos de desenvolvimento. Ao contrário, ela é, fundamentalmente, uma pobreza gerada como consequência direta do modelo de desenvolvimento prevalecente na sociedade brasileira, cuja base é a histórica associação entre o capital e a propriedade da terra, e da forma como foi implantada no Brasil a moderna agricultura, centrada no enfoque setorial da modernização. (WANDERLEY, 2017, p. 69)

No final da década de 70, há duas pautas centrais que Magni (1996) identifica dentre as diversas reivindicações que faziam as organizações comunitárias do bairro, frente às diversas situações de carência e pobreza que afrontava a população no local. Uma relacionada à greve geral de 1979, quando no bairro morava uma população importante de trabalhadores da construção civil e funcionários públicos, constituindo-se este local como um dos pilares da greve no município (ROSA, 2015). A outra pauta corresponde ao ano de 1977, quando se convocou a luta pela água encanada, pois o abastecimento sempre tinha sido um problema ao contar até então, somente com bicas coletivas e poços artesianos. “Devido à distância do Guaíba, o Departamento Municipal de Água e Esgoto, DMAE, não conseguia puxar água até lá, de modo que só poderia ser distribuída via Companhia Riograndense de Saneamento, CORSAN, um órgão estadual que também abastecia Viamão” (MAGNI, 1996, p. 22). O problema no abastecimento de água continuaria. Levando a uma segunda reunião no ano de 1981, na qual representantes de 4000 famílias escutaram da CORSAN em parceria com a DMAE, a promessa da resolução deste problema. Mesmo assim, o problema de abastecimento seguiria acontecendo nos meses de verão (ROSA, 2015, p. 88).

Este problema continuaria até que fosse ampliado o sistema de abastecimento pelo DMAE, criando uma nova estrutura que buscasse água no Bairro Belém Novo. Pois nas zonas altas do bairro, se produz um problema de pressão que não consegue garantir o abastecimento. Apesar da construção dessa nova estação, ainda hoje, o abastecimento de água segue sendo um problema nos meses de verão, quando a população de bairro sofre cortes nos serviços que derivam em riscos para a saúde. Esta situação é constatada na notícia sobre esta problemática, publicada pelo diário “Correio do Povo” no dia 30 de janeiro de 2019. Nesta se coloca a

declaração<sup>17</sup> que o diretor-geral do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Porto Alegre, Darcy Nunes dos Santos, fez para o diário sobre a situação do abastecimento de água na Lomba. Reconhecendo que esta problemática tinha sido identificada pelo DMAE desde o ano 2012, mas que por falta de recursos da autarquia, não tinha conseguido resolver o problema. Para o qual estavam em busca de financiamento para dar continuidade à construção.

Nesta reivindicação, pela melhoria no abastecimento de água para a comunidade do bairro. A Horta Comunitária tem participado na organização da Caminhada anual em comemoração ao Dia Mundial da Água nos dia 22 de março, e também, tem sido o local da realização do ato coletivo que finaliza a caminhada. Nesta seção, só faço esta breve alusão da Horta, para dimensionar seu envolvimento com um problema que tem sido histórico na trajetória do bairro. Trata-se de uma questão que será melhor desenvolvida no próximo capítulo. Na figura 7, se apresenta um cartaz da caminhada realizada neste ano. Esta é feita com a intenção de chamar a atenção da comunidade do bairro sobre o estado de poluição dos arroios, assim como também, da população de Porto Alegre sobre a problemática com o abastecimento de água que os moradores do bairro se defrontam, a cada verão.

---

<sup>17</sup> "Em 2012, foi constatado que o crescimento da ocupação, do uso dessa região, não conseguiria ser suprido pela infraestrutura de oferta de água na cidade que a gente gerência e que precisávamos fazer grandes investimentos, de um novo sistema. Projetos foram contratados, com um estudo prévio, e se decidiu que a solução seria a construção de uma nova estação de tratamento com o dobro de capacidade. Isso envolve obras adutoras de captação enterradas dentro do Guaíba, casas de bomba de água bruta, implantação de adutoras grandes" (SOLUÇÃO...,2019).

**Figura 7 - Foto de cartaz exibido na versão do ano 2019 da Caminhada anual em comemoração ao Dia Mundial da Água no dia 22 de março na Horta**



Fonte: Acervo da autora (2019)

Retornando à trajetória histórica da conformação do bairro, destaca-se que no final da década de 80, os resultados da luta das últimas décadas por melhores condições de vida, começaram a ser concretizados. Segundo Rosa (2013), a partir de acordos com o DMAE e a Companhia Estadual de Energia Elétrica, CEEE, muitas vilas regularizadas já contavam, pelo menos, com os serviços básicos de água e luz. Porém, as reivindicações não teriam fim, pois seguiam surgindo novas vilas<sup>18</sup>. Com a chegada de novas levas de migrantes, há o aumento da população do bairro em 1986, para quarenta mil habitantes<sup>19</sup>.

Na década de 90, a população no bairro Lomba do Pinheiro tinha triplicado, entre 1980 e 1991 ocorrendo um aumento de 119,19% (FONTOURA, 2003), cifras que refletem a magnitude do crescimento populacional que teve o bairro. Isto evidência como o bairro se

<sup>18</sup> Entre elas estão a Vila Nova São Carlos, Portal dos Pinheiros, Quinta do Portal, Vilas Pedreira I e II, Vila Santa Filomena, Chácara das Peras, Jardim Lomba do Pinheiro, Loteamento Emílio, Câmara e Vila Elo Dourado.

<sup>19</sup> Em 1989, a Secretaria do Planejamento (SPM) faz uma pesquisa, a fim de mapear a região. Nesta descobriu-se que 25,5% não tinham instrução; 30,37% possuíam o 1º grau completo (atual ensino fundamental); 36,32% o 1º grau incompleto e 0,32% não prestaram informações. A atividade terciária tomava 73,7% dos entrevistados, sendo que 42,8% desses atuavam na prestação de serviços ou trabalhos domésticos; apenas 15,11% estavam em atividades do setor secundário – construção civil e indústria – e 0,6% no setor primário, ou seja, a agricultura (MAGNI, 1996, p.19).

tornou um importante receptor de populações migrantes, pelo êxodo rural e pelas reformas no planejamento da cidade. “Em 1989, a Secretaria do Planejamento Municipal (SPM) realizou um diagnóstico, concluindo que a Lomba do Pinheiro era o maior aglomerado de loteamentos clandestinos e irregulares da cidade com a aglomeração de sub-habitações” (FONTOURA, 2005, p. 57). No entanto, salienta Fontoura (2005), a maior parte da população do bairro comprou os terrenos.

Na reivindicação das pautas relacionadas ao melhoramento da condição de vida das pessoas que foram incrementando cada vez mais a população do bairro, o processo de organização comunitária teve um papel central. Na década de 90 a antiga União de Vilas da Lomba do Pinheiro, transformou-se em 1991, no Conselho Popular da Lomba do Pinheiro<sup>20</sup>. Esta articulação comunitária permitiu a tomada de consciência das problemáticas comuns aos moradores do bairro, e também, unificar esforços para conseguir melhores condições de moradia. Conseguindo assim ter incidência nas decisões das instâncias do governo local, obtendo benefícios para a população da Lomba. No entanto, mesmo assim, nas decisões sobre a planificação do bairro excluía-se a participação comunitária, ficando em mãos de especialistas e funcionários públicos (ROSA, 2013).

### **3.3.2 Novas pautas que emergem com a abertura à democracia**

Este cenário, no planejamento urbano seria transformado na década de 90 com a realização do Orçamento Participativo<sup>21</sup>, OP, tanto na Lomba do Pinheiro como na cidade toda, este período significou um importante avanço na infraestrutura urbana. Este bairro, junto ao bairro Agronomia, foram incluídos na zona 4 dentro do zoneamento realizado pelo OP. Outro benefício que derivou do Orçamento Participativo, foi o incentivo para implementação de uma série de instrumentos de regularização em diferentes esferas da administração pública. Pois com isso se facilitaria a consecução de melhorias na condição da infraestrutura pública e da habitação.

---

<sup>20</sup> Segundo consta no Blog do Conselho Popular da Lomba do Pinheiro: O Conselho foi criado no ano de 1991, com o objetivo de "aglutinar as forças vivas e defender todos os interesses coletivos da região da Lomba do Pinheiro e adjacências, mediante ampla participação da população, buscando o desenvolvimento da mesma e a qualidade de vida dos seus moradores"

<sup>21</sup> Segundo o Informe Orçamento Participativo 25 anos: “Entre 1989 e 2014, a Região Lomba do Pinheiro registrou 362 demandas, das quais 288 (79,6%) foram finalizadas. As demandas englobam um total de 21 temas. Os temas mais demandados foram educação (8%), saneamento básico (14,1%) e pavimentação (17,1%). Os temas menos demandados são áreas de lazer (0,3%), esporte e lazer (0,3%) e desenvolvimento econômico (0,6%). O ano com o maior número de obras e serviços registrados foi 1992, com 25 demandas. Entre 2002 e 2014, 10.653 pessoas compareceram a assembleias da região. A média é de 819 pessoas por ano. Em 2002, foi registrada a maior participação: 1.351 pessoas” (CAMPOS; SILVEIRA, 2015, p.153).

[...] A gente começou a primeira obra do orçamento participativo, a gente começou quando o PT começou, faz anos, começou com Olívio Dutra e o Tarso, um era prefeito e outro vice. A gente começou com eles, isso há quantos anos? Quase 30 anos, a gente começou com eles, eles que começaram ir abrindo os caminhos, aí a gente começou a primeira obra do orçamento participativo aqui na Lomba do Pinheiro. Foi a Dolores Duran, aquela faixa foi a primeira obra feita. Isso fez parte do orçamento participativo. Foi por eles, pelo Olívio Dutra [...] (Silvia Goulart em 19/06/2018).

Este tempo, foi marcante para a realidade política do país, pois aconteceram fatos como o processo de redemocratização, a promulgação da Constituição Federal (1988) e a proposta da Reforma Urbana. Esta última representava uma porta de oportunidade para aquelas populações que lutavam pelo direito à cidade, pois abriram um campo para o debate e a ação política, a partir da qual se pretendia favorecer a regularização fundiária. Segundo Fontoura (2005), a Reforma Urbana buscava combater a especulação imobiliária e a redução da desigualdade socioeconômica no acesso a propriedade. Apontando com isto a “reduzir a segregação residencial, amparados na promoção da regularização fundiária<sup>22</sup> e numa política de geração de emprego e renda aos pobres e, finalmente, a democratização do planejamento e da gestão do espaço urbano” (FONTOURA, 2005, p.109).

Vários municípios, dentro dos quais se destaca Porto Alegre, tomaram ações em relação com o planejamento urbano antes da aprovação desta lei. Neste município, no ano de 1989 com a eleição para a prefeitura da Frente Popular, com o candidato Olívio Dutra, se deu começo às primeiras aplicações das propostas da Reforma Urbana, com a criação de leis que regulam a política habitacional voltada para a população de baixa renda em Porto Alegre (FONTOURA, 2005, p. 111). Neste mesmo ano, a prefeitura estruturou o Orçamento Participativo, com o qual se possibilitaria que os moradores de assentamentos irregulares manifestassem seu desejo de que as instituições municipais investissem na regularização fundiária. Embora fosse criada uma Lei Orgânica Municipal que amparou a implementação desta regularização. Fontoura (2005), afirma que na prática teve efeitos menores dos esperados, e que os parcelamentos regularizados foram poucos, pois foram estabelecidas por decreto (N<sup>o</sup> 9.694/90), condições que dificultaram esse processo.

Outra mudança importante no bairro, nesta década de 90, foi a anexação de cinco vilas<sup>23</sup> pertencentes a Viamão. Segundo Fontoura (2005), no ano de 1992 emergiu um

---

<sup>22</sup> No entanto, essas ações em prol da justiça social e combate da especulação imobiliária só teriam uma regulamentação federal onze anos depois, quando em julho de 2001 foi aprovado o projeto de Lei n<sup>o</sup> 5.788/90, conhecidos como o Estatuto da Cidade.

<sup>23</sup> Então, após anos de discussões, ocorreu a troca das Vilas São Pedro, Santa Helena, Panorama, Vila Santa

interesse pelos habitantes destas vilas para ser incluídos no bairro Lomba do Pinheiro. Seu objetivo era aceder às melhorias na qualidade da infraestrutura habitacional que estava sendo conquistada a partir do Orçamento Participativo. Assim, no ano de 1997 o prefeito Raul Pont aprovou a lei N. 7954, com a qual se redefinem os limites do bairro para incluir essas novas cinco vilas e se cria oficialmente o bairro Lomba do Pinheiro (ROSA, 2013, p. 96). Rosa (2015) afirma que além desta redefinição dos limites, esta década finalizou com a transformação do parâmetro de classificação dos território em relação ao Plano Diretor.

[...] Dentro do processo de aprovação por itens do PDDUA de 1999, foi derrubada a emenda ao Plano Diretor que mantinha o município dividido em zonas urbana e rural. Assim, a Prefeitura agora responde por todo o território em termos tributários – a zona rural ficava sob jurisdição federal – e foi extinto o ITR – Imposto Territorial Rural – cobrado pelo INCRA. Todos os habitantes da cidade passam a pagar IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano (FREIRE, 2000, p.176).

Neste sentido, é possível ver que a definição deste bairro como urbano foi relativamente recente, há 20 anos. Isto se reflete no fato de que atualmente existem algumas pessoas que têm cultivos. Lembremos que o terreno do bairro está composto por núcleos com alta densidade habitacional e outras áreas onde predomina a vegetação natural. Esta mistura entre usos urbanos e rurais que compõem a paisagem do bairro, fica expressa no seguinte trecho da entrevista realizada ao Frei Luciano:

[...] Até aqui na Lomba também cabe um registro, várias hortas não comunitárias que produzem hortaliças. Que têm hortas e vendem na CEASA, que é mais retirado da Horta da Lomba, tem essas experiências. Uma das educadoras nossas que trabalhou e ajudou desde a fundação a família dela, hoje na Parada 22, um dos trabalhos de manutenção no Beco dos Mendoza trabalha com hortaliças, um pouco mais adiante entre a Lomba e Restinga tem pequenos produtores que vivem da agricultura mais voltada à produção de hortaliças [...] (Frei Luciano Bruxel em 20/07/2018).

Depois de quase quatro décadas de transformações permanentes, geradas pelos processos migratórios que foram configurando o Bairro Lomba do Pinheiro, este se consolidou como um receptor das populações de baixa renda vindas do rural e do urbano. As quais não encaixavam-se, nem na planificação do desenvolvimento no rural que priorizava os grandes proprietários de terras sobre os agricultores camponeses; nem no urbano, no que se reservavam as zonas centrais com as melhores ofertas de infraestrutura, para as populações com melhores condições econômicas. Assim, começava a ficar evidente que os projetos de

modernização tanto da agricultura como da planificação urbana, tinham a tendência a favorecer aos setores com maior poder econômico, em detrimento das populações de baixa renda que eram excluídas dentro desse ideário modernizador.

Segundo Abramovay (2007), no contexto urbano, a lógica de produção do espaço é feita a partir da racionalidade capitalista, esta produz uma lógica de espaço na que as populações de baixa renda são expulsas para as denominadas periferias. Esse fenômeno foi amplamente retratado até aqui, pois o bairro Lomba do Pinheiro foi construído a partir desta lógica. Tanto assim, que as populações que foram chegando para habitar esse terreno, tiveram que realizar diversas lutas para reivindicar melhores condições de vida e oportunidade laborais, durante quase 50 anos.

Wanderley (2017) contextualiza essa situação, entendendo que, tanto o êxodo rural como a conformação de periferias nas cidades são a expressão do modelo capitalista. No qual geram-se expulsões de determinadas populações ou modos de vida. Como seria a agricultura camponesa no rural, cujos praticantes logo seriam incluídos de forma precária e marginal nas cidades. Para José de Souza Martins, “a sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nessa inclusão” (MARTINS, 1997<sup>24</sup> *apud* WANDERLEY, p. 69).

[...] O solo urbano, embora produzido coletivamente, e nisso o Estado joga um papel primordial, pois instala os meios de consumo coletivo: equipamentos e serviços como a chamada infraestrutura (água potável, esgotamento sanitário, serviços de eletricidade, limpeza e outros) é apropriado individualmente por aqueles que podem pagá los. Os sistemas de transporte coletivo, de ruas (sistema viário e sua manutenção) geralmente são organizados, e muitas vezes, mantidos pelo Estado. Políticas urbanas são regulatórias e indutoras de urbanização e “excludentes” para os mais pobres. (VERÁS, 2003, p. 85)

A inclusão destas populações de baixa renda nas cidades, que após serem expulsas do rural por não se encaixarem na visão de desenvolvimento que prioriza o aumento do rendimento produtivo do agronegócio, sobre a agricultura familiar; constituiu-se em outra forma de exclusão, desta vez, dos benefícios da urbanização. Segundo Jacobi (1982) esta significou a periferização de classes populares e a segregação dos benefícios da cidade moderna. Isto se veria expresso na reflexão que faz Rosa (2013), sobre o fato de que até o ano de 1979 a Lomba do Pinheiro não era incluída dentro das diretrizes adotadas pelo Plano Diretor de Porto Alegre. Evidenciando a exclusão deste bairro no planejamento urbano, o qual

---

<sup>24</sup> MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo, Paulos, 1997. (Temas de Atualidade).

até então já contava com cerca de quarenta mil habitantes, e mesmo assim, não era incluído dentro do ideário da cidade moderna, ao ser principalmente habitado por populações de baixa renda.

Seria somente com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) de Porto Alegre, L.C. 434/99, aprovado em 1999, que os ideais de democratização e cidadania seriam incluídos no planejamento urbano. Segundo Rosa (2013, p. 110) este “envolve os princípios norteadores da Constituição de 1988, ao apontar “novas alternativas” que estão indicadas através de um conjunto de princípios, estratégias, diretrizes e normas”. Outro antecedente importante desta reformulação da legislação urbanística de Porto Alegre foi a realização do I Congresso da Cidade<sup>25</sup> no ano de 1993. Evento no que surgiu a necessidade de criar um novo Plano Diretor, no qual foram incluídas as mais recentes transformações na cidade, direcionando-se a um planejamento estratégico e participativo (PORTO ALEGRE, 2013). Essa visão de cidade incluída neste Plano viabiliza novas tomadas de decisão pelo poder público, ao incluir na produção da cidade uma diversidade de agentes, do setor privado, comunitário e público, em torno ao desenvolvimento urbano.

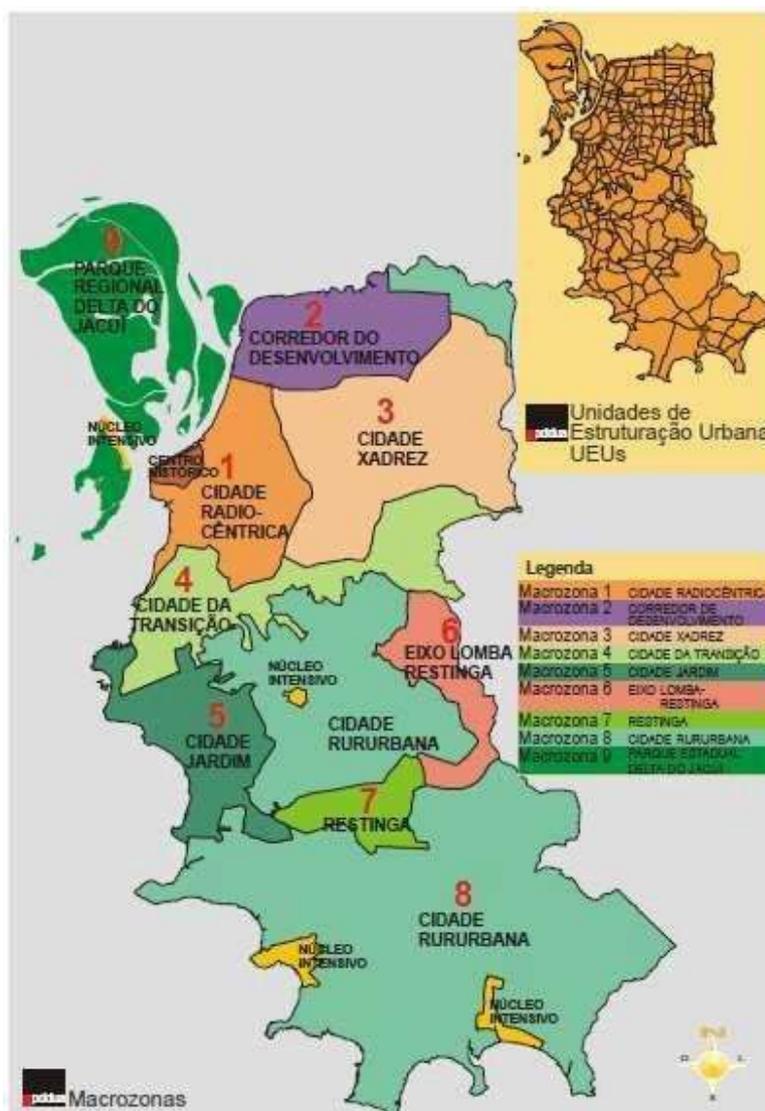
No Art. 29 do PDDUA se estabelecem nove macrozonas a partir de características que diferenciam as necessidades de cada uma. No caso, a Lomba do Pinheiro está incluída na Macrozona 6, que é definida da seguinte maneira:

Macrozona 6 - Eixo Lomba-Restinga: estrutura-se ao longo das Estradas João de Oliveira Remião e João Antônio da Silveira, com potencial para ocupação residencial miscigenada, em especial para projetos de habitação de caráter social, apresentando áreas com potencial de ocupação intensiva, situadas na Área de Ocupação Rarefeita (PORTO ALEGRE, 2018, 31)

---

<sup>25</sup> As discussões sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) dividem a população. O segmento ligado à construção civil defende que o Plano seja flexível, permitindo a construção de prédios mais altos, em especial nos bairros de maior valorização. Já os segmentos ligados à reforma urbana dizem que há elementos na proposta que impedem o acesso à terra e à moradia. Responsáveis pela Cidade Constituinte sentem que é preciso compatibilizar as duas partes. Em 1994, são formados três grupos para discutir o Plano: instrumentos para a Política Habitacional; Gestão e Sistema de Planejamento e Estruturação Urbana e Planos Regionais. (CAMPOS; SILVEIRA, 2015, p. 46).

Figura 8 - Regiões de Planejamento (Macrozonas em destaque) do PPDUA, 1999



Fonte: PPDUA (1999, p. 12).

Com a implementação do PDDUA<sup>26</sup>, foram constituídas as bases legais que permitiriam a execução das políticas e programas diferenciados, segundo as características de cada Macrozona. O que significou que a partir deste Plano, o Bairro Lomba do Pinheiro seria integrado à cidade, ao ser reconhecida a tendência de ocupação urbana ali acontecida, e propôs-se a construção de mecanismos para melhorar o crescimento e qualidade de vida nesta zona. Pois nos Planos Diretores das duas décadas anteriores, não se reconhecia a existência de favelas e loteamentos irregulares (PEGORARO; OLIVEIRA; OBERRATHER, 2010, p.25).

<sup>26</sup> No PDDUA o bairro foi incluído como Área de Ocupação Intensiva, com previsão do uso do solo para áreas predominantemente residenciais e mistas. Deixou-se uma parcela como Área com Potencial de Intensiva, a qual fica destinada, preferencialmente, para os loteamentos de interesse social, como seria o caso do programa Minha Casa Minha Vida, que segundo Rosa (2013), seria o principal viabilizador de novos empreendimentos no bairro.

Assim, se fizeram propostas de programas específicos para o bairro, como é o caso do Projeto Integrado Sustentável da Lomba do Pinheiro - Construindo a Lomba do Futuro, e posteriormente, já sob a luz do Estatuto da Cidade (2001), o instrumento Operações Urbanas Consorciadas<sup>27</sup> (ROSA, 2013, p. 113).

No documento do projeto Construindo a Lomba do Futuro, se determina que a importância de dar ênfases à questão ambiental no planejamento deste bairro, radica na presença do nascimento das duas maiores bacias de Porto Alegre e na presença do Parque Saint- Hilaire. Em razão do qual seria preciso, definir diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Lomba, que permitam estabelecer condicionantes ambientais à ocupação, padrões urbanísticos e de infraestrutura.

[...] Em função da contínua degradação dos bens naturais, aponta para a necessidade de propostas alternativas de ocupação do solo, de modo a garantir a proteção dos bens naturais, devidamente compatibilizada com a urbanização dos vazios existentes, bem como a recuperação da qualidade das ocupações existentes. Nas imediações dessas ocupações, encontram-se as nascentes dos maiores arroios, como o Dilúvio e o Salso, que compõem o chamado anel de nascentes identificados no Atlas Ambiental de Porto Alegre, com grande importância de patrimônio natural a ser preservado. Região conta, ainda, com a existência do Parque Saint- Hilaire, com 1.180 hectares [...] (PORTO ALEGRE, 2013, p. 5).

Passa-se a considerar o valor ambiental no bairro Lomba do Pinheiro, reconhecido por instrumentos de planejamento urbano como o PDDUA e no Projeto Integrado Sustentável da Lomba do Pinheiro - Construindo a Lomba do Futuro. Faz-se assim possível dimensionar a importância da presença da Horta Comunitária dentro do bairro. Pois trata-se de uma iniciativa baseada nos princípios da agroecologia, que tem tido como objetivo, a conservação da biodiversidade local e a promoção da educação ambiental da comunidade do bairro e da população de Porto Alegre em geral. Almeida e Costa (2014) assinalam que a agricultura urbana de caráter ecológico ou agroecológico, traz aportes importantes para a questão ambiental e social no contexto urbano. Mas que em muitos casos, as atividades de agricultura urbana não são incluídos dentro dos instrumentos de planejamento, nem no plano diretor, nem na legislação urbanística das cidades. Neste sentido, essas autoras retomam o ideário da reforma urbana<sup>28</sup>, para propor à luz das vantagens que oferece a prática da agroecologia nos

<sup>27</sup> Apesar de que desde 2009 a Lomba do Pinheiro é a única área na cidade onde está prevista a aplicação do instrumento está regulamentado por lei, Da Rosa (2013), afirma que até a data do seu trabalho de dissertação não se conta com dados para saber como se desdobrará sua aplicação, porque é um instrumento que pode ter diversas aplicações. Esse cenário remete à ideia de que o instrumento das Operações Urbanas Consorciadas pode ter distintas aplicações, mas isso vai depender de como cada ator envolvido no processo se fará presente em sua aplicação.

<sup>28</sup> “Esse ideário parte de uma crítica à exclusão e segregação espacial, à transformação do espaço em mercadoria

contextos urbanos; o reconhecimento do potencial da agricultura urbana no melhoramento da qualidade de vida nas cidades.

[...] A ciência e a prática da agroecologia apresentam um conjunto de princípios que tem orientado um novo paradigma para a agricultura e o desenvolvimento rural. Mas estes princípios podem contribuir para a articulação entre o debate sobre a qualidade de vida, a função social da terra e o valor de uso do ambiente não construído nas cidades e também para revigorar modos de vida centrados na reprodução social e ambiental. Neste sentido, as experiências agroecológicas encontradas nas cidades podem ser compreendidas como ações diretas da sociedade no espaço urbano, práticas populares de planejamento da cidade, que não são reconhecidas ou não se enquadram nos processos formais do planejamento institucionalizado via estado. (ALMEIDA; COSTA, 2014, p.12).

No caso de Porto Alegre, é possível encontrar que a partir do Plano Diretor de 1999, se possibilitou a construção do Projeto Integrado Sustentável da Lomba - Construindo a Lomba do Futuro como já foi mencionado antes. Segundo Rosa (2015), este projeto foi desenvolvido levando em consideração os ideários da reforma urbana estabelecidos no Estatuto da Cidade<sup>62</sup> (Lei Federal nº 10.257/01), em função do qual teve um enfoque voltado à inclusão da participação da população na identificação das necessidades do bairro. A partir deste novo marco participativo e democrático proposto neste instrumento de planejamento urbano para o bairro Lomba do Pinheiro, o desenvolvimento de hortas urbanas foi identificado como uma atividade a ser incentivada no bairro. Segundo relatado no documento do projeto Construindo a Lomba do Futuro, após a sistematização das informações obtidas pela aplicação de mais de 60 questionários aos moradores do bairro, no ano de 2003. A partir dos quais, foram consolidadas as propostas para cada sub-região do bairro. Assim, dentro dos potenciais identificados pela comunidade para serem desenvolvidos dentro do componente econômico, foi apontada a criação de hortas. Outra proposta do Projeto a Lomba do Futuro, em que se considerou o desenvolvimento de atividades de agricultura urbana, esta vez, em relação à questão ambiental, foi no caso do Parque Linear do Arroio Taquara. A construção deste parque foi proposta logo após de ter sido identificado que, sobre esta sub-bacia do Arroio Taquara, moravam mais de 20.000 habitantes. Os quais no processo de ocupação destes terrenos, produziram degradação do arroio. Esta tem uma grande importância para Porto Alegre, pois como já foi pontuado anteriormente, este arroio alimenta uma das maiores bacias da cidade, a Bacia do Dilúvio. Também se pensou na construção do parque como uma

---

e à apropriação privada dos bens e serviços resultantes de investimentos públicos. Sua plataforma política determina uma “forma inovadora na maneira de formular a questão urbana”, ao identificar princípios gerais para garantir o acesso à cidade como um direito de todos os seus moradores - a função social da terra e da cidade e a gestão democrática da cidade” (COSTA, 1988; CARDOSO, 1997 *apud* ALMEIDA; COSTA, 2014, p.9).

proposta frente à carência de áreas públicas e de lazer na região, situação que foi uma das consequências da falta de planejamento do crescimento do bairro. Deste modo, tendo em consideração esses fatores, se fez a proposta do Parque Linear do Arroio Taquara, e dentro desta, foram previstas áreas para implantação de hortas comunitárias, que forneceriam oportunidades de geração de renda para a população do bairro.

Recentemente, no ano 2018, a arquiteta Mariana Mincarone desenvolveu seu TCC intitulado “Espaços coletivos para a Bacia do Arroio Taquara” (Ver figura 8). Nesta, se propõem diretrizes para a implementação do Parque Linear do Arroio Taquara, e para gerar melhorias do espaço público em que se localiza a Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro. Pois esta localiza-se dentro da área prevista para o Parque Linear. No entanto, um dos principais entraves que esta mesma autora identifica para a execução desta valiosíssima iniciativa, é “que o modelo atual de gestão da cidade resiste em reconhecer valores sociais e ambientais como prioridades, sobretudo por tratar-se de uma região periférica da cidade” (MINCARONE, 2018, p.34). Situação que não é nova se a entendermos à luz do processo histórico de ocupação do bairro, no qual a população tem precisado organizar-se para exigir do governo municipal a melhoria das condições habitacionais do bairro. Neste caso, a construção do Parque Linear do Arroio Taquara, responde tanto à reivindicação das necessidades para o bairro em questão, como também à preservação do sistema hidrológico de Porto Alegre e, portanto, tem importância para toda a cidade.

**Figura 9 - Bacia do Arroio Taquara e área da Horta Comunitária dentro da Bacia do Arroio Taquara**



Fonte: Mincarone (2018).

Mesmo que no caso aqui abordado, exista um instrumento de planificação em que consta a proposta de um modo de uso sustentável do terreno no qual se localiza a Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro, como é o Parque Linear. Encontramos que até o dia de hoje, esta proposta não teve efetivação, como já foi assinalado anteriormente por Mincarone (2018).

Nos últimos anos, organizações internacionais, como a FAO, também têm salientado a necessidade de que os governos locais adaptem os instrumentos de planificação urbana para incluir a agricultura urbana, como uma ação que traz benefícios para a qualidade de vida nas cidades, no contexto de mudança climática. O seguinte fragmento foi tomado do informe intitulado “Agricultura climaticamente inteligente. Políticas, prácticas y financiación para la seguridad alimentaria, adaptación y mitigación”.

[...] La planificación urbana requiere, de esta forma, directrices técnicas para integrar actividades agrícolas en el desarrollo urbano, y hay que prestar oportunidades de formación sobre sistemas urbanos de producción sostenible. Es urgente volver a visitar los sistemas de distribución de alimentos y asegurar la resiliencia de los vínculos entre el mundo urbano y el rural, especialmente ante las nuevas crisis relacionadas con el cambio climático. (FAO, 2010, p. 14)

Em relação aos entraves que implica projetar uma planificação urbana sustentável, é pertinente trazer as reflexões que Lefebvre faz sobre a produção do espaço, pois ele separa a compreensão destas contradições, a partir da relação dialética entre três elementos (EZQUERRA, 2013, p.124): prática espacial, representações do espaço e espaços da representação. Nesse entendimento, as representações do espaço seriam as formas em que os especialistas e planejadores produzem o espaço, como seria o caso do Plano diretor. Nos espaços da representação, corresponderia à apropriação simbólica do bairro, a qual seria transformada permanentemente por conta da imaginação da sociedade. Finalmente, a prática espacial seria a apropriação do espaço a partir do uso cotidiano, como seria o caso dos passeios. Essas reflexões expressam o caráter múltiplo do espaço, pois como foi apresentado, mesmo que existam determinações sobre o uso dos terrenos nos instrumentos de planificação em um determinado momento histórico, na realidade podem não ver-se manifestadas. Pois, segundo propõe Lefebvre, as transformações do espaço acontecem pela interação dessa multiplicidade de fatores nas que interagem e conflituam-se as ações ou omissões do Estado, com as dinâmicas socioculturais das populações que habitam os territórios, em suas práticas cotidianas.

Até aqui, foi apresentado um panorama geral sobre a dinâmica socioterritorial que

compõe a trajetória de conformação do Bairro Lomba do Pinheiro. Nesta ficaram expostos os diversos entraves que os moradores do bairro tiveram que contornar, para manterem-se neste território. Valendo-se para isso, da consolidação de processos de organização comunitária para levar ao frente sua luta pela moradia digna e inclusão equitativa na cidade. A compreensão do espaço que propõe Lefebvre oferece um viés bastante pertinente para entender esse contexto. Pois como vimos, mesmo com as diretrizes oficiais e institucionais que têm pretendido estabelecer o modelo de cidade a ser desenvolvido, através das diferentes versões dos Planos Diretores para Porto Alegre. A trajetória de transformações e lutas que caracteriza este bairro “periférico”, tem demonstrado que existem espaços ou interstícios, como denomina Michel de Certeau, nos quais cabem ações de resistência micro, que em interação com esses ordenamentos hegemônicos, produzem novas dinâmicas para a vida social.

No caso do bairro, é possível entender esses processos de organização social e de lutas, como micro-resistências ao modo de ordenar o território estabelecido desde o governo municipal. Desde onde existiu uma tendência a excluir as populações de baixa renda e não proprietárias da terra. Uma das expressões destas micro-resistências, no Bairro Lomba do pinheiro, é precisamente a criação da Horta Comunitária. Esta prática coletiva surge como uma reinvenção do que foi uma política do governo federal para o combate à fome e insegurança alimentar, o Programa Fome Zero. Com a finalização da implementação deste programa, a intenção de ocupar um espaço do bairro para cultivar de forma comunitária se manteve, e aproveitando alguns dos atores que já tinham sido mobilizados para o projeto do Fome Zero, se deu começo a esta construção coletiva da Horta num espaço público dentro do bairro.

#### **4 TRAJETÓRIAS E RELATOS NA HORTA COMUNITÁRIA: REDES, COMUNIDADE E RESILIÊNCIA**

Foi apresentada, nos capítulos anteriores, a trajetória da agricultura urbana desde os estudos acadêmicos focados nesta temática, e também, uma reconstrução da configuração socioespacial do bairro Lomba do Pinheiro, onde se localiza a Horta, que é o estudo de caso no qual se baseia esta pesquisa. A compreensão destas duas questões possibilita construir um percurso a partir do qual contextualiza-se a questão que orienta o desenvolvimento desta dissertação, como surge e como consegue persistir uma horta comunitária urbana. Com este intuito, será apresentada uma caracterização geral da Horta, enfatizando os eventos pontuais da sua trajetória e os processos coletivos de ações e interações que lhe compõem, e que têm sido fundamentais para o desenvolvimento deste projeto num espaço urbano, construído a partir da dualidade entre rural e urbano.

##### **4.1 ELEMENTOS CONCEITUAIS QUE CONTRIBUEM NA COMPREENSÃO DA AGRICULTURA COMUNITÁRIA URBANA**

Na compreensão da Horta comunitária como fenômeno social contemporâneo, considerei a concepção do espaço que traz Michel de Certeau (2011), a partir do conceito de práticas do espaço. Portanto, o estudo de caso em torno ao qual se desenvolve esta pesquisa, tenciona com aspectos que tem a ver com a configuração de um processo coletivo expresso numa espacialidade particular, a Horta. A qual tem uma singularidade socioterritorial, que está configurada a partir de práticas diversificantes baseadas na construção coletiva de um bem comum. Dentro de um espaço urbano que simplifica a ocupação do espaço a uma função financeira e econômica.

Este autor propõe entender as cidades a partir dos encontros e desencontros entre o que ele denomina como concepções totalizantes ou panópticas, que corresponderiam às práticas institucionais de planejamento urbano; com as práticas microbianas ou astúcias do cotidiano, que diversificam e escapam à lógica instrumental. A qual tende a homogeneizar e suprimir o que escapa à ordem estabelecida. Sendo que, a Horta é um processo comunitário que foi construído sobre um espaço público, que em 2011 tinha uma vocação de uso definida como Área Especial de Interesse Institucional (AEII), mas não estava ligada à agricultura urbana. É possível caracterizá-la como uma prática microbiana que escapa à lógica totalizante, estabelecida no planejamento do espaço urbano do município em aquele tempo.

Certeau (2011) chega neste entendimento sobre o espaço, a partir da definição de táticas e estratégias, como os elementos fundamentais que permitem compreender que a cultura é construída a partir de desvios, na forma de consumir os produtos materiais e simbólicos oferecidos em um determinado contexto. Com isto, ele traz ao foco das pesquisas em ciências sociais, os mecanismos - seja macro ou micro - a partir dos quais se impõem ordens culturais e disciplinamentos, para as astúcias táticas das práticas cotidianas (CERTEAU, 2011, p. 11). Sua proposta não despreza a estatística, mas se considera que esta forma de analisar a sociedade “deixa escapar o que mais lhe interessa: as operações e os usos individuais, suas ligações e as trajetórias variáveis dos praticantes” (CERTEAU, 2011, p. 15). Para Certeau o importante não são tanto os materiais que compõem as práticas culturais, e sim, a forma em que são utilizados, inventados e combinados, as *maneiras de fazer* das pessoas na sua cotidianidade para compor histórias originais.

Nesta perspectiva, é definido como *estratégias* “o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se tornam possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado” (CERTEAU, 2011, p. 93). “As estratégias são, portanto ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem” (CERTEAU, 2011, p. 96). Para o caso desta pesquisa, este conceito de estratégias permite analisar a lógica subjacente a construção das sociedades urbanas contemporâneas, a partir de um modelo de desenvolvimento hegemônico. No qual, se prioriza o crescimento econômico, sobre outras dimensões que compõem e configuram as paisagens urbanas, como é a social, ambiental, espiritual e cultural.

Este autor afirma que seu interesse investigativo vai além da indagação destas *estratégias*, abrangendo as formas em que as pessoas criam suas próprias versões destas determinações que, pretendem impor-se anulando outros *modos de fazer*. Complementando esta compreensão, ele propõe o conceito de *táticas* ou *práticas microbianas*, definindo-as como a arte do fraco, a *tática* é determinada pela ausência do poder “a tática não tem por lugar se não o do outro. E por isso, deve jogar com o terreno que lhe é imposto, ela é movimento [...] opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ocasiões e delas depende” (CERTEAU, 2011, p 95). Esta definição de *táticas* se entrelaça de forma mais precisa na temática desta pesquisa, a partir da contextualização nas *práticas do espaço*.

A Horta Comunitária dentro da cidade é concebida desde esta perspectiva, a partir da sua configuração como espaço vivido para as pessoas que a compõem e participam dela.

Desde o entendimento que traz Certeau, isso significa que são desenvolvidas sobre este espaço, práticas diversas, astuciosas e teimosas que escapam ou entram em contradição com “os aparelhos produtores de um espaço disciplinar” (CERTEAU, 2011, p. 162). Este autor traz como exemplo destes modos de fazer cidade desde o cotidiano, a prática de caminhar, para ele, este ato é uma expressão desse marco de autonomia a partir do qual o indivíduo traça trajetos. Conduzido por critérios próprios dentro dum espaço regulamentado, seguindo ou transgredindo ditos sentidos estandardizados sobre o modo de usar do espaço. Poderia considerar-se que estas caminhadas que apropriam os espaços urbanos, para o caso da Horta, podem ser entendidas a partir das diversas trajetórias que fazem a ampla diversidade de pessoas que passam por ela. Algumas, fazendo trajetos de maior duração no tempo, como o caso dos gestores ou estagiários que participam e, em outros casos, sendo trajetórias de um dia ou ocasionais, como é o caso das visitas de escolas de ensino fundamental o médio. Cada modo de caminhar e construir um trajeto dentro da horta, pode ser entendido desde esta perspectiva, como um modo diverso de fazer a apropriação deste espaço, pois cada caso expressa motivações diferentes.

Outro aspecto significativo das proposições que faz Certeau sobre as práticas do espaço, no caso desta pesquisa, é a colocação de três dispositivos simbólicos como organizadores dos discursos sobre a cidade. A partir dos quais, também se foge da sistematicidade urbanística, estes são: a legenda, a lembrança e o sonho.

[...] Pode-se reconhecê-los já nas funções dos nomes próprios: eles tornam habitável ou crível o lugar que vestem com uma palavra (esvaziando-se do seu poder classificador, adquirem o de “permitir” outra coisa) [...] e, enquanto nomeiam, isto é, impõem uma injunção vinda do outro (uma história) e alteram a identidade funcionalista afastando-se dela, criam no próprio lugar essa erosão ou não lugar cavado pela lei do outro (CERTEAU, 2011, p. 172).

Esta concepção do espaço vivido na qual se apreciam os relatos e lembranças que as pessoas têm sobre o mesmo, como elementos que lhe compõem. Aporta uma perspectiva teórica a partir da qual, pode-se abordar a trajetória da Horta e sua dinâmica de funcionamento atual. Pois ao ser uma pesquisa baseada no enfoque qualitativo, são tomados como fontes de informação os relatos feitos pelas pessoas envolvidas neste processo, as quais eu entrevistei no trabalho de campo desta dissertação. Assim como também, são consideradas as notícias nos jornais locais, e meu próprio relato derivado da minha participação como voluntária.

Os relatos que as pessoas têm sobre a conformação desta Horta urbana comunitária,

compõem a multiplicidade da cidade, tanto na sua expressão simbólica como material. Mesmo sem ser considerados dentro das memórias oficiais do fazer urbanismo que constam nos instrumentos de planejamento, como são os Planos Diretores. Essas *práticas microbianas* de construção de um sentido histórico do espaço, que Certeau denomina como *contar lendas*, criam a cidade como um espaço de *habitabilidade*. Ato que este autor considera como uma prática de invenção. Assim, abre a possibilidade de pensar a história das cidades e os processos de urbanização, não só como uma compilação linear de eventos produzida desde uma voz oficial. E em vez de isso, dá lugar à apropriação subjetiva do mundo, a partir da memória, reconhecendo esta como um elemento que compõe a multiplicidade de fragmentos que constituem os espaços vividos nas cidades.

[...] Esses elementos heterogêneos, ou até contrários às vezes, preenchem a forma homogênea do relato. Algo do *mais* do *outro* (detalhes e acréscimos provenientes de outro lugar) se insinua no quadro recebido, ordem imposta. Tem-se assim a própria relação das práticas do espaço com a ordem construída. Em sua superfície, esta ordem se apresenta por toda a parte furada e cavada por elipses, variações e fugas de sentido: é uma ordem-coador. As relíquias verbais de que se compõe o relato, ligadas a histórias perdidas e a gestos opacos, são justapostas numa colagem em que suas relações não são pensadas e formam, por esse fato, um conjunto simbólico. Elas se articulam por lacunas. Produzem portanto, no espaço estruturado do texto, antitextos, efeitos de dissimulação da fuga, possibilidades de passagens a outras paisagens, como subterrâneo e arbustos: “ó maciços, ó plurais” (CERTEAU, 2011, p. 174).

Esta definição salienta o caráter múltiplo como fundamental na compreensão dos centros urbanos, fazendo ênfases justamente nas práticas produtoras destas divergências e pluralidade, como a potência criativa da vida cotidiana. A Horta Comunitária é precisamente constituída por essas diferentes experiências e relatos feitos sobre o espaço, que lhe tornam algo mais do que a cidade planejada, que tende a sobrepor-se à diversificação.

No coletivo que conforma a Horta Comunitária existem diferentes modos de fazer num contexto urbano. Estes amplificam as possibilidades determinadas desde a lógica de desenvolvimento, na que se prioriza o crescimento econômico que orienta o rumo das sociedades contemporâneas. Neste sentido, a prática urbana da agricultura agroecológica de base comunitária, como aquela que é praticada na Horta, propõe modos de fazer *táticos* e *teimosos* que se expressam em diferentes aspectos da vida nas urbes: o social, ambiental, político, espiritual e econômico. Assim, por exemplo, a construção e apropriação do espaço público como lugar para a promoção de saúde e cuidado, ligado à educação ambiental e alimentar como prática coletiva. Emerge como um uso tático e criativo, que fazem os participantes da Horta, de um espaço inserido numa lógica de desenvolvimento na que se

prioriza a função econômica da terra, sobre a social, e a individualidade sobre a coletividade.

Essa condição de múltiplas funções da agricultura urbana já foi apresentada no primeiro capítulo sob o conceito de multifuncionalidade. Este tem sido precisamente um dos principais argumentos mobilizados por organizações internacionais, movimentos sociais e pesquisadores, para justificar o incentivo e desenvolvimento da agricultura urbana em diferentes lugares do mundo (MOUGEOUT, 2000, BRAND; MUÑOZ, 2007, DUBBELING, 2014). No entanto, nem sempre esses benefícios têm se concretizado da forma esperada, pois como salientam Brand e Muñoz (2007), pode dar-se o caso de que a realização de projetos institucionalizados de agricultura urbana promovam esses benefícios. Porém, que não apontem de forma efetiva a construir alternativas que transformem as causas estruturais dos problemas que se pretendem resolver, como são as desigualdades sociais e a deterioração do meio ambiente. Em referência à multifuncionalidade, Brand e Muñoz (2007, p. 53) afirmam

[...] Estos son indudablemente rasgos de la agricultura urbana que habilitan a los gobiernos de las ciudades para integrarse en las redes internacionales, participar en un campo pionero de la gestión ambiental a un bajo costo, y promoverse políticamente a sí mismos como autoridades locales innovadoras y progresistas. En fin, la agricultura urbana puede ser un medio efectivo para incrementar la legitimidad de las administraciones urbanas. (BRAND; MUÑOZ, 2007, p. 53)

O pressuposto anterior faz referência a iniciativas de agricultura urbana que são desenvolvidas dentro da gestão institucional, nas que não são consideradas as multiplicidades das práticas que compõem o fazer agricultura urbana. Também existem iniciativas que emergem de forma alternativa e autônoma, como é o caso da Horta Comunitária considerado nesta pesquisa. Desde a perspectiva que traz Certeau (2011), isto implicaria que a agricultura urbana na sua multifuncionalidade, pode ser apropriada pela ação do estado a partir das suas *estratégias* de governo. De modo que se segmenta a complexidade e diversidade da realidade social, ao serem ignoradas as causas estruturais dos problemas sociais como a pobreza, insegurança alimentar e falta de emprego; e ambientais, como a degradação dos solos urbanos e fontes de água e a poluição do ar. Neste contexto, estas problemáticas que pretendem ser resolvidas com o desenvolvimento de projetos de agricultura urbana, nem sempre apontam na transformação do funcionamento do modelo econômico neoliberal que produz iniquidade social e a degradação dos ecossistemas naturais. Em vez disso, se oferecem como medidas que se tornam temporárias e que não resolvem os problemas que pretendem ser combatidos.

No capítulo anterior, se fez referência à realização do programa de Hortas Comunitárias do Fome Zero, como um antecedente da prática da agricultura urbana em Porto

Alegre. Este caso pode ser citado como um caso que exemplifica dita pouca incidência que apresentam alguns programas institucionais de agricultura urbana. Pois, trata-se de um programa que não foi apropriado de forma eficiente pela população beneficiária, já que uma vez finalizados os recursos as hortas não tiveram continuidade. Na entrevista realizada ao frei Luciano Bruxel, atualmente vinculado ao Centro Pastoral da Criança e Adolescente deste bairro, o CPCA, comentava que alguns freis da ordem religiosa da qual ele faz parte, “[...] *faziam umas críticas aos programas de transferência de renda, consideravam que eles deveriam ser também de transferência de tecnologia para não gerar uma dependência, e gerar uma emancipação*”. Essa foi justamente uma das motivações da criação da Horta, a qual, ao surgir de uma ação comunitária, marcou o caminho do percurso de um processo de ações coletivas.

O caráter comunitário do processo organizativo da Horta, abordada nesta pesquisa, envolve questões que perpassam essa multiplicidade de elementos antes colocada. Tanto dentro das motivações que incidiram na sua conformação, como no decorrer da sua trajetória.

Agregando como fator diferencial o caráter comunitário, que fez com que esta fosse criada a partir dos interesses e iniciativa de líderes da própria comunidade, e não, desde uma ação institucional. Esta Horta é uma iniciativa que surge de um processo coletivo, no qual a articulação entre os moradores do bairro e as pessoas associadas às instituições públicas, - professores de escolas e universidade e funcionários de postos de saúde-, aportou na sua permanência até hoje. Estes participaram deste processo de construção coletivo de um bem comum, a partir de motivações pessoais que se enlaçaram com a proposta comunitária da Horta. A qual não está contemplada dentro de um programa específico da gestão urbana. Situação que levou a que desde o ano de 2018 fosse construído um fórum de hortas, para discutir a criação de um marco normativo que facilitaria o desenvolvimento da agricultura urbana no município e no estado.

O espaço ocupado pela Horta é composto desta diversidade de fatores históricos. Inicialmente, foi um território rural, que logo foi transformado pelas dinâmicas que construiu o processo de urbanização do bairro, como consequência do êxodo rural. Posteriormente, foi reivindicado como espaço público pelo Orçamento Participativo para a construção de uma escola de dança que não aconteceu, cedendo o lugar para a criação da horta do programa Fome Zero, inicialmente, e depois, à Horta Comunitária. Estes diversos usos e práticas sociais sobre o espaço, são definidos como camadas ou extratos imbricados que lhe compõem como um palimpsesto, segundo Certeau (2011). Essa amplitude de elementos, mesmo que possam parecer imóveis desde o recorte espacial e temporal que se faz desde a lógica de planejamento

urbano, são móveis, e na sua mistura e dinamismo criam as particularidades dos territórios vividos.

Além dessa imbricação de camadas de sentidos e usos históricos sobre este território, no qual se localiza a Horta, o bairro Lomba do Pinheiro. Existe também uma multiplicidade de práticas que foram definidas antes como táticas, as quais configuram o processo coletivo que é a Horta Comunitária. Isto, a partir dos múltiplos usos e formas em que é apropriada pelos visitantes e colaboradores deste projeto. Neste contexto, é relevante trazer esta multiplicidade escrita no território da Horta. A qual expressa e reúne modos de dar sentido à vida urbana e os espaços comuns urbanos, desde sentidos alternativos aos reproduzidos na dinâmica de urbanização que prioriza a função econômica do espaço. Os quais estão operando como laboratórios culturais de intercâmbio de conhecimentos e experiências, criam um lugar comum ou comunitário, em que se está experimentando saberes ambientais que podem dar-nos luz na construção de sociedades sustentáveis.

**Figura 10 - IV Pré-Erga Sul na Horta Comunitária Lomba do Pinheiro. A Horta como local de diversas atividades que aportam na construção do bem comum, neste caso a difusão da Agroecologia**



Fonte: Acervo da autora (2019).

#### 4.2 ALGUNS RELATOS DE VIDA QUE FALAM SOBRE A HORTA COMUNITÁRIA LOMBA DO PINHEIRO

[...] Vou dizer uma coisa para vocês, nem eu tinha dimensão, uma porque tu trazes do interior, porque eu vinha do interior então assim, na verdade a gente se criou trabalhando em terra dos outros. Meus pais tinham que dar a meia para o patrão. Ele

não queria saber se vinha aquela chuvarada e iam embora aquelas plantas, ou seca. Então venho com essa cultura, eu tenho mais hortas e plantinhas em casa pela questão cultural, mas eu vou dizer assim, foi um presente, nem eu tinha dimensão que ia ser um projeto valorizado pela comunidade. (Lourdes Guiconi em 28/12/2017).

A apresentação da horta será feita a partir da compreensão que propõe Certeau (2011), sobre o espaço palimpsesto construído por camadas imbricadas. Estas são abordadas aqui remetendo aos relatos sobre as experiências do cotidiano no lugar e das diferentes modos de fazer observados no local. Estes relatos foram obtidos a partir das entrevistas realizadas para os diferentes participantes e colaboradores (as) na Horta e através do convívio como voluntária. Na perspectiva que traz Certeau (2011), estes relatos são também táticas nas quais produzem omissões ou lembranças a partir de um repertório da memória, que é recapitulado num momento pontual no tempo e espaço, que ele denomina como ocasião.

Nesta perspectiva, trago o recorte de realidade que me foi possível experimentar a partir das entrevistas, o qual eu apresento aqui, a partir do meu próprio processo de produção de conhecimento, como relato. Neste sentido, esta narrativa aqui mais que produzir a Horta como objeto, aponta a produzir efeitos em quem tem acesso à leitura desta escrita.

Segundo me foi relatado, na entrevista realizada com Lourdes Ágata, líder comunitária do bairro Lomba do Pinheiro, criadora e coordenadora da Horta, a Horta foi criada no ano de 2011. Esta surgiu quando ela era conselheira no Conselho Regional de Assistência Social e se reuniam mensalmente com as mulheres e famílias beneficiadas do programa Bolsa Família. Segundo ela, existia a preocupação por parte da Paróquia Santa Clara que era coordenada naquele tempo pelo Frei Flávio Guerra, da ordem dos Franciscanos. Por incentivar a autonomia destas pessoas que dependiam para seu sustento de programas de assistência social, como é o Bolsa Família e o alimento fornecido pelo programa social desenvolvido pela paróquia. Frente a esta situação, resolveram oferecer diversos cursos que possibilitaram às famílias gerar alternativas para criar suas próprias oportunidades de manutenção. Assim, foram oferecidas três alternativas: fabricação de sabão, elaboração de artesanato a partir da reciclagem e a construção da Horta Comunitária. No processo de criação da Horta, foram se juntando diversos parceiros, como é o Centro Agrícola Demonstrativo, CAD, e o Sandro Trevisam, extensionista técnico da EMATER.

Segundo o informe de Flavio Burg, sobre o histórico da Horta, no ano de 2011 foi constituído um comitê gestor com a participação de instituições<sup>1</sup> municipais e associações

---

<sup>1</sup> Associação Comunitária Recreio da Divisa, Associação comunitária Vila Panorama, Associação de moradores da Vila São Pedro, CRAS Lomba do Pinheiro, Conselho Local de Saúde de São Pedro, Associação de

do bairro. Nestas reuniões definiu-se o desenvolvimento de diferentes ações para ser oferecida à comunidade do Bairro, as quais foram nomeadas antes. Como princípios norteadores se estabeleceram a Solidariedade, Sustentabilidade e Agroecologia; e como objetivos: Geração de Renda; formação de multiplicadores; educação popular; educação ambiental; melhora a qualidade de vida da população; transformar espaços ociosos em locais de aprendizado formal e informal; esclarecer a população ao respeito do uso de fitoterapêuticos; fortalecer o associativismo e o cooperativismo e fortalecer a economia solidária.

O terreno no qual escolheu-se desenvolver o projeto de Horta Comunitária, se localiza entre as paradas 12A e 13 da Av. João de Oliveira Remião, nos fundos do Centro Cultural e CAR Lomba do Pinheiro. Terreno que é propriedade da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA). Neste terreno já funcionava entre os anos de 2003 e 2004, uma horta comunitária do Programa Fome Zero. Período após do qual esta passou a ser um campo no qual pastavam as vacas e cavalos de moradores das áreas do entorno. Tinha um campo no qual os meninos jogavam futebol, e também desde então, aconteciam atividades ligadas ao tráfico de drogas (BURG, 2011).

Numa conversa com Flavio Burg, comentou-me que este terreno foi precisamente comprado pela prefeitura, dentro do Orçamento Participativo para a construção desta escola de Samba. Sendo desde então uma área da prefeitura. Atualmente, a infraestrutura do Centro Cultura está abandonada, e na área contígua desta construção, tem pavilhões que são usados como garagem para maquinário da Prefeitura. Este espaço é denominado como depósito da Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV). O terreno no qual foi criada a Horta, fica nos fundos desta área que conta com um total de 4 hectares, dentro das quais a Horta ocupa 7.000 m<sup>2</sup>.

As atividades para a implementação da Horta foram iniciadas em meados do segundo semestre do ano de 2011, quando o grupo gestor recebeu apoio do Centro Agrícola Demonstrativo (CAD), com o deslocamento de um trator para lavrar o terreno. Tendo em conta que a iniciativa tinha sido projetada para ser de produção agroecológica, precisava ser feito um processo de recuperação do solo, o qual era pobre em nutrientes e desgastado pelas

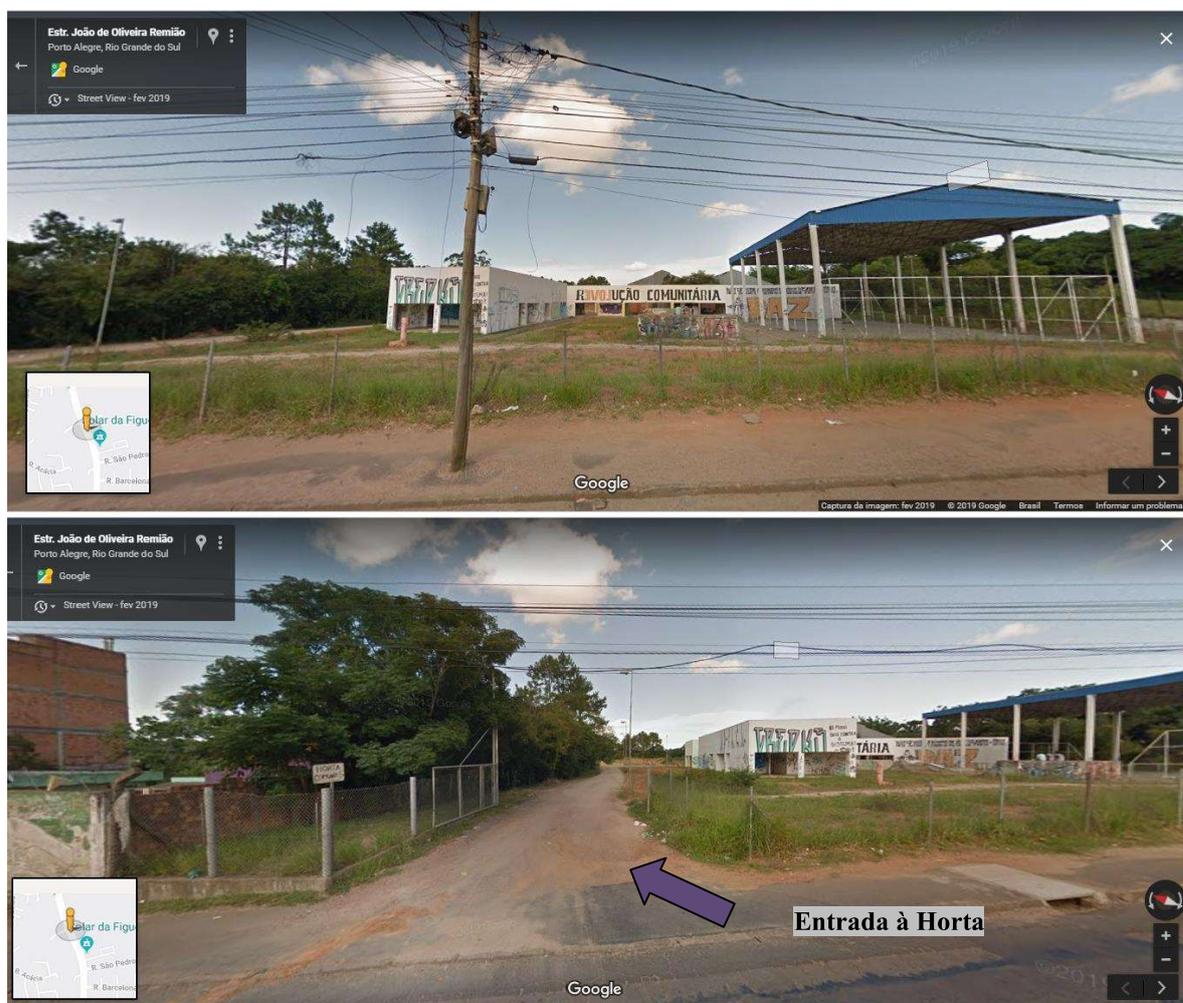
---

moradores Mangue Seco, Associação de Catadores de resíduos sólidos e domiciliares da Lomba, Conselho do Museu Comunitário da Lomba, Associação Fuxico, Conselho Local de Saúde Vila Panorama, Associação de moradores Vila Pinhal, Paróquia Santa Clara, Centro Administrativo Regional (CAR) Lomba do Pinheiro, CTG Pousada Figueira, EEEF Maria Cristina Chiká, Fome Zero, EMATER- RS-ASCAR, Centro Agrícola Demonstrativo (CAD) e Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (BURG, 2018).

atividades de pastoris ali desenvolvidas. Sandro Trevisan, extensionista da EMATER, relatou que *teve todo um trabalho de recuperação do solo, e adubação verde, uso de estrume, combate a formigas, cercamento da área* (Entrevista realizada no dia 20 de novembro de 2018).

[...] Aqui atrás do arroio são famílias que vieram do interior, que têm suas criações tudo, então largavam nesse campo, então ficou muito batido. Então, foi um desafio muito grande recuperar os solos. Até hoje sabe com a luta com o solo, mas a gente usa muita adubação verde, o mais natural possível. (Lourdes Guiconi em 26/11/2018).

**Figura 11 - Imagem da Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro na Avenida Requião. Na primeira imagem a infraestrutura do Centro Cultural abandonado. Na imagem do meio está o caminho para o ingresso na Horta. Na imagem satelital da parte inferior da folha, está a ubicação da Horta dentro do terreno 4 hectares propriedade da prefeitura de Porto Alegre**





Fonte: Google Maps (2019)

Lembremos que, desde a proposta da agroecologia, é fundamental começar com uma boa preparação do solo. Para isso, se realizam procedimentos baseados no uso de insumos naturais. Como é a adubação verde, feita a partir do cultivo de determinadas espécies que aportam nessa função. Segundo Assis e Romeiro (2002), na agricultura convencional baseada no uso de agrotóxicos, o solo é apenas considerado como um meio para a veiculação dos compostos minerais, que são o substrato para a sustentação das plantas. Mas não priorizam-se as inter-relações entre os microrganismos do solo, o entorno e espécies vegetais que incidem na reparação ou desgaste da terra. A compreensão e utilização inteligente das próprias leis da natureza, que se tinha nos sistemas agrícolas camponeses, foi substituído, pelo pressuposto disseminado desde a década de 1960 pela Revolução Verde. Neste, as limitações ecológicas superavam-se com a aplicação da tecnologia industrial. E com esta aplicação, também esperava-se um incremento na produção agrícola, para atender assim a demanda de alimentos para as mega indústrias alimentícias que começavam a se consolidar (ASSIS; ROMERO, 2002, p. 6).

Retomando o percurso do relato sobre a Horta, Lourdes Ágata Guiconi, comentou que naquele tempo esta área em que se começava a construir o projeto, estava classificada como Área Especial de interesse Institucional (AII), propriedade do Município. Sendo que, até o ano de 2012, durante o governo do prefeito José Fortunati, o secretário de governo aprovou a cedência deste terreno para o desenvolvimento deste projeto comunitário de produção agroecológica. Sob a figura de comodato à Associação de Moradores da Vila Pinhal, da qual ela é presidenta. Segundo Burg (2018), neste período de início do projeto, se destaca o esforço da líder comunitária Lourdes Guiconi, do extensionista da EMATER Sandro Trevisan e do frei Flávio Guerra da Paróquia Santa Clara. É pertinente aclarar que a participação de Sandro, foi realizada de forma solidária, pois na EMATER não existia – nem existe ainda hoje- um projeto específico no qual fosse incluído o trabalho com agricultura urbana. No entanto, essa

situação nunca foi um impedimento para sua participação e aporte ao projeto, os quais têm sido fundamentais até hoje, a partir do seu vasto conhecimento sobre a prática da agroecologia. [...] *Não tivemos impedimento nenhum de trabalhar, pelo contrário a EMATER sempre trabalhou com agricultura urbana apesar de não conseguir colocar isso nos relatórios e não comprovar isso nos projetos do governo de estado de assistência técnica.* (Sandro Trevisan em 20/11/2018).

Logo de que foi cedida esta área, através do comodato, conseguiram receber adubo orgânico da Unidade de Triagem e Compostagem (UTC) do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU). Dando passo aos primeiros plantios de mudas de hortaliças fornecidas pelo Centro Agrícola Demonstrativo (CAD) e à doação de mais sementes de adubação verde pela EMATER (BURG, 2018).

[...] Os parceiros foram se somando, foi aumentando o grupo de trabalho, quando a atividade começou realmente, quando as plantas começaram a sair do chão foi aumentando o número de pessoas então ficou um trabalho com público bem diverso [...] (Sandro Trevisan em 20/11/2018).

Assim, os apoios foram se juntando e o projeto assim ia se afirmando no território. Recebendo nos anos posteriores, a vinculação de dois parceiros que dariam uma força importante para o desenvolvimento deste projeto. Em abril do ano 2013, o morador do bairro e professor, Flavio Burg da Rede Pública de Ensino da PMPA, que trabalhava em tempo integral na EMEF São Pedro, foi liberado 20 horas semanais pela então Secretaria Municipal de Educação. Para assim trabalhar no projeto dando atendimento aos alunos que visitavam a Horta, e para acompanhar o desenvolvimento de hortas nas Instituições de Educação Infantil pertencentes à rede municipal (BURG, 2018). Na aprovação desta liberação do professor Flávio, a intervenção do frei Luciano Bruxel foi decisiva. Na entrevista que realizei a este frei, ele comentou que este foi um dos seus principais aportes para a Horta.

[...] Meu papel foi quando o Flavio Burg, que junto com a Lourdes, que é uma liderança importante, eu foi o que intermediou a liberação dele por parte da prefeitura como professor. Nós começamos com 20 horas e logo conseguimos liberar ele integralmente. Com o objetivo de justamente atender todos esses grupos, ele é um professor e ele tem uma pedagogia para acolher os diferentes grupos. (Frei Luciano Bruxel em 20/07/2018).

Segundo o relatado pelo Flavio Burg, neste primeiro ano de trabalho na horta, começaram a receber alunos de várias escolas municipais<sup>2</sup>, de SASEs do bairro (Serviço de

<sup>2</sup> EMEFs: São Pedro, Saint-Hilaire, Afonso Guerreiro Lima, Heitor Villa Lobos, Nossa Senhora de Fátima e

Apoio Socioeducativo) e crianças de Creches Comunitárias. Pelo que foi preciso organizar uma agenda de atendimentos aos grupos que estavam fazendo visitas semanais, quinzenal ou mensal. Para este ano, o 2013, a Horta já começava a ter uma visibilidade fora do bairro, recebendo visitas de universidades, como a UFRGS e a PUCRS. Na entrevista, o professor Flávio comentou que seu interesse em participar da Horta, além de surgir como uma forma de manter e usar o conhecimento sobre agricultura que trouxe quando migrou do interior para Porto Alegre; foi uma possibilidade para juntar-se e contribuir com um projeto a fim dos seus interesses e filosofia de vida.

[...] Desde 2012 que comecei a participar, fiquei sabendo da horta e também participei junto com o projeto na parada 10 do atendimento das terapias de ervas na sexta de tarde as tinturas. Um dos preparados e o depurativo que limpa os agrotóxicos do sangue. Uma preocupação que sempre tive foi participar de um projeto que trabalhara a questão da alimentação, mas quando fiquei sabendo da horta, cai de cheio em essa questão da comida saudável. Foi com todo gosto, a gente está aqui porque gosta e por ser um espaço legal da natureza. Na verdade, significa uma grande paz para minha vida que estou liberado para estar trabalhando direito aqui, ocupo bastante tempo aqui (Flavio Burg em 27/12/2017).

Outro apoio que se integrou neste ano de 2013, e foi importante no fortalecimento do Projeto da Horta Comunitária, foi a terapeuta ocupacional Cristiane Lindemayer, que nesse período trabalhava no NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família) da Lomba do Pinheiro. E desde sua função laboral, decidiu acolher o projeto para atender à demanda de presença de adultos na Horta. Assim, começaram a ser desenvolvidas no local atividades de fomento à saúde integral para grupos de pessoas adultas e idosas.

[...] Minha coordenadora a Luisa Ribeiro, muito conhecida da Lourdes também, ela me disse assim, “Cris tu gosta tanto de planta, tem uma horta comunitária ali na Lomba que vão as crianças, os adolescentes, as escolas, e não vão os adultos” tu já fizeste trabalho com adulto e plantas, tu não quer tentar fazer um trabalho com um grupo de hortas lá na Lomba [...]. (Cristiane Lindemayer em 19/06/2019)

Se até então, o trabalho do Flavio estava direcionado ao atendimento das escolas e visitas agendadas, favorecendo de forma importante o desenvolvimento da Horta e a promoção de educação ambiental na população infantil e jovem. Com a integração da Cristiane na equipe gestora, em novembro de 2013, o projeto se fortaleceu ainda mais, pois ela incentivou a participação dos gestores comunitários dos postos de saúde que ficavam perto da Horta: o da Viçosa, São Pedro, Santa Helena e Lomba do Pinheiro.

[...] Eu sempre ia nesses postos, convidava a equipe, falava da ideia, falava para ter uma agente comunitária disponível para vir na terça feira e vir aqui. Ai nós começamos em dezembro, a vir agente comunitário, vinha um e vinha outro. Até março a gente continuou com vinda nas terças-feiras, e foi um verão muito quente que tinha só a primeira horta ali. E a gente conseguiu entender, se não apareceram outras pessoas porque estava muito quente mesmo. Ai as pessoas falavam, ai Cris eu acho que não dá nem para convidar as pessoas porque está muito quente vai que alguém desmaie. Então ficamos nós assim, e os agentes comunitários foram se apropriando assim, do que a gente tinha que fazer aqui, que era capinar que era abrir canteiro e plantar [...]. (Cristiane Lindemayer em 19/06/2019)

A participação destes (as) agentes comunitários (as), aumentou a quantidade de pessoas disponíveis para ajudar nas atividades diárias, relacionadas a manutenção da Horta. Chegando inclusive a se estabelecer um dia fixo de trabalho, as terças-feiras, dia de encontro esse que, tem se mantido ao longo do tempo, mesmo que participantes tenham mudado no decorrer do tempo. Segundo o relatado por Cristiane, os e as agentes convidavam as pessoas do bairro para a Horta, a partir das suas visitas realizadas às famílias como parte do seu trabalho. Este trabalho de difusão do projeto, abriu a possibilidade de que mais pessoas participassem. Assim, a comunidade começou apropriar-se do projeto, participando e aportando trabalho voluntário para manter as atividades diárias da Horta. Ao longo do tempo, chegavam a se reunir grupos até de quarenta pessoas e se realizavam atividades coletivas como almoços e festejos coletivos. A Dona Zenira segundo relatou Cristiane, era uma moradora do bairro que dava um impulso especial na realização destes eventos.

A articulação do professor Flavio Burg e de Cristiane Lindemayer, afirmou o projeto e possibilitou a consolidação de duas linhas de trabalho na Horta que estavam estabelecidas desde a sua criação, com função pedagógica e terapêutica. A primeira, desenvolvida principalmente a partir das visitas de escolas, creches e universidades, e a segunda, com a conformação do Grupo “Amigos da Horta” nas terças feiras, ao qual assistiam principalmente pessoas idosas do bairro. Entre 2014 e 2015 incrementou a afluência de pessoas e contribuições, passando a ter uma visibilidade fora do bairro, expressa pela diversificação da procedência dos visitantes, e também, na inclusão de matérias sobre a Lomba em diversos meios de comunicação<sup>3</sup> de Porto Alegre, tanto em jornais, como em rádios e reportagens na TV. Uma condição importante que possibilitou a recepção de um número maior de pessoas,

---

<sup>3</sup> Segundo o Histórico da Horta (BURG, 2018): No ano 2013: No Jornal da Lomba, no site da Prefeitura Municipal (16/08); no site do SMED (02/09); TVE (05/09). No ano 2014: Jornal Diário Gaúcho (20/03); TV Bandeirantes (15/10). No ano 2015: SBT TV e Jornalismo da PUCRS (28/04); Rádio Comunitária Lomba do Pinheiro (13/05); Rádio Comunitária Rubem Berta (20/08); Rádio Cidadania da UFRGS (24/08); TVE (16/11); TV Câmara de CMPA (20/11); Jornal da UFRGS (25/11); Jornal Zero Hora (30/11).

foi a liberação do professor Flavio Burg para trabalhar o período integral de 40 horas dentro da Horta, no mês de janeiro do ano 2014. A presença do professor Flávio nos turnos de manhã e tarde, abriu o espaço para que mais pessoas visitassem e contribuíssem com a Horta. E enquanto este número de pessoas ia incrementando, também começaram a emergir conflitos pelo uso do espaço, a colheita e a convivência entre as pessoas.

Lembremos que este projeto desde o começo tem um claro viés comunitário, ao qual como foi relatado até aqui, foram se juntando parcerias de funcionários públicos, que buscaram articular seu trabalho ao projeto desenvolvido na Horta. No caso do professor Flávio, este apoio da municipalidade foi transformado no ano 2018, quando no dia 15 de maio, o professor foi retirado do turno de 40 horas para, 20 horas de trabalho na Horta e as outras 20 na EMEF São Pedro. Isso gerou uma alteração na dinâmica de funcionamento da Horta, que foi relevada a partir da reorganização dos horários de presença das outras duas gestoras centrais, Lourdes e Cristiane. Assim, como também foi solicitado à comunidade o apoio para fazer maior presença e evitar assim deixar o espaço vazio. Esta decisão se mantém até hoje, pois mesmo que o professor tentasse apresentar ao secretário de educação Dr. Adriano Naves de Brito, um relatório das suas atividades desenvolvidas na Horta. Dentro do que inclusive foi adjunto uma carta de apoio assinada pela minha orientadora, Rumi Regina Kubo. Tudo isso, com a intenção de demonstrar a importância de manter as 40 horas do professor para dar apoio ao projeto da Horta Comunitária. Não existiu disposição da SMED para atender a esta solicitude, pois segundo foi relatado pelo professor Flávio, esta decisão do seu retiro do turno integral na Horta foi argumentada pela falta de professores dentro da Rede Pública de Ensino de Porto Alegre. Este tipo de situações, reflete as consequências de não contar com um programa institucional consolidado para dar apoio permanente a este tipo de iniciativas, como ocorreria no caso do projeto de Hortas do programa Fome Zero no ano de 2003. O qual estava regulamentado a partir de uma política nacional ligada à Segurança Alimentar e Nutricional do extinto Ministério do Desenvolvimento Social - MDS.

Durante o desenvolvimento do programa Fome Zero, foram construídas duas hortas no bairro Lomba do Pinheiro, uma na parada 15 e outra no lugar em que se localiza a Horta Comunitária. Durante este período, segundo consta no site oficial do programa Fome Zero da PMPA, existiam 19 hortas comunitárias instaladas em Porto Alegre, sendo 15 acompanhadas pela Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC) e outras quatro pela EMATER. Como já foi salientado, este foi um antecedente importante na constituição da atual Horta Comunitária, pois abriu na comunidade a vivência de contruir uma horta a partir do trabalho conjunto. No entanto, este projeto não teve continuidade logo de finalizado o

acompanhamento institucional no ano 2004.

Desta forma, a Horta tem se mantido, com o apoio das pessoas da comunidade e a partir das alianças com atores de diversos setores e instituições, os quais têm feito adaptações nas suas funções laborais, para oferecer algum suporte, a partir dos recursos disponíveis desde seus lugares de trabalho. Como relatam as experiências do professor Flavio Burg e Cristiane Lindemayer, os quais conseguiram conciliar com suas funções laborais o seu envolvimento com o projeto da Horta Comunitária. No primeiro caso, para dar atendimento às escolas na Horta e para assessorar o desenvolvimento de projetos de hortas nas escolas da Rede Pública de Ensino. E por parte da Cristiane, através da construção de um grupo de terapia ocupacional na Horta, conformado por agentes comunitários de saúde e pelos usuários dos diferentes grupos da Saúde. Trabalho ancorado nas Práticas Integrativas e Complementares (PICs), no Sistema Único de Saúde (SUS).

A conformação deste núcleo de apoio e gestor da Horta, tem sido fundamental para manter-la até hoje. Lourdes, Flavio e Cristiane têm aportado um esforço importante em fazer possível este espaço. Cada um aportou desde seus conhecimentos e habilidades para um fim comum. A Lourdes, uma líder comunitária, responsável por uma creche e presidenta da Associação de moradores da Vila Pinhal. Ela tem um vasto conhecimento sobre plantas, legado de sua mãe, que era curandeira, e da experiência dos seus primeiros anos trabalhando em atividade agrícolas. Isto foi o que ela relatou numa das entrevistas “*para mim é um sonho, estar resgatando e passando as plantas medicinais para muitas pessoas, porque minha mãe já era curandera chazei. Poder passar esse conhecimento natural sem veneno*”.

A Cristiane, terapeuta ocupacional, conseguiu articular sua participação na Horta dentro do seu trabalho no Núcleo de Apoio à Saúde e Família (NASF), com interesses pessoais, trazendo para a Horta o componente terapêutico e de saúde coletiva. *Eu também me identifico por uma questão minha, entendeu, tem gosto, tem valores próprios nossos que nos trazem aqui, e isso se mistura com o profissional* (Cristiane Lindemayer em 19/06/2019). O professor Flavio, também articulou seu trabalho como docente na EMEF São Pedro, com interesses pessoais que conseguia realizar no projeto coletivo da Horta. Aportando o trabalho pedagógico com atenção de escolas, creches e replicando a experiência da Horta em escolas interessadas em desenvolver projetos de agricultura urbana. *Uma preocupação que sempre teve foi participar de um projeto que trabalha a questão da alimentação, mas quando fiquei sabendo da horta cai de cheio nessa questão da comida saudável bastante tempo aqui* (Flavio Burg em 27/12/2017). Assim, pode-se considerar que este núcleo integrou três conhecimentos que são fundamentais no desenvolvimento deste trabalho coletivo, os saberes

populares da Lourdes, a experiência com o labor pedagógico do professor Flavio e a articulação da questão terapêutica, com a realização de atividades coletivas para a comunidade e população idosa, com a Cristiane.

Outros aspectos importantes que contribuíram para a afirmação deste projeto, foram as contribuições, algumas solidárias, de insumos. Uma importante contribuição foi a doação das mudas de hibiscos pela Rede Agroecológica Metropolitana (RAMA)<sup>4</sup> no ano 2013. O plantio de hibiscos tem sido a principal fonte de renda da Horta. Anualmente é vendida a produção a comunidade do bairro e conhecidas (os) das (os) voluntárias (os) e participantes da Horta. Trata-se de vendas realizadas informalmente. Outro ganho importante foi a provação, via Orçamento Participativo, da doação para construir a sede da Horta no ano de 2014. A partir do material adquirido pelo OP, a construção da seda foi feita de forma voluntária por pessoas da comunidade. No ano de 2015, o Viveiro Municipal da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre, começou fazer a doação de adubo orgânico para a Horta. A unidade de Triagem e Compostagem do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) e criadores de cavalos, também tem contribuído com a doação de adubo (BURG, 2018).

Outro apoio importante, que se somou na construção deste projeto, foi a articulação de alguns professores da UFRGS. Elas e eles aportaram desde seus conhecimentos sobre biologia, agronomia e botânica, ao desenvolvimento de atividades como: oficinas para aproveitar as propriedades medicinais das plantas, a partir da preparação de xaropes, tinturas e pomadas; reconhecimento de Plantas Alimentícias não Convencionais (PANC's) e a construção de um banco de sementes, entre outras. Entre as professoras e professores que fizeram importantes contribuições para o desenvolvimento e permanência da Horta Comunitária foram: o professor (atualmente aposentado) José Maria Wiest vinculado ao Instituto de Ciências e Tecnologia dos Alimentos; a professora (atualmente aposentada) Ingrid Barros do departamento de Agronomia; a professora (atualmente aposentada) Mônica Meira da Faculdade da Economia; a professora Tatiana Silva Duarte da faculdade de Agronomia e a professora Terezinha Guerra do Instituto de Biociências.

O professor Wiest, se vinculou no ano 2014, e desde então ofereceu assessorias, fez doação de mudas, realizou oficinas sobre o aproveitamento das propriedades medicinais das plantas e dava atendimento às pessoas que procuravam plantas na Horta para atender a

---

<sup>4</sup> Uma associação de produtores agroecológicos da região Metropolitana de Porto Alegre, que se constitui também em um Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (OPAC).

problemas de saúde (BURG, 2018). Dele, é especialmente lembrado o legado das receitas com ingredientes naturais que desenvolveu, dentro do seu trabalho na pastoral da Saúde da Paróquia Santo Agostinho de Viamão- RS. Destas receitas, hoje ainda se recria a do “Xarope expectorante” fabricado em oficinas realizadas durante os meses de inverno.

Junto com a participação das professoras e dos professores, se vincularam também alunas e alunos da UFRGS, através de projetos como o Programa de Horticultura Urbana da faculdade de Agronomia, no qual se uniram outras faculdades.

[...] Depois ele se expandiu mais, ele pulou para outro programa com vários projetos, parceiros convidados de várias áreas. Professor Paulo Brack da botânica, pessoal das letras. Mas o que faz um pessoal das letras lá? Mas ela ia lá fazer leitura para as crianças, mas você está dentro de uma horta e quer fazer uma roda de leitura. Você conta a história da semente, você faz as coisas coordenadas e tem lugar para todo mundo, tem lugar para letras, tem lugar para as artes [...]. (Ingrid Barros em 10/04/2019).

Além destas participações, a partir do final do ano de 2016, a Horta começou a receber estagiários e estagiárias do curso de Biologia, também da UFRGS, os e as quais têm apoiado às atividades cotidianas da Horta. Tais como o recebimento das visitas das escolas, atenção aos visitantes da comunidade, no processo de fazer mudas, identificação de plantas e manutenção dos canteiros. Segundo foi relatado pela primeira estagiária do curso de ciências biológicas e atualmente mestranda em Botânica da UFRGS, Daniela Casali, o aporte que ela pensava que daria desde o conhecimento científico como bióloga, foi menor do que o aprendizado que teve na Horta. [...] *Era um espaço no que eu podia agregar, para identificar umas plantas, mas eles sabiam todas as plantas. Mas talvez dar esse olhar técnico de biólogo, pensei vai ser bem bom, mas na real quem aprendeu mais foi eu [...]* (Daniela Casali em 19/06/2019).

Essa conjunção dos diferentes apoios de professoras (es) e estudantes da UFRGS, juntou-se ao trabalho que já vinham desenvolvendo as (os) três gestoras (es) principais, Lourdes, Flavio e Cristiane e à participação das pessoas da comunidade. Esses encontros de múltiplas pessoas, também propiciaram o encontro de diversos saberes. Neles é gerada uma mistura de conhecimentos científicos, trazidos pelos professores, com os saberes populares que as pessoas da comunidade, incluindo a Lourdes e o Flavio, tem como legado da sua vivência como produtores (as) familiares nos seus lugares de origem no interior. Esses saberes são compartilhados a partir da convivência e da experimentação coletiva. Dotando este espaço, com uma grande potência pedagógica de construção de conhecimentos, a partir do compartilhamento com os (as) outros (as), claro está, sem anular as particularidades e

diferenças. Isto é a base da experiência coletiva que compõe esta Horta Comunitária. Para Enrique Leff, esse tipo de conhecimento construído desde a multiplicidade pode ser denominado como saber ambiental.

[...] O saber ambiental integra o conhecimento racional e o conhecimento sensível, os saberes e os sabores da vida. O saber ambiental prova a realidade com saberes sábios que são saboreados, no sentido da locução italiana *asaggiare*, que põe à prova a realidade degustando-a, pois se prova para saber o que se pensa, e, se a prova da vida comprova o que se pensa, aquele que prova se torna sábio. Dessa forma, restaura-se a relação entre a vida e o conhecimento (LEFF, 2009, p. 2).

Nesta prova à realidade, que salienta Leff, como característica necessária para a construção de saberes ambientais que abracem a complexidade da realidade atual, acontecem também conflitos e tensões. Pois, mesmo que o encontro dos saberes seja produzido a partir de uma aposta em comum, envolvem-se subjetividades e interesses individuais, que não se perdem no coletivo. Uma vez que, dentro dos acordos que orientam as ações coletivas na Horta, se considera o conflito como parte inerente a este processo, o qual também deve ser contemplado coletivamente através do diálogo. Este processo de construção de outros modos de se relacionar com o outro, com o entorno, com o conhecimento, e até, com o conflito. Estabelecem uma continuidade nas ações coletivas que se mobilizam na Horta. Sem querer reduzir todas as subjetividades a um mesmo modo de se posicionar frente a estas questões, é possível entrever até aqui, que a junção das diferentes pessoas que têm se integrado neste processo comunitário, têm motivações comuns. Aassentadas em valores como a solidariedade, construção de autonomia e um posicionamento crítico frente à *ordem econômico-ecológica globalizada*.

Esta configuração da Horta Comunitária a partir da junção de participantes que, mesmo sendo diferentes, compartilham visões comuns em relação a certos aspectos da vida coletiva, como a alimentação e preocupações ambientais. Lembra os aportes que o sociólogo e filósofo italiano Alberto Melluci (2001), faz à compreensão dos movimentos sociais e ações coletivas. Esses elementos conceituais podem contribuir aqui, no entendimento do processo de organização coletiva abordado nesta pesquisa, a Horta Comunitária, como um fenômeno social contemporâneo. Na sua perspectiva, a complexidade da sociedade contemporânea<sup>56</sup>

---

<sup>5</sup> Sobre os estudos dos movimentos sociais nas sociedades contemporâneas Mutzemberg (2015) afirma que: “O conjunto conceitual das abordagens contemporâneas, com suas aproximações e distanciamentos, caracteriza-se por um amplo leque plural formado pelas contribuições das teoria da mobilização de recursos, teoria do processo político, teoria dos novos movimentos sociais, da crítica pós-colonial, além dos aportes das teorias feministas (Butler, 2007), da sociologia das emoções (Scribano, 2009; Flam & King, 2005; Mouffe, 2000a), proposições vindas de outras disciplinas, a exemplo da geografia, com as noções de espaço e território

também impacta na forma em que os coletivos se organizam, e por isso, o estudo dos movimentos sociais e ações coletivas devem atender a estas transformações, voltando o foco à compreensão da multiplicidade e flexibilidade de fatores e que compõem estes fenômenos (MUTZENBERG, 2015, p. 421). Até a década de 1970, estudos sociológicos sobre esta questão, concebiam estes fenômenos sociais desde visões totalizantes e estáticas, em que não se considerava a heterogeneidade e a capacidade de agência dos indivíduos que lhes compõe, nem a influência das tecnologias da comunicação sobre a circulação de informações e construção de identidades coletivas (MELUCCI, 2001).

Neste sentido, esta abordagem de estudos sobre a ação coletiva nos movimentos sociais, que constrói Melucci (2001), aporta ao entendimento da conformação da Horta Comunitária como um espaço heterogêneo. No qual, mesmo dentro da diversidade e mobilidade dos participantes, consegue articular modos de fazer comuns que se colocam como alternativas a um modo hegemônico de sociedade. Nesta construção de alternativas ou táticas, nos termos de Certeau, se cria a Horta como um laboratório cultural onde as pessoas criam vínculos solidários, a partir dos quais se experimentam outros modelos culturais e formas de relacionamento, que aportam perspectivas alternativas para compreender o mundo.

[...] A ação coletiva é um sistema de ação multipolar que combina orientações diversas, envolvendo atores múltiplos e implicam um sistema de oportunidades e vínculos que dá forma às suas relações. Os atores produzem a ação coletiva porque são capazes de definir-se e de definir sua relação com o ambiente (outros atores, recursos disponíveis, possibilidades e obstáculos) [...] O sistema multipolar da ação de um ator coletivo se organiza, por isso, em torno de três eixos (fins, meios e ambiente)” (MELUCCI, 2001, p. 46).

Segundo este postulado, a ação coletiva não é só a expressão de uma intenção finalizada, pois envolve uma construção a partir dos recursos disponíveis e dentro das possibilidades oferecidas por um determinado ambiente. Em função desta lógica de construção, poderia ser compreendida a imensa diversidade que se expressa a agricultura nas cidades, pois cada contexto oferece recursos, limitações e condições geográficas e políticas diferenciadas. Que na sua interação, determinam as possibilidades e rumos das ações coletivas que desenvolvem as diferentes iniciativas de agricultura urbana. Existem autores como Zaar (2011), que em relação às intenções e finalidades da agricultura urbana, identifica que as hortas urbanas propiciam um caráter e identidade próprios aos espaços públicos, ao fazer deles espaços de participação, construção de comunidades e educação ambiental. No caso da

---

(Bringel, 2007; Poletto, 2009)” (MUTZENBERG, 2015, p. 426)

Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro, isto é claro, pois se trata de um espaço público que foi apropriado desde as ações coletivas de diversos atores, tanto da comunidade, como de funcionários de instituições públicas do campo da educação, saúde e assistência técnica agrícola. O encontro desta diversidade de pessoas, motivações e interesses, criou uma comunidade do bem comum, na qual o comunitário mais do que uma condição fixa no tempo e espaço, foi construído como um processo dinâmico. Peter Linebaugh (2010) propõe a transformação do conceito de bens comuns em verbo (*commoning*), com a intenção de destacar que o comum, além de ser um objeto físico ou território delimitado, tem a ver com a ação coletiva de construir esse determinado elemento como comum, através da defesa e gestão do recurso em questão.

As diversas ações coletivas que se mobilizam na Horta, têm como uma das intenções garantir a permanência deste processo comunitário neste lugar. Com este fim, tem se contornado lutas pela legitimidade da permanência neste terreno público, assim como também, pela manutenção da estrutura física da Horta. A partir de atividades que geram os fundos para suprir as demandas de insumos que representa sua manutenção, como a venda de hibiscos, mudas, almoços, xaropes, sabões e pomadas feitos na horta; e da base social, a partir do esforço para criar, princípios básicos de convivência e de negociar de forma pacífica os conflitos gerados no convívio interno e na relação com atores externos. Neste entendimento dos bens comuns, como ações que se mobilizam para defender e gerir um recurso, que neste caso giram em torno da produção agroecológica num espaço público, tem uma ampla diversidade de atores (as) e instituições que têm se envolvido a partir de aportes e comprometimentos de diferente intensidade.

Nesta compreensão das ações coletivas na Horta, como um processo dinâmico de construção de bens comuns e do comunitário, incidem questões relacionadas ao cuidado, saúde e autonomia, a partir do diálogo de saberes entre conhecimentos científicos e saberes populares. Já que, como foi relatado, a trajetória da Horta perpassa por ações que envolvem a construção de *saberes ambientais*, que oferecem conhecimentos sobre os benefícios alimentícios e medicinais das plantas e sobre os modos de preparo de xaropes, elixires e pomadas. Para aportar assim, a tornar do cuidado da saúde, um processo de construção de autonomia. Em relação com isto, Charão-Marques et al. (2015) trazem considerações pertinentes para entender a saúde a partir de uma rede de relações ampla, na qual se articulam “à preocupação com a alimentação, com as formas de cultivo ecológico, à segurança alimentar e nutricional e à esfera da autonomia” (CHARÃO-MARQUES *et al.*, 2015, p. 163). Entendendo-se nesta perspectiva, a autonomia como “relacionada à agência sobre a cura e

sobre a promoção da saúde, contrapondo a noção de que são esferas de ação delegadas unicamente a instituições formais e/ou o Estado”. (CHARÃO- MARQUES *et al*, 2015, p. 163). Embora estas reflexões são feitas com base na abordagem de processos de organização de mulheres rurais em torno ao cuidado, considero muito adequada esta compreensão para o caso da Horta. Pois, mesmo que durante o trabalho de campo não foi identificada a questão do gênero e a mulher, como uma reivindicação central nas ações e diálogos, se é predominante a presença e participação de mulheres na maioria das atividades desenvolvidas. No entanto, seria preciso desenvolver uma pesquisa focada nas relações de gênero na agricultura urbana, para entender com mais clareza as implicações desta questão, na construção de autonomia do cuidado da saúde no contexto urbano. O qual implica algumas particularidades em relação com os territórios de vida rurais.

Para o contexto desta pesquisa, outro elemento que Charão-Marques *et al* (2015) aportam, é a reflexão em torno ao cuidado. Entendido como um processo que vai além das perspectivas que lhe reduzem à “esfera das mulheres”, para mostrar que o cuidar pode abranger além da esfera familiar, a comunitária e a global, ao fazer ligações com questões como a soberania alimentaria, perda da biodiversidade, sustentabilidade e construção de autonomia. Nesta perspectiva, para o caso da Horta, o cuidado tem uma dimensão comunitária e global, em tanto se desenvolvem diversas ações nos encontros e trocas cotidianos. Os quais estão perpassados por modos de fazer que reivindicam valores que fogem da lógica econômica, como é o fortalecimento das relações sociais, e ao mesmo tempo, se entrelaçam com questões globais, como é a sustentabilidade. “Ao cuidar, se doa tempo, afetos, carinhos, palavras, práticas que, muitas vezes, aparecem vulgarizadas e minimizadas diante do imperativo desenvolvimentista. E doar-se também significa investir em pessoas e em relações” (CHARÃO-MARQUES *et al.*, 2015, p. 178).

No presente trabalho, buscamos enfatizar o recorte dos processos identificados como centrais na dinâmica de conformação da Horta, a partir dos relatos e narrativas produzidos pelas pessoas que foram entrevistadas no trabalho de campo. Considerando a perspectiva que traz Certeau (2011), com estes relatos aponto a denotar a diversidade de olhares e versões que existem sobre a cidade, como espaço vivido. Trazendo as memórias dos trajetos e ações do cotidiano, a partir das interpretações que fazem as pessoas com as quais conversei e entrevistei, sobre um processo de construção coletiva do espaço, que não é reconhecida pela versão oficial da história da cidade.

No seguinte gráfico, elaborado por Mariana Mincarone (2018) para seu TCC intitulado, *Espaços Coletivos para a Bacia do Arroio Taquara*, pode se visualizar a

diversidade e amplitude de atores com os quais interage a Horta.

**Figura 12 - Mapa de rede de atores relacionados à Horta Comunitária Lomba do Pinheiro construído no ano de 2018**



Fonte: Mincarone (2018).

#### 4.3 SOBRE O FAZER AGRICULTURA NO ESPAÇO URBANO

Uma das discussões que tem-se gerado nas pesquisas sobre a agricultura urbana, relaciona-se aos termos urbano e o rural, posto que a prática de agricultura nos centros

urbanos levou a questionar a dicotomia entre estas categorias, ao evidenciar as redes e interações que incidem na configuração dos territórios rurais e urbanos (RESENDE, 2004; MENDEZ, RAMIREZ; ALZATE, 2005; DOURADO, 2011; ZAAR, 2017). Junto com este questionamento conceitual, também se começa a evidenciar que, no plano da gestão pública dos governos locais, existem vazios em relação à regulamentação da agricultura urbana como atividade econômica e como vocação de uso do solo urbano. Sendo assim, necessário repensar as formas de incluir esta atividade no desenvolvimento urbano e regional, pois dependendo da escala produtiva das hortas urbanas, podem complementar a produção rural e contribuir com benefícios econômicos e ambientais numa escala regional. Além de entender a relação desta atividade com o desenvolvimento regional, a partir da questão produtiva, também pode ser considerada a capacidade de ter incidência na esfera da tomada de decisões sobre a criação de políticas e programas que incentivem e fortaleçam a agricultura urbana na escala regional. Como foi o caso da criação do Fórum Estadual de Hortas Urbanas em Porto Alegre, a partir do qual foi criada a Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana<sup>6</sup>.

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o parâmetro usado para delimitar o que é rural e urbano é estabelecido por critérios político administrativos de cada municipalidade, determinado por lei municipal e independente do número de habitantes (RESENDE, 2004). Em Porto Alegre, a zona rural havia sido extinta pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de 1999, sendo reconhecida novamente, no ano 2015, através da aprovação na Câmara Municipal, da Lei Complementar 775/15. Nesta se denomina zona rural uma área de 4,1 mil hectares localizada no Sul e Extremo Sul de Porto Alegre, equivalentes ao 8,28% do território da cidade. Esta nova delimitação surgiu como reivindicação aos produtores da Capital, que enfrentavam dificuldades para licenciar algumas atividades e conseguir linhas de crédito especiais para suas atividades produtivas. Este reconhecimento institucional do território rural de Porto Alegre aconteceu no marco da assinatura do Pacto Mundial pela Política Alimentar Urbana, também conhecido como Carta de Milão, pelo então prefeito José Fortunati. Assim como, naquele tempo, esta concepção da totalidade do território da cidade como urbano afetou as atividades dos (as) produtores (as) localizados (as) nas zonas afastadas do centro urbanizado. Hoje, são as agriculturas que estão dentro deste centro urbano, as que enfrentam limitações no desenvolvimento das suas atividades, ao não estarem incluídas nas pautas do planejamento e

---

<sup>6</sup> Lei nº 15.222/18 regulamentada pelo Decreto Nº 54.459/18.

gestão urbana.

Essa visão dicotômica entre o urbano e o rural, não contempla a crescente diversificação dos modos de uso dos espaços rurais e urbanos. Dado que, as práticas associadas tradicionalmente a um ou outro, se deslocam e se transformam, num contexto permeado pelo incremento da velocidade e intensidade dos fluxos de informação e transporte (pessoas e bens) que acontecem na atualidade. Assim, encontramos hoje áreas rurais não agrícolas e altamente urbanizadas e áreas urbanas ocupadas com atividades agrícolas. Esta situação problematiza os critérios de definição de uso dos espaços urbanos e rurais, e a forma de compreender suas relações, a partir de critérios que extrapolam os interesses fundiários ou fiscais e a tendência a atribuir um critério setorial que identifique o rural com o setor primário da economia, e o urbano, com os setores secundário e terciário (RESENDE, 2004, p. 10).

Frente a este contexto, autores como Wanderley (2009), afirmam que as transformações no espaço rural são a materialização dos efeitos locais de dinâmicas globais. Mas também, salienta que não se pode homogeneizar a visão sobre o rural, pois existem processos internos que têm gerado estratégias de adaptação e resistência a estas dinâmicas globais. Neste sentido, afirma-se que o rural tem se diversificado a partir de processos como, a migração de populações urbanas para o rural e a criação de atividades produtivas que oferecem serviços, como é o caso do turismo. Na mesma linha, Perez (2001), define estas novas interpelações a partir do termo, nova ruralidade, trazendo a questão da multifuncionalidade e pluriatividade nos espaços rurais. Com esta proposta aponta a descentralizar a definição do rural, em função das atividades agrícolas, ressaltando a manifestação de novos usos do rural a partir do turismo, a conservação ambiental ou até como lugar do conflito armado, como é, por exemplo, o caso da Colômbia.

Carneiro (1998) propõe entender “a partir do ponto de vista dos agentes sociais, os significados das práticas sociais que operacionalizam essa interação e que proliferam tanto no campo como nos grandes centros urbanos, tais como a pluriatividade, os neo-rurais, a cultura country, etc,” (CARNEIRO, 1998 p. 60). Nesta proposta, interessa entender o efeito das transformações das interações urbano-rurais na construção de identidades.

Assim, como tem acontecido transformações nos territórios rurais que tem levado a rever as definições canônicas, a partir da diversificação das atividades e seus significados. No contexto urbano também tem acontecido importantes mudanças. Como foi salientado no capítulo anterior, uma das discussões sobre o processo de urbanização, tem debatido sobre os efeitos das relações de poder, na iniquidade social expressa na construção dos espaços materiais e simbólicos das cidades. Wanderley (2009) afirma que uma das interações entre o

rural e o urbano, é o êxodo rural e os efeitos sobre a marginalização das populações pobres nas periferias. Desde a perspectiva de Lefebvre (1999), a cidade materializa a lógica industrial, através de um modo de produção do espaço urbano que pretende controlar a vida cotidiana dos produtores e o consumo de produtos. Sustentando-se pela homogeneização das diferenças e a eliminação das relações de vizinhança e comunitárias. Nesta perspectiva, a urbanização é entendida como um fenômeno que ameaça e sobrepõe-se ao rural. De outra parte, Santos (2004) entende que o espaço urbano estimula fluxos de pessoas, mercadorias, informações, comunicação e capital. Convergindo na formação de um complexo de relações inter-humanas, exercidas territorialmente em um lugar, cujo principal propósito tem sido a acumulação de capital, mesmo que à custa do bem-estar das pessoas.

Este panorama de transformações e fluxos leva a considerar que, da mesma forma que se fez necessário ampliar a visão do rural para além da atividade agropecuária, o modo de entender e relacionar com o urbano também tem que ser ampliado para além das construções humanas e predominância do concreto. Assim, a desconstrução da oposição entre rural e urbano abrange também a da natureza e cultura. Isso conduz a conceber os sistemas urbanos não só como tecnossistemas que não produzem energia, mas sim resíduos e impactos ambientais e somente absorvem os recursos das florestas e dos recursos disponíveis no rural. (RICKLI, 2012, p. 47). “Desde esta perspectiva a cidade é concebida como uma fonte de problemas ecológicos resultado da “desnaturalização” do espaço, a “artificialização” das formas, o aumento populacional, da crescente urbanização e da concentração dos processos de produção e consumo” (RICKLI, 2012, p. 51). Esta concepção da cidade expressa uma visão na qual se reproduz e reforça-se a dualidade entre natureza e cultura.

Assim, autores como Wanderley (2009) e Carneiro (1998) trazem a reflexão sobre um possível olhar que supere a concepção homogeneizante do rural, para enxergar as diversidades e dinâmicas microssociais que lhe produzem. Na concepção do urbano também se dá este movimento para a sua compreensão, a partir das dinâmicas complexas e móveis que entrelaçam a natureza com o urbano. Zaar (2017) salienta que a relação urbano-rural “deve ser entendida como um processo que vai muito além de um ‘par dialético’ ou de ‘urbanidades no rural’, para que se consiga apreender a importante trama de processos, nós e fluxos que se estendem sobre os territórios multiescalares” (ZAAR, 2017, p 355). Desde sua perspectiva, entender esta dinâmica de fluxos permite abranger os processos de transformações mútuas, que lhes produzem (e se reproduzem), como uma continuidade territorial.

Swyngedouw (2009), nos convoca a considerar outra entrada para as análises sobre a complexidade de interações entre rural e urbano, a partir das suas reflexões sobre a dualidade

natureza-sociedade. Nesta perspectiva, propõe repensar a cidade como um híbrido entre natureza, sociedade e “*urbanização- cyborgue*”<sup>7</sup>. Desde esta proposta, frisa-se a necessidade de superar as formações binárias de natureza e sociedade, para desenvolver uma nova perspectiva que considere a rede de processos entrelaçados. As relações sociais operam metabolizando o ambiente natural, através do qual tanto sociedade quanto natureza, são transformadas produzindo novas formas *socionaturais*. Swyngedouw (2009) sugere que na análises da conformação destes produtos híbridos ou *socionaturezas*, é preciso considerar os processos e redes pelos quais estes são produzidos, a partir de componentes químicos, físico, sociais, econômicos, políticos e culturais, os quais se expressam de formas *contraditórias porém inseparáveis*. Em este sentido, todo corpo ou objeto são compreendidos como cyborgue, em tanto tem uma parte social e uma natural, sem fronteiras delineadas, e nos que esta multiplicidade de processos são internalizados redefinindo-lhes.

Nessa complexidade, e produto dessas inter-relações entre o social e natural, tem lugar a diversidade de processos que produzem a Horta, que poderia ser pensada por esta perspectiva, como uma *socionatureza*. Na que a inter-relação de processos químicos, físicos, sociais, econômicos, políticos e culturais produzem a complexidade deste território, na sua expressão material e simbólica. O ato de cultivar neste contexto, vai além do sentido econômico desta atividade, pois este se liga com um marco mais amplo que pode abranger a consciência sobre as relações econômico-políticas, que intervém na produção do alimento. Produzindo assim, impactos socioambientais e na saúde, e valorizando-se, além do que o produto coletado, os benefícios do fazer coletivo, expressos nas funções terapêuticas que são associados ao estar e fazer na Horta. A partir disso, poderia considerar-se que este processo múltiplo que compõe a Horta, permite a difusão deste modo de entender a vida, em que sociedade e natureza estão se produzindo constantemente nas suas inter-relações. Em função do qual, pode-se direcionar para a construção de marcos de interpretação do mundo mais ajustados às mudanças de consciência e ações que precisamos fazer, para melhorar a condição da vida atual e evitar maiores desastres para o futuro.

As condições de vida atuais nas cidades refletem inúmeros conflitos entre esses elementos - físicos, sociais, econômicos, políticos e culturais -, derivando em situações que afetam especialmente às populações mais pobres. Segundo as projeções da ONU- Habitat (2013), para 2030 e 2050, o maior crescimento populacional acontecerá nos países em

---

<sup>7</sup> O conceito de cyborgue é proposto pela filósofa e bióloga eco feminista Donna Haraway, para fazer um chamado a questionar os efeitos dos purismos da modernidade expressados em fenômenos como racismo, homofobia e universalismo científico, trazendo este conceito como uma metáfora da mestiçagem e transgressão das oposições binárias, próprias da racionalidade do pensamento técnico- científico.

desenvolvimento. A FAO (2010) estima que a população mundial passará dos 6.700 milhões de habitantes a 9.000 milhões em 2050, o que indicaria a necessidade de aumentar em um 70% a produção agrícola total. Desta população total, estima-se que atualmente, 54% da população mundial vive em cidades e a expectativa é que em meados deste século esse percentual suba para 66% (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2016). Também tem se determinado, que uma grande porção da população que habita nas cidades enfrenta-se a condições de desigualdades sócio-raciais, que limitam o acesso a recursos financeiros e aumentam a insegurança alimentar e nutricional. A estimativa da ONU (2016) é de 880 milhões de pessoas morando em favelas nos países denominados em desenvolvimento. Relacionado às consequências das mudanças climáticas, tem emergido outro fenômeno que também incide na configuração dos espaços urbanos, este tem a ver com as migrações produzidas por desastres naturais intensificados nos últimos anos. O conjunto destes dados indica a relevância de considerar a complexidade de condições e relações que incidem no incremento da desigualdade social. Fato que limita o acesso de uma importante quantidade de pessoas as condições de vida digna e aos benefícios do desenvolvimento.

Este fenômeno de crescimento urbano massivo e de desigualdade social, cria vários desafios, um deles tem a ver com a maneira de garantir o eficiente abastecimento de alimentos para os centros urbanos. Visando a redução da fome e insegurança alimentar, sem colocar em risco as condições ou recursos ambientais. Esta questão evidencia a complexidade das interações entre o rural/urbano e natureza/cultura, conduzindo-nos a repensar os efeitos destas dualidades sobre o modelo de desenvolvimento urbano e rural. A partir de novas escalas, nas quais se considerem as inter-relações entre estas como elementos centrais no desenho de políticas e programas de desenvolvimento. Trazer estas reflexões para o desenho de cadeias produtivas de alimentos, pode nos aportar novos recursos e caminhos para criar formas mais sustentáveis de produzir, comercializar e consumir alimentos. Nos quais as populações pobres não sejam segregadas do acesso aos alimentos livres de agrotóxicos, e os (as) produtores (as) orgânicos, sejam urbanos (as) ou rurais, possam comercializar de forma justa seu produtos. Segundo Zaar (2017, p. 356), os relatórios da Agenda 21, o aumento dos índices de pobreza, as pesquisas sobre os impactos ambientais e a crescente “pegada sócio-ecológica”, têm impulsionado e justificado as práticas agroecológicas e a “agricultura de proximidade”. Sendo estas demandas que as agriculturas urbanas e periurbanas podem atender.

Nesta perspectiva, a inclusão da agricultura urbana na cadeia produtiva de alimentos poderia aportar na redução de distâncias para o transporte de alimentos frescos do lugar de produção ao lugar do consumo. Assim mesmo, ao trazer cultivos para dentro das cidades,

ofereceria-se um espaço pedagógico que aporte desde a experiência prática e coletiva, de modo a dimensionar a relevância de transformar os hábitos alimentares. Nessa perspectiva, atualmente há uma doutoranda, Lilian Alves da PUCRS, que está desenvolvendo sua pesquisa sobre os processos pedagógicos na Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro.

No Brasil, o debate sobre os efeitos ambientais, sociais e em nível de saúde do modelo de produção de alimentos baseado no agronegócio, é uma pauta bastante atual. As disputas e as controvérsias geradas ao redor da liberação de cada vez mais agrotóxicos, têm mobilizado acadêmicas (os) das mais diversas disciplinas, assim como também, movimentos sociais, líderes políticos e pessoas interessadas ou afetadas por esta situação. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), a agricultura brasileira usou 539,9 mil toneladas de pesticidas em 2017, o que representou um gasto de US\$ 8,8 bilhões (cerca de R\$ 35 bilhões no câmbio atual) (MELO, 2018).

Os dados mais recentes disponibilizados pelo Sinan-MS indicam que as intoxicações agudas por agrotóxicos no país, já ocupam a segunda posição entre as intoxicações exógenas notificadas. Segundo os dados da Organização Panamericana da Saúde do ano 2012, o número de casos notificados pelo Sinan relacionados à intoxicação por agrotóxicos aumentou 67,3% entre 2007 (2.071 casos) e 2011 (3.466 casos) (CARNEIRO, 2015, p. 125). Dentre os 128 princípios ativos envolvidos nas intoxicações, o glifosato, o paraquat e o metamidofós foram os agentes tóxicos mais citados, correspondendo a 26,2% do total (CARNEIRO, 2015, p. 125). Esta situação reflete as condições que levaram o Brasil à condição de maior consumidor de agrotóxicos a nível mundial, em 2008.

Esta tendência produtiva é o resultado da implementação de um modelo de desenvolvimento rural industrializado desde a década de 60, com a introdução do pacote tecnológico da revolução verde, o qual desde a década de 1990 tem se denominado como agronegócio<sup>8</sup>. Este modo de produção de alimentos é questionado nos seus efeitos ambientais e na saúde, pela maioria das pessoas com as quais fiz entrevistas e conversei, durante minha participação como voluntária na Horta. Sendo esta, precisamente, uma das motivações da participação de voluntárias (os) e colaboradores na Horta, a procura de modos de produção de alimentos alternativos aos estabelecidos no modelo do agronegócio, como é a produção

---

<sup>8</sup> Palavra “agronegócio” tem origem na década de 1990 e representa uma construção ideológica na tentativa de consolidar uma imagem de novo modelo de desenvolvimento da agricultura: sofisticado, eficiente, produtivo, em contraposição à imagem da agricultura capitalista vinculada ao latifúndio, que carrega o estigma da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da improdutividade e do desmatamento. Na verdade, representam o mesmo modelo que domina historicamente a produção agrícola no país - grandes propriedades de terras que produzem para exportação - mas que sofre modificações e adaptações em suas diferentes fases, intensificando a exploração da terra e do homem (FERNANDES, 2004).

agroecológica que sustenta o fazer coletivo na Horta.

A complexidade da realidade que habitamos além de envolver conflitos, tem também inúmeras contradições, exemplo disto é a dimensão territorial do modelo de produção de alimentos para o consumo humano. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2014), se estima que cerca de 80% dos alimentos consumidos a nível mundial, em 2014, vieram da agricultura familiar. No Brasil, calcula-se que o 70% para o ano de 2015. Segundo o dossiê<sup>9</sup> publicado pela ABRASCO (2015) – Associação Brasileira de Saúde Coletiva - e realizado em conjunto com o Ministério da Saúde, em 2009. Os proprietários com menos de 10 hectares (ha) de terra somavam 1.744.540, o que representava 33,7% do total das propriedades e 1,4% do total das terras. No outro extremo da estrutura fundiária do Brasil, os grandes proprietários de terras (que possuem mais de 1.000 ha) eram 79.296, o que representava 1,6% dos imóveis rurais, possuindo 52,2% de todas as terras agricultáveis no Brasil<sup>10</sup>.

Esta situação da propriedade da terra em relação ao abastecimento alimentar, permite entrever que o modelo do agronegócio não é a principal fonte de abastecimento da nossa alimentação. Assim, mesmo que a maior parte da nossa alimentação provenha de pequenos agricultores, tem se identificado que estes ocupam pequenas porções de terra em relação às imensas extensões de terra usadas para atividades do agronegócio. Então, levando em conta que, a questão do abastecimento não depende tanto da extensão das áreas cultivadas e sim das relações econômicas e políticas que influenciam a distribuição dos alimentos. Desta forma, poderia considerar a agricultura urbana como uma das estratégias para contribuir no abastecimento alimentar, ao reduzir os custos de transporte, e também, ao abrir a possibilidade a que as populações pobres das cidades tenham a oportunidade de produzir seus próprios alimentos e até comercializar-lo. No entanto, para a materialização destas propostas, aparecem alguns entraves relacionados à falta de reconhecimento desta atividade dentro do circuito econômico urbano e na planificação urbana. Em relação com isso, é possível entender que a oposição antes comentada sobre as concepções do rural/urbano e natureza/sociedade,

---

<sup>9</sup> CARNEIRO, Fernando Ferreira (2015). Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Disponível em: [https://www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/wp-content/uploads/2013/10/DossieAbrasco\\_2015\\_web.pdf](https://www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/wp-content/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf)

<sup>10</sup> Frente a esta situação de desigualdade e conflitos que envolvem a questão agrária, têm existido movimentos que reivindicam a legitimidade do modo de produção dos camponeses e pequenos produtores e a defesa dos territórios ligados a estes. Segundo consta no Dossiê Abrasco (2015, p.171), os movimentos que tiveram maior atuação na luta pela terra entre os anos 2000 e 2007 são: o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), o MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), a CPT (Comissão Pastoral da Terra), a Fetraf (Federação da Agricultura Familiar) e a OLC (Organização da Luta no Campo).

são uma base conceitual que integra às tomadas de decisões sobre o desenvolvimento da cidade.

#### **4.3.1 Demarcações no espaço urbanas e táticas para a permanência**

*Uma enorme cidade construída segundo todas as regras da arquitetura e de repente sacudida por uma força que desafia os cálculos. (KADINSKY apud CERTEAU, 2011, p. 177).*

Na roda de diálogo que conheci os principais líderes da Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro, como a o Lourdes e Flávio, chamada “Alimentos Saudáveis no Campo e na Cidade: a Agricultura Urbana”, acontecida no dia 24 de novembro de 2017 no PGDR. Apresentou-se os projetos desenvolvidos e desafios de três iniciativas de agricultura urbana (Associação das Hortas Coletivas do Centro Histórico, AHCCH, da Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro e da Horta da Escola Porto Alegre, EPA). Nesta ocasião, os entraves que apresentaram estes líderes da Horta Comunitária, tinham encontros com os que Carmen Fonseca, gestora da Horta da Formiga e integrante da Associação das Hortas Coletivas do Centro Histórico (AHCCH), relatava neste encontro. O Caso da Escola Municipal Porto Alegre (EPA), tinha uma trajetória, muito significativa e inovadora, mas que ao ter acontecido dentro de um projeto educativo, tanto orçamental como espacialmente, não teve que contornar os conflitos políticos e territoriais que as outras duas Hortas enfrentam. Estes têm a ver com a falta de reconhecimento da agricultura urbana no planejamento urbano e em programas institucionais, que ofereceram assistência técnica e insumos para o desenvolvimento desta atividade no espaço urbano. Pois mesmo sem negar a existência de desafios no desenvolvimento de hortas dentro de escolas, postos de saúde, ONGs, universidades e condomínios residenciais, não tem que contornar um dos maiores conflitos na realização de hortas em terrenos públicos ou privados baldios, a especulação imobiliária e inexistência de esta vocação de uso nos instrumentos de planificação urbana. O acesso à terra urbana para a agricultura, é um conflito que tem sido identificado como uma constante em diferentes cidades do mundo. Mougeot (2000), salienta isso declarando que “el acceso a recursos, especialmente tierras, es básico; muchas veces el problema no es tanto la disponibilidad de la tierra sino el acceso a la misma” (MOUGEOUT, 2000, p. 2). No entanto, este autor continua este argumento, fazendo referência à diversificação dos sistemas de produção da agricultura urbana e a sagacidade dos produtores para afrontar esta e outras limitações, como a característica que tem possibilitado a realização destes projetos nas cidades. No qual, ele

assinala como primordial, a capacidade de identificar as oportunidades como uma condição necessária para fazer persistir estas iniciativas. Nesta perspectiva, Almeida e Costa (2014), afirmam que as experiências de agricultura urbana agroecológica podem ser compreendidas como “ações diretas da sociedade no espaço urbano, práticas populares de planejamento da cidade, que não são reconhecidas ou não se enquadram nos processos formais do planejamento institucionalizado via estado” (ALMEIDA; COSTA, 2014, p.12).

Neste sentido, encontramos que em Porto Alegre, as iniciativas de agricultura urbana realizadas pela Associação das Hortas Coletivas do Centro Histórico (AHCCH) e pela Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro, expressam este contexto que assinalam Almeida e Costa (2014) sobre a agricultura urbana, como uma forma de planejamento popular da cidade. No caso da experiência da AHCCH, a associação reivindica desde o ano de 2016 o uso de um terreno público sem nenhum tipo de ocupação, há mais de dez anos, com a pretensão de desenvolver um projeto de produção coletiva de alimentos. No site da Associação, consta o documento da petição que eles fizeram com tal fim, e até o mês de junho do ano 2019, ainda se encontrava aberta a possibilidade de apoiar esta petição<sup>11</sup> com o envio desta através de um e-mail para o prefeito. Mesmo que não estejam conseguindo obter acesso a este terreno, a Associação conseguiu que no ano 2017, um terreno de propriedade privada fosse cedido pelo dono, para a realização de uma Horta. Neste mesmo ano, ganhou um edital do Fundo Socioambiental CASA por um valor de R\$30.000,00. Com este recurso conseguiram realizar as adaptações que o terreno precisava, pois além de ser um solo degradado e pobre em nutrientes, é um terreno rodeado de prédios e com pouco acesso de luz direta do sol. Assim como também, com uma inclinação que precisou a construção de dois terraços para possibilitar as atividades de plantio, como se observa na figura 13.

---

<sup>11</sup> Site oficial da AHCCH onde consta o e-mail com a petição feita para ser assinadas pelos simpatizantes deste projeto. <https://www.hortaurbana.minhaportoalegre.org.br/>

**Figura 13 - Imagens do espaço da Horta da Formiga ubicada no Centro Histórico de Porto Alegre, Brasil**



**Fonte: Acervo da autora (2018)**

Esta associação, conformada por moradores dos bairros do centro histórico de Porto Alegre, expressa um contexto de condições diferentes que levaram à criação da iniciativa de agricultura urbana. A diferença das condições socioeconômicas dos moradores do bairro Lomba do Pinheiro, o qual foi apresentado no segundo capítulo, os bairros da zona central da cidade, têm tido historicamente uma melhor condição econômica e acesso aos benefícios da urbanização. Segundo o estudo de Resiliência Climática da cidade “Desafio Porto Alegre Resiliente”<sup>12</sup>, esta zona central<sup>13</sup> tem um índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0.935, sendo um dos mais altos da cidade, assim como também, apresenta uma renda salarial de 8,81 salários mínimos. Estes dados permitem entrever que a criação da Horta não surge como um meio para resolver as condições de insegurança alimentar e falta de oportunidades de

<sup>12</sup> O documento pode ser consultado no seguinte enlace:

[https://www.100resilientcities.org/wp.../Estrategia20de20Alegre20Resiliente\\_digital.pdf](https://www.100resilientcities.org/wp.../Estrategia20de20Alegre20Resiliente_digital.pdf)

<sup>13</sup> Em esta estão incluídos os bairros: Praia de Belas, Menino Deus, Cidade Baixa, Azenha, Santana, Jardim Botânico, Petrópolis, Bela Vista, Mont’Serrat, Auxiliadora, Moinhos de Vento, Floresta, Independência, Bom Fim, Rio Branco e Farroupilha, e o Centro Histórico da Cidade

emprego em populações de baixa renda, e sim, como um ativismo urbano de uma classe média que faz uma crítica à priorização da função econômica da terra sobre a social, no modelo de cidade neoliberal reproduzido pelos gestores da cidade.

Mas, independentemente das motivações e condições que influenciaram a criação destas duas Hortas (da Formiga e da Lomba), nos dois casos a falta de reconhecimento jurídico desta atividade no município, tem colocado desafios para o desenvolvimento da atividade, expressando singularidades em cada caso.

Na trajetória da Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro, é especialmente lembrado o conflito acontecido entre os anos de 2015 e 2016. Neste, a falta de reconhecimento institucional do uso do terreno para o desenvolvimento de atividades de agricultura urbana, colocou em risco a continuidade do projeto. No ano de 2015, os gestores da Horta, o Flávio, a Lourdes e a Cristiane, souberam da solicitação feita por uma empresa do setor imobiliário no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA), para a abertura de quatro vias dentro da área pública na qual se localiza a Horta. Com a construção de estas vias pretendiam-se melhoras na mobilidade urbana do bairro, e segundo me relataram a Lourdes e o Flávio, o interesse principal era facilitar o acesso a conjuntos habitacionais de interesse social que seriam construídos nesta área. Desde o 14 de agosto de 2015 até o 24 de novembro de 2015, quando o CMDUA aprovou o projeto, as (os) gestoras (es), pessoas da comunidade e professoras (es) da UFRGS apoiavam o projeto, acompanharam as reuniões semanais do CMDUA. No seguinte trecho a professora Ingrid Barros da UFRGS, conta seu relato sobre este evento.

[...] Por exemplo, quando queriam fazer uma estrada ali no meio, quando queriam privatizar e fazer terrenos, a gente foi e se articulou, nós fomos na porta dos políticos, e fizemos abaixo assinado, e sentamos juntos, e escrevemos os textos, porque daí são um fermento uma ebulição de ideias e um processo de resistência. (Professora Ingrid Barros em 10/04/2019)

Segundo o histórico da Horta elaborado pelo professor Flavio Burg (2018), eles fizeram um grande esforço em apresentar a importância do trabalho realizado pelo projeto para os conselheiros. Com este fim, Flavio conta que fizeram o convite aos conselheiros para conhecerem a Horta, sendo apresentados anexos como o projeto da Horta, a listagem das atividades realizadas, contagem de pessoas que visitaram, um abaixo assinado com mais de cinco mil apoiadores e até uma cópia do Pacto do Milão, assinado pelo então prefeito José Fortunati, em novembro desse mesmo ano de 2015. Dentro das ações da política de alimentação urbana que se propõe neste Pacto, se estabelece a seguinte ação em relação com esta atividade: “20. Promover e reforçar a produção alimentar urbana e periurbana, o

processamento baseado em abordagens sustentáveis, e integrar a agricultura urbana e periurbana nos planos de resiliência da Cidade/Município” (PACTO...,2015). Outro argumento apresentado foi a necessidade de garantir a permanência deste espaço para o lazer da comunidade, tendo em conta que no bairro tem ausência deste tipo de espaços<sup>14</sup>.

Outro setor do poder público interpelado para impedir a construção das vias, foi a Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam), da Câmara Municipal de Porto Alegre. No entanto, apesar destes esforços, o CMDUA aprovou a construção das vias no dia 24 de novembro de 2015. Após quase quatro meses de mobilização e incerteza sobre a continuidade do projeto no local, a comunidade da Horta teve a primeira conquista, quando a Câmara Municipal de Porto Alegre aprovou no dia 21 de dezembro de 2015 o projeto de lei 235/14, proposto pelo então vereador Aírto Ferronato (PSB). Neste define-se a área como de preservação ambiental e sociocultural, com manejo sustentável do terreno que é propriedade da prefeitura e até então estava enquadrado como Área de Interesse Institucional (AII)<sup>15</sup>. Segundo Flavio Burg, a intervenção do prefeito José Fortunati foi fundamental, pois ele vetou o projeto da construção das vias e apoiou a declaração desta área para conservação ambiental. Solicitando a uma comissão da Prefeitura que aperfeiçoassem o projeto para garantir com critérios técnicos e jurídicos a proteção do terreno de interesses imobiliários, garantindo assim a permanência da Horta neste território. No dia 9 de junho de 2016, a Câmara Municipal de Porto Alegre aprovou o projeto e as emendas, ficando sancionada desde então como uma Área de Proteção Ambiental (APAN).

---

<sup>14</sup> Na ATA 2661 do CMDUA constam as intervenções realizadas pelo Flavio, Cristiane e Lourdes justificando a necessidade de manter a Horta e não aprovar a construção da via. “Lourdez agradeceu ao CMDUA pela atenção, a comunidade está preocupada, seria importante que fosse feita uma visita pelo Conselho antes da aprovação, refere que o gravame afeta a mata nativa, refere que existem poucas praças na região e o espaço é de lazer, único, importante preservar” Disponível em:  
[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu\\_doc/ata\\_2661\\_03\\_novembro\\_2015.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/ata_2661_03_novembro_2015.pdf)

<sup>15</sup> Câmara Municipal de Porto Alegre. Projeto que preserva horta comunitária da Lomba do Pinheiro é aprovado. 21 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://camarapoa.rs.gov.br/noticias/projeto-que-preserva-horta-comunitaria-da-lomba-do-pinheiro-e-aprovado>

**Figura 14 - Canteiros para a plantação de hortaliças na Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro**



Fonte: Acervo da autora (2019).

Até a atualidade, esta categorização não tem tido mudanças, com exceção da situação do comodato, que segundo me falou Lourdes Guiconi, não foi renovado pelo prefeito Nelson Marchezan Jr. Condição que tem impossibilitado a instalação do serviço de eletrificação no terreno da Horta. É precisamente estes tipos de situações que evidenciam os entraves que enfrentam as iniciativas de agricultura urbana de caráter comunitário ou coletivo, em terrenos públicos ou privados baldios. Pois existe um vazio jurídico sobre o reconhecimento desta atividade no espaço urbano. No Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) e no Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, não há referência à agricultura urbana e periurbana. Isso demonstra a vigência das dualidades rural/urbano e natureza/cultura, que atravessam as visões institucionais no planejamento do desenvolvimento urbano, em função das quais não é concebida a inclusão da agricultura urbana na economia nem na planificação territorial urbana. Tampouco, vislumbra-se o potencial que a agricultura urbana orgânica ou agroecológica tem, para contribuir na melhoria da qualidade ambiental da cidade.

[...] As práticas agrícolas na cidade são informais, espontâneas e pontuais. São práticas desconhecidas ou ocultadas—diante da noção predominante que toma a cidade apenas como ambiente construído—, em resposta a um desenho urbano que determina a função dos lugares e uma ordem social. Pensar em lugares dentro da cidade voltados para a produção de alimentos exige mudanças culturais ou do valor simbólico atribuído aos objetos implantados no espaço e ao mundo natural [...]. (COUTINHO, 2007, p. 191).

É preciso que a agricultura urbana entre na pauta da política de planejamento e gestão

territorial, pois além de ser um entrave em relação com a propriedade e ocupação do espaço urbano para estes fins, limita-se a possibilidade de comercialização dos produtos, assim como o acesso a linhas de crédito, assistência técnica ou benefícios de programas de incentivo à agricultura orgânica ou agroecologia. Em relação com o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Rio Grande do Sul (PLEAPO-RS)<sup>16</sup>, os agricultores urbanos não são reconhecidos dentro da população beneficiária das ações deste Plano. Neste são incluídos: agricultores familiares, assentados da reforma agrária, beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário, pecuaristas familiares, indígenas, quilombolas e pescadores artesanais profissionais. Dentro das diretrizes também não está diretamente reconhecido o desenvolvimento de ações relacionadas diretamente à agricultura urbana, se faz referência ao Projeto Quintais Orgânicos de Frutas e Projeto Quintais Sustentáveis, com o qual se pretende aportar à segurança alimentar de populações rurais, indígenas e urbanas.

Porto (2017) assinala que apesar de que fossem criados programas de financiamento para agricultura ecológica como o Pronaf Agroecologia, Pronaf Florestas e Pronaf Eco, os agricultores urbanos não conseguem participar destes programas, pois as características deste sistema de agricultura urbana não se encaixam no perfil de agricultor (a) familiar delineado por estes programas. Como é o caso das hortas coletivas ou comunitárias em terrenos públicos, e do perfil de pluriatividade dos agricultores urbanos, pois existem casos em que esta não é a principal fonte de renda, ou nem gera renda para os produtores porque esta destina-se à manutenção do local, como é o caso da Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro.

Modesto e Chagas (2015, p. 40) levantam algumas reflexões interessantes sobre esta interface entre agricultura urbana e agricultura familiar<sup>17</sup>, estabelecendo critérios de classificação a partir dos quais distinguem as classes de agricultura urbana que atendem (e não atendem) aos critérios da agricultura familiar; com este fim distinguem três dimensões políticas: ambiental, social e econômica. A partir disto, propõem que as agriculturas urbanas e familiares se integrem na dimensão política e social, nas modalidades de horta doméstica, horta comercial familiar e horta comunitária. Já que nestes casos a produção pode estar

---

<sup>16</sup> O Pleapo-RS é formado por 04 diretrizes, 11 objetivos, 49 estratégias e ações de 24 órgãos estaduais e federais, bem como da Associação Pró Escolas Famílias Agrícolas. Este foi criado a partir do estabelecido na Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (Decreto 51.617/2014). Disponível em: [https://issuu.com/imprensasdr/docs/pleapo\\_web](https://issuu.com/imprensasdr/docs/pleapo_web)

<sup>17</sup> Para Abramovay (1992) a agricultura familiar se diferencia do camponês, porque está mais integrada ao mercado e incorpora os avanços técnicos para responder às políticas governamentais. Na sua perspectiva, marca a transformação de um modo de vida a uma profissão e trabalho. Sendo então critérios para sua definição que sejam pequenas propriedades, cuja gestão e mão de obra seja compartilhada pela família. Segundo Schneider (2003) citado em Machini (2018), o conceito de agricultura familiar foi consolidado na década de 1990 por movimentos sociais que reivindicavam o reconhecimento do espaço e papel dos pequenos produtores rurais no Brasil.

voltada para o autoconsumo, trocas, e eventualmente à venda. Atividades que ao serem quantificadas, refletem algum impacto na renda familiar. Estes autores também reconhecem que existem modalidades da agricultura urbana não familiares, como o caso das hortas institucionais, demonstrativas e ativistas. Estas considerações, propostas por Modesto e Chagas (2015), foram feitas a partir da avaliação de casos em São Paulo, Brasil. Neste sentido, os critérios e classificações dos tipos de agricultura urbana podem não expressar a realidade em Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. De forma que se faz necessário desenvolver pesquisas que aprofundem na caracterização da agricultura urbana neste contexto específico. No entanto, estas reflexões trazem elementos pertinentes para ser pensados pelo Fórum Estadual de Hortas Urbana, no qual se está discutindo desde o final do ano 2017 a institucionalização e regulamentação desta atividade, para o estado do Rio Grande do Sul e a capital, Porto Alegre.

#### **4.3.2 Interações e heterogeneidade no fazer e resistir da agricultura na cidade**

Um aspecto que tem sido fundamental na construção de possibilidades para a permanência da Horta Comunitária, neste território, são as múltiplas interações que lhe compõem. Estas tomam formas diversas, sendo às vezes contribuições solidárias de insumos, tempo, esforço físico, em outras afetações emocionais e sentimentais. Também tem a ver com conhecimentos compartilhados e construídos, com transformações do espaço físico e o ecossistema, conflitos internos e externos, movimentos de pessoas, objetos e ideias, mudanças permanentes, micropolítica do cotidiano, autonomias, crises como oportunidades e articulações e redes para possibilitar os fluxos deste território coletivo com o espaço mais amplo, no e com o qual existe, a cidade em suas múltiplas dimensões (política, ambiental, social e econômica). Como já foi apresentado no começo deste capítulo, desde a origem deste processo coletivo da Horta, têm se somado diversas colaborações que têm aportado, recursos e insumos que compensaram a ausência de um programa ou política do governo direcionada para a agricultura urbana.

A inexistência de uma política pública de agricultura urbana ou de reconhecimento formal desta atividade, dentro das pautas da política de planejamento e gestão territorial, não tem sido um impedimento para o surgimento destas iniciativas. Tanto a Horta da Formiga como a Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro, tm sido projetos coletivos construídos de forma paralela às ações das instituições públicas do município. No caso desta última, a articulação de diversos atores tem se dado de forma voluntária, orientada por motivações

peçoais e pela sinergia gerada ao ter interação com este processo, no qual o comum é a aposta pela construção do bem comum.

[...] O envolvimento da comunidade, é isso aí, as pessoas fazem acontecer, o suor, a dedicação, as ideias, não teve uma ingerência política, não teve a interferência de um órgão, foi à comunidade que quis fazer, e foi atrás das parcerias. E quem é adepto da ideia, quem é simpatizante quem é apaixonado pela causa, foi se juntando e isso foi dando esse caldo que faz fermentar e vai dar o projeto comum [...]. (Sandro Trevisan em 20/11/2018)

A forma em que o Sandro faz referência ao processo de conformação do coletivo e da ação comum na Horta, “*isso foi dando esse caldo que faz fermentar e vai dar o projeto comum*”. É muito significativa e dá um sentido mais profundo e articulado à questão que é a provocadora de todo este processo, a produção agroecológica de alimentos e plantas medicinais feita de forma coletiva num contexto urbano. Na agroecologia, reconhece-se a capacidade de agência dos diferentes elementos que compõem os agroecossistemas: a terra, as condições climáticas, os conhecimentos e saberes sobre as propriedades de cada espécie vegetal e a função dos microorganismos e animais. Todos estes elementos são considerados como agentes ativos na constituição de sistemas vivos de produção de mais vida. Neste sentido, o uso de bio-preparados é um recurso tecnológico usado para intervir as alterações que afetam a capacidade de resiliência dos agroecossistemas. Estes são feitos a partir da mistura de ingredientes naturais, que são transformados por diversos processos físico-químicos, entre os quais está a fermentação. Levando este processo bioquímico da fermentação destes preparados, à escala socioambiental das interações que compõem este processo coletivo, poderíamos considerar que a junção de múltiplos processos *microbianos*<sup>18</sup>, como são as motivações, forças, emoções, trajetórias, conflitos, filosofias e sentido de vida, produzem o comum como um processo vivo, que é feito no fazer coletivo e cotidiano. “Las comunidades “se construyen en la propia acción de gestionar y democráticamente gobernar recursos comunes. [...] Es precisamente esta práctica social de comunalización la que convierte bienes, servicios y espacios públicos [...] en recursos comunes” (CASTRO-COMA; MARTÍ-COSTA, 2016, p. 143).

Cada um e uma, desde suas diferentes demandas e aportes, é participante deste processo fazendo dele um espaço de experimentações e co-produções permanentes. Nas que estão incluídas também os furtos e situações da sensação de ameaça geradas pela presença de

---

<sup>18</sup> Fazendo referência ao conceito que usa Michel de Certeau para referir-se às ações da cotidianidade que criam heterogeneidade num contexto social no que existe a tendência a eliminar as diferenças e impor uma ordem homogênea.

pessoas relacionadas ao tráfico, recorrentemente referenciado em relação ao Bairro. Até hoje não há registros de casos de violência física, mas é um fator que interage de forma indireta com a Horta, como consequência da localização desta na proximidade de territórios nos quais esta dinâmica se faz presente. Os furtos dos alimentos plantados e de ferramentas, têm sido uma constante. A condição de pobreza dos moradores das vivendas próximas é uma realidade conhecida pela maioria dos e das participantes e visitantes da Horta.

Estas duas situações interagem com a dinâmica da Horta, gerando a necessidade de criar estratégias e cuidados para lidar com isto, através de ações que não reproduzam nem violência, nem repressão. Com a intenção de proteger um processo que tem sido construído a muitas mãos, e que mesmo sendo aberto e público, há regras básicas sobre o uso e apropriação dos recursos disponíveis neste espaço, como é o contribuir nas atividades para levar os produtos da horta. Neste sentido, têm-se feito esforços em envolver estas pessoas no projeto, para que também participem das atividades de plantio e convivência coletiva, mas não tem-se conseguido esta participação direta. Sendo até hoje uma interação indireta, expressada em furtos anônimos durante os horários nos quais ninguém está na Horta. Uma das ações realizadas para atenuar esta situação, foi o plantio de árvores frutíferas nas áreas do ao redor, a fim de evitar assim que as pessoas entrem e estraguem as plantas com o pisoteio ou cortes que afetem o desenvolvimento de futuros frutos.

Outra questão que levanta esta situação dos furtos e a negativa de participação desta população nas atividades da horta, é a questão das implicações que envolve o trabalho voluntário. Pois a disponibilidade de ter tempo para desenvolver trabalhos sem uma retribuição econômica, é uma condição que requer uma situação socioeconômica que facilite a doação de tempo, sem colocar em risco a sobrevivência e abastecimento de si mesmo e da família. Ou desde outra perspectiva, também poderia entender-se como a valorização de outros benefícios não monetários, derivados da colaboração no trabalho na Horta. Uma vez que, as ações solidárias acontecem na cotidianidade, como por exemplo, na ajuda oferecida a um vizinho ou familiar sem esperar dinheiro em pago. Em relação com a ação voluntária Melluci (2011, p. 117) afirma

[...] A ação voluntária, é portanto, uma forma de ação coletiva caracterizada por um vínculo voluntário de solidariedade entre seus participantes e pelo fato de que estes não recebem pela participação nenhum benefício econômico direto. Quanto a outros benefícios (vantagens simbólicas, prestígio, auto-estima, poder) [...] Além disso, da ação voluntária se adquirem habilidades, se estabelecem redes de influência ou se exercita poder (por exemplo, pode-se adquirir competências ou relações profissionais em certo campo).

A questão da falta de voluntários para trabalhar na Horta tem sido uma dificuldade que se expressa com maior intensidade na temporada de verão, por causa das altas temperaturas, e de que este é o período de férias, no qual várias pessoas viajam para fora de Porto Alegre. Isto deriva numa sobrecarga de trabalho sobre os gestores, Lourdes, seu Benjamin, (esposo da Lourdes), Flavio, Cristiane e algumas pessoas da comunidade que tem mantido o compromisso com este projeto, na sua maioria pessoas idosas. No entanto, têm trabalhos de alto esforço físico como a preparação e manutenção de canteiros e transporte de adubo, que requerem de uma maior quantidade de pessoas disponíveis para trabalhar diariamente na manutenção do espaço. Embora haja também a participação de estagiárias (os), professoras (es) da UFRGS, estudantes de escolas e voluntárias (os) ocasionais, estes não têm uma presença permanente na Horta, ou em outros casos, não desenvolvem trabalhos pesados ou de alto esforço físico.

O professor Flavio comenta que às visitas de escolas e universidades não são delegadas este tipo de atividades, sendo delegadas ações como a rega, plantio, produção de mudas e colheita de folhas para cobertura vegetal dos canteiros. Este problema da falta de voluntárias (os) para as atividades periódicas e que demandam maior esforço físico, e a presença esporádica de pessoas relacionadas ao tráfico, tem sido questões debatidas dentro do grupo. Pois tem representado a inversão de recursos económicos, como por exemplo, em repor os objetos roubados, principalmente ferramentas, que poderiam ser investidos em resolver outras necessidades. Também é importante lembrar que este projeto não recebe financiamento de nenhuma instituição pública ou privada. Tendo como principais fontes de renda a venda de mudas cada uma por um valor de R\$ 3,00, almoço coletivo também por R\$ 3,00, a venda de garrafas de Xarope para a gripe, fabricado na horta na temporada de inverno, com um valor de R\$15,00; e a principal fonte de entrada de recursos econômicos é derivada da safra anual de hibiscos. Segundo Flavio, a produção anual é de aproximadamente de 500 quilos de hibisco com caroço, este é vendido *in natura* ou desidratado com valores diferentes, pois para obter 1 quilo de hibisco desidratado é preciso ter 20 quilos da flor com caroço, mais o trabalho manual de tirar o caroço e fazer a secagem. Os valores da venda do hibisco são os seguintes:

- a) 1 kg *in natura* com caroço: R\$ 7,00
- b) 1 kg *in natura* sem caroço: R\$ 15,00
- c) 1 kg sem caroço e desidratado: R\$ 140,00

**Figura 15 - Hibiscoterapia, preparação dos hibiscos, na foto se relata o processo de tirar o caroço, realizado por diversos (as) participantes de forma coletiva e voluntária, durante os meses de março, abril e maio. Na maioria das vezes participam pessoas do bairro e idosas (os)**



Fonte: acervo da autora (2018)

**Figura 16 - Viveiro das mudas produzidas na Horta, sempre é usado material reciclado, principalmente caixas de leite. Nesta atividade, as (os) estagiárias (as) fazem uma contribuição importante ao processo de fazer as mudas**



Fonte: acervo da autora (2019)

**Figura 17 - Preparação dos ingredientes para a fabricação do xarope antigripal: cortar os corações de bananeira e o mamão verde, separar a quantidade requerida de folhas de plantas como guaco, agrião, salva-da tosse, violeta de jardim, manjerona, morango, poejo**



Fonte: acervo da autora (2018)

**Figura 18 - Na foto se retratam as panelas nas que é realizada a preparação do xarope para a gripe, a qual é feita a partir de uma mistura de diversas plantas**



Fonte: Acervo da autora (2018)

**Figura 19 - Garrafas de xarope para a gripe, estas são recicladas e recebidas por doação, o processo de embasar o xarope e o etiquetado é feito de forma coletiva numa oficina que dura um dia e que realizada nas temporadas de inverno**



Fonte: Acervo da autora (2018)

**Figura 20 - Na foto um dos almoços que são realizados principalmente nas terças feiras, nestes são usadas hortaliças e temperos coletadas na Horta**



Fonte: Acervo da autora (2018)

Este trabalho de preparação dos hibiscos para a venda também é realizado de forma voluntária por pessoas do bairro, em sua maioria da melhor idade, e pessoas externas a este. Os hibiscos são vendidos a pessoas do bairro, visitantes da Horta e o ano 2018 houve uma parceria com a empresa Tao Kombucha, a qual comprou cerca de 20 kg. Mesmo tratando-se de uma quantidade considerável de produção anual, se realiza de forma informal através das redes de pessoas que apóiam este projeto ou simpatizam com a proposta agroecológica. Lembrando que, como a figura do agricultor urbano não está formalizada, não é possível ter o talão de notas a partir do qual comprovar sua renda para aceder a linhas de crédito.

Segundo Sandro Trevisan, extensionista da EMATER, que tem acompanhado diversos projetos de agricultura urbana Porto Alegre. Há quase oito anos, cada horta tem limitações e necessidades diferentes dependendo do contexto, mas a necessidade que é comum a todas é o abastecimento de adubo orgânico.

[...] Muitas vezes essas pequenas unidades não têm a coleta dessas folhas de vegetais e frutas, para fazer sua própria compostagem, e quando consegue fazer é muito demorado e não fica na quantidade. Então, para a horta começar e quando tem um entusiasmo das pessoas é bom já começar bem bonita porque cada vez mais gente vai se agregando, e o composto orgânico é uma coisa que faz muita falta, então o que tem pelo município são as podas de árvores, que o DMLU faz o composto orgânico, mas com dificuldade, porque o picador de árvores deles lá é muito antigo [...]. (Sandro Trevisan, 20/11/2018)

Para o caso da Horta aqui apresentada, esta série de contradições e limitações é expressa em diferentes escalas, na escala micro da cotidianidade na horta com a falta de voluntárias (os) e os conflitos internos de convivência; na escala do bairro, a falta de aderência de mais participantes para contribuir com as atividades de manutenção da Horta, os furtos e o trânsito de pessoas armadas ligadas ao tráfico; e na escala municipal, a falta de mecanismos eficientes para contribuir no fortalecimento da agricultura urbana e incentivo à produção de alimentos no espaço urbano.

A Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro ao ser a experiência de maior trajetória de produção coletiva, num terreno público em Porto Alegre. Tem revelado estes múltiplos entraves que enfrenta a agricultura urbana, pela falta de reconhecimento formal desta atividade dentro da gestão pública da cidade, através da gestão territorial. Ligado a este reconhecimento espacial da existência de agricultura no território urbano, também é preciso formalizar o conceito de agricultor (a) urbano (a) na gestão pública, para possibilitar assim a venda dos produtos derivados desta atividade urbana e o acesso formal à assistência técnica, insumos e crédito. Dado que até então, estes têm sido supridos com colaborações

principalmente de instituições como a EMATER e o DMLU.

Este aprendizado e experiência derivados das diversas limitações e conflitos que tem confrontado a Horta durante seus oito anos de existência, foram transformados numa inquietação que conseguiu ter repercussão junto ao poder público. Assim, no final do ano de 2017, foi realizado o 1º Encontro da Agricultura Urbana e Sustentável<sup>19</sup>, organizado a partir da articulação entre o gerente da Emater/RS-Ascar em Porto Alegre, Ademir Santin, a líder comunitária da Lomba do Pinheiro, Lurdes Guiconi; representantes da Federação das Associações de Moradores de Bairro (FRACAVI) e os conselheiros do Instituto Renascer, Mário Bruck e Alexandre Romano. Neste evento, se fizeram três apresentações: a primeira a cargo da professora aposentada da faculdade de agronomia da UFRGS, Ingrid Barros, em que foi exposta a importância e a possibilidade de plantar uma horta num espaço pequeno e obter desta, benefícios fitoterapêuticos. Em seguida, Sandro Trevisan da EMATER fez uma apresentação sobre manejos e técnicas para a produção de hortas urbanas e, finalmente, Lourdes Guiconi, apresentou a experiência e os desafios da Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro. Da realização deste evento se formalizou o começo do processo de construção da Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana.

---

<sup>19</sup> Neste evento fizeram presença, o secretário de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, Tarcísio Minetto, o deputado federal Heitor Schuch, os deputados estaduais Catarina Paladini e Elton Weber, o gerente-regional da Emater, Ademir Santin, professores da Ufrgs e Unisinos, representantes da prefeitura e das secretarias de Educação, de Indústria e Comércio, e diversas Associações comunitárias.

**Figura 21 - Registro fotográfico do dia que a Assembleia Legislativa aprovou por unanimidade o projeto de lei que criou a Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana no Rio Grande do Sul, PL 116-2018. Na foto algumas pessoas que apóiam da Horta Comunitária**



Fonte: Grupo de Whatsapp da Horta (2018)

No mês de novembro de 2017, se deu começo às reuniões quinzenais do Fórum estadual de Hortas Urbanas, no qual teve a participação de professoras e estudantes da UFRGS, líderes da Horta da Formiga, Carmen Fonseca e da Horta da Lomba, Lourdes Guiconi; representantes da EMATER; Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR); a Agência de Desenvolvimento Social (ADS), representantes de escolas e postos de saúde e pessoas interessadas na temática. A partir das diversas pautas e discussões realizadas durante as reuniões do Fórum, foi elaborada uma minuta, que deu origem à Lei nº 15.222/18 sobre a Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana do RS. Aprovada no dia 28 de agosto de 2018. Posteriormente, no dia 28 de dezembro do mesmo ano, esta lei foi regulamentada pelo Decreto nº 54.459/18.

Na entrevista realizada com o presidente do Fórum, Mario Bruck, este comentava que a construção desta lei foi uma grande conquista, mas que é só o começo de um longo caminho de lutas. Uma vez que o Fórum precisa conversar com as diversas instâncias do governo, (Secretarias de educação, agricultura e saúde), para que seja incluída dentro dos respectivos orçamentos, uma pauta que possibilite a execução da lei, assim como também, dentro do

Plano Plurianual. Mario também chamou a atenção sobre articulação da lei na discussão do novo Plano Diretor de Porto Alegre.

[...] Agora Porto Alegre vai discutir o novo plano diretor, dentro do plano diretor onde é que fica a agricultura urbana. Vão modificar o plano diretor, o mercado imobiliário vai deixar espaço para agricultura urbana? Os novos condomínios terão espaço para agricultura? Esse é um debate que temos que interagir na construção do plano. O fórum vai ter que estar presente em esses espaços que vai influenciar, tem que convencer junto aos vereadores de município. Para tu ver como a luta é longa [...] (Mario Bruck, em 20/02/2019).

As reuniões do Fórum de Hortas seguem tendo continuidade, tendo planejado para o decorrer de 2019 a realização de duas grandes atividades. No dia 25 de abril de 2019, foi realizado o Encontro da Agricultura Urbana e Periurbana Sustentável, com objetivo de reunir os 34 municípios da região metropolitana para divulgar a legislação, aproximar projetos e iniciativas, debater e trocar experiências e vivências de agricultura urbana e periurbana. A segunda atividade, o Seminário Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana, será realizada no dia 28 de agosto, na qual se espera a participação das Secretarias de Saúde, Educação, Trabalho e Desenvolvimento Social e alguns (as) painelistas.

A construção desta Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana, envolve a articulação da experiência vivenciada no decorrer da trajetória da Horta da Lomba do Pinheiro, com a gestão de representantes de instituições que abriram a possibilidade de ter a incidência no poder público para a aprovação da lei. Segundo Mario Bruck “*o diferencial de nossa lei, de todas as leis de outros estados dos pais, é que a nossa partiu da base, do movimento e foi para o governo*”. Este é um aspecto importante, mas também, é só o começo de um processo ainda maior de negociações e discussões, com outras instâncias do poder público. No qual será preciso construir novas pautas, a partir das quais se facilite a criação de mecanismos para o fortalecimento desta atividade e se gerem incentivos à produção de alimentos urbanos, tanto de forma individual, como coletiva, mantendo como norteador a produção orgânica e agroecologia.

Este processo múltiplo e contraditório que foi relatado até aqui, lembra o que Arturo Escobar (2008) propõe sobre as análises de redes no contexto da complexidade. Segundo este autor, é preciso incluir perspectivas como a auto-organização, a teoria das ensamblagens e da autopoiese, como possibilidade para pensar *sobre la organización de lo viviente, incluyendo redes y movimientos sociales*. Nesta perspectiva, é importante fazer ênfases nos processos de baixo para cima, nos que agentes que trabalham numa escala local, criam uma complexidade em outro nível.

[...] La emergencia se da cuando las acciones de múltiples agentes en interacción dinámica y siguiendo reglas locales en lugar de órdenes de arriba-abajo generan algún tipo de macro-comportamiento o estructura visible. Estos sistemas pueden ser adaptativos en cuanto aprenden con el tiempo, respondiendo de manera más efectiva al cambiante entorno. La red constituye la arquitectura básica de la complejidad [...] (ESCOBAR, 2008, 302)

A trajetória da Horta está composta por relatos sobre ações coletivas que têm se ensablado de diferentes formas, para contornar os mais diversos desafios e conflitos que colocaram em risco a sua permanência neste território. Esta capacidade de organização pode ser entendida como um processo construído de forma autônoma, a partir das condições e capacidades de negociação e diálogo produzidas dos encontros e interações que acontecem neste espaço. Ante a falta de voluntários (as), furtos e a ameaça sobre a permanência no lugar pela especulação imobiliária, tem se criado táticas para gerar novos rumos e usar os conhecimentos produzidos coletivamente, para fortalecer as redes de apoio e solidariedade que têm afinidade com a proposta comunitária desde projeto. Justamente, esta experiência de construção de comunidade como um processo vivo e dinâmico, em torno ao cuidado coletivo, é o que faz desta, uma experiência com potencial imenso para esboçar formas de construção de espaços coletivos, de educação e de interação com os entornos *socionaturais*, a partir dos quais podem se fazer aportes no desenvolvimento de sociedades mais sustentáveis e diversas.

Figura 22 - As hortas urbanas comunitárias desde a perspectiva da artista Lucy Everitt.



Fonte: Declaración de Nyéléni (2018)

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização da escrita desta dissertação, novos questionamentos começaram a surgir, e com eles, a sensação de que minha pesquisa não finalizou aqui. Parece que, mesmo tendo as informações disponíveis e analisadas para serem transformadas nesta dissertação, foi só durante o processo de escrita que comecei a fazer um entendimento mais profundo de tudo, o que, e quanto, tinha experimentado e aprendido neste processo. E não falo só dos dados da pesquisa, me refiro especialmente às vivências e trocas mais sutis que este espaço maravilhoso que é a Horta, me possibilitou vivenciar. Embora tivesse entendido racionalmente desde o começo, a importância deste tipo de iniciativas, quiçá até porque já tive a oportunidade de co-criar e vivenciar uma horta urbana, no terraço da faculdade na qual estudei minha graduação, durante os anos de 2011 e 2012. Foi só aqui sentada em frente ao computador, lutando para organizar minhas ideias e as informações para construir uma escrita compreensível, que dimensionei a intensidade da força comunitária que compõe as experiências neste lugar.

A inquietação que orientou este processo de pesquisa foi compreender o que fazia ser possível, que um espaço coletivo e gerenciado de forma autônoma, resistisse aos diversos embates que o atual modelo de sociedade coloca a este tipo de iniciativas. Modelo esse, sustentado numa lógica que prioriza o *valor de troca* sobre o *valor de uso* dos territórios. Em relação com a concepção do valor da terra, o caso da agricultura urbana de base comunitária, desafia a redução da função da terra a um valor econômico. Ao diversificar as possibilidades de uso fora da lógica de acumulação e distribuição desigual dos recursos econômicos. Assim, a construção comunitária destes espaços expressa-se em diversas questões, que perpassam a escala mais individual e subjetiva do autocuidado e autonomia no cuidado da saúde; a escala coletiva, com a produção de conhecimentos a partir da experiência e ações coletivas e no fortalecimento dos vínculos afetivos; e na escala da cidade, com a construção de um espaço pedagógico no qual se produzem e reproduzem práticas para construirmos como seres e sociedades autônomas, e também, para desenvolver capacidades e habilidades que são precisas para garantir a sustentabilidade da vida.

Como foi mostrado até aqui, a trajetória da Horta está composta por múltiplos atores, redes e ações coletivas que na sua diversidade, sagacidade e flexibilidade, tem feito possível contornar os embates que desafiam sua continuidade e permanência no território. Como foi apresentado no primeiro capítulo, a agricultura urbana tem se configurado a partir de diversas motivações, em função dos contextos específicos nos quais tem emergido. Envolvendo

funções de suporte em relação à segurança alimentar em tempo de crises e alternativa de renda às populações pobres. Mas também, adquirindo sentidos que são conferidos, não tanto pela ação institucional, e sim, pelas ações coletivas em torno a interesses comuns. Este é o caso da Horta aqui apresentado, no qual na sua conformação convergiram atores e atoras diversos, mobilizados em torno a questões e preocupações comuns. Sendo que o comum, mais que um território, objeto o prática estagnada, se torna aqui um processo vivo que é feito no fazer coletivo e cotidiano. Justamente, essa condição faz que este tipo de práticas de agricultura urbana, consolidam-se como formas de planejamento popular das cidades. As quais, embora não sejam reconhecidas pelos instrumentos de planejamento institucional de algumas cidades, dão sinais sobre outros modos possíveis de habitar nas cidades, que logo vao ter que ser integrados em vista à sostenibilidade e qualidade da vida no futuro próximo.

Hoje fala-se de mudança climática como se fosse um fenômeno que escapa das possibilidades e capacidades individuais, ao ser concebido como uma responsabilidade das grandes indústrias e das decisões de líderes políticos dos países desenvolvidos. Mas os efeitos deste fenômeno têm começado a atingir diversas populações, especialmente as mais pobres, conduzindo-nos a pensar com urgência em estratégias e medidas para evitar impactos.

Frente a este contexto, organizações internacionais, como a ONU, tem incentivado a agricultura urbana como uma medida que aporta benefícios sociais e ambientais, na construção de sociedades adaptadas às novas condições e cenários resultantes do fenômeno das mudanças climáticas. Um caso concreto deste vínculo entre mudança climática e agricultura urbana, articulado ao contexto de Porto Alegre, foi a assinatura do Pacto de Milão. Neste, estabelecem-se diversas ações que contribuam para a construção de sistemas alimentares mais eficientes e sustentáveis. Dentro das ações se estabelece que a agricultura urbana tem que ser incluída nos planos de resiliência do município. No entanto, quando fiz a revisão do estudo que fundamentou o documento intitulado “Desafio Porto Alegre Resiliente”. Não encontrei o reconhecimento da experiência da Horta Comunitária, como uma experiência a ser considerada neste estudo sobre a situação do nível de resiliência de Porto Alegre, frente a eventuais fenômenos ambientais derivados da mudança climática. Isso reflete, mais uma vez, o escaso reconhecimento do potencial das iniciativas de agricultura comunitária, na contrução de cidades sustentáveis.

Os aprendizados que são construídos e compartilhados na horta, oferecem uma ampla diversidade de ferramentas e capacidades de resiliência e adaptação às mudanças climáticas. Além destes benefícios na esfera social, também oferece benefícios no que concerne à conservação da biodiversidade e construção de ecossistemas resilientes.

Segundo a professora Ingrid Barros, este espaço permite experimentar quais espécies alimentícias resistem às condições hostis e mudanças extremas das condições climáticas no contexto urbano. Consolidando-se assim, como espécies que contribuem na construção de sistemas alimentares adaptados às mudanças climáticas, nos quais sejam integradas, tanto as produções urbanas como as rurais.

No entanto, ainda não existem muitas pesquisas nesta direção. Seria interessante, para futuras pesquisas, aprofundar nos efeitos da mudança climática na agricultura urbana, e no sentido inverso, nos possíveis aportes que esta atividade faz na redução de emissões de efeito estufa, drenagem de águas em terrenos com risco de alagamento, diversificação das fontes alimentares, entre outros.

Em relação com as possibilidades de futuras pesquisas, outro estudo que precisaria ser realizado é a caracterização socioambiental das diversas iniciativas de agricultura urbana que estão acontecendo atualmente em Porto Alegre. O que aportaria na compreensão das especificidades que precisam ser atendidas pelos programas de agricultura urbana. Isto, tendo em conta o contexto que está por vir de articulações da política de agricultura urbana, com os orçamentos das diferentes secretarias e com a discussão do novo Plano Diretor da cidade de Porto Alegre.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. A cidade com-fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 2, p. 25-54, nov. 2007. Disponível em: [rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/download/181/165](http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/download/181/165). Acesso em: 10 abr. 2019
- ABRAMOVAY, R.; CAMARANO, A. A. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Brasília**. 1998. Pp. 46-65. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/21-encontro-anual-da-anpocs/st-3/st01-2/5208-anacamamarano-exodo-rural/file>. Acesso em: 13 maio 2019.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia - A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.
- ARAÚJO, T. Pensando o futuro das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília, IICA, 2010. p. 197-217. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 12)
- ARRAES, N. A. M.; CARVALHO, Y. M. C. Agricultura urbana e agricultura familiar: Interfaces conceituais e práticas. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 45, n. 6, nov./dez. 2015.
- ARRUDA, J. **Agricultura urbana e periurbana em Campinas: análise do Programa de Hortas Comunitárias como subsídio para políticas públicas**. 2006. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- ASSIS, R. L. de; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e Agricultura Orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 6, p. 67-80, 2002.
- ATTIANI, C. A agricultura urbana. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 12., 2011, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Simpurb, 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/67166724-A-agricultura-urbana-1.html>. Acesso em: 6 dez. 2018.
- BALBO, M. Ciudad y alimentación: alimentarse en la ciudad. BALBO, M.; JORDÁN, R.; SIMIONI, D. **La Ciudad Inclusiva**. Santiago de Chile: Naciones Unidas–Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) e Cooperazione Italiana, 2003. p. 259-277. (Cuadernos de la CEPAL 88). Disponível em: [http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/agrupadores\\_xml/ages26.xml&xsl=/agrupadores\\_xml/agrupa\\_listado.xsl&base=/tpl-p/top-bottom.xslt](http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/agrupadores_xml/ages26.xml&xsl=/agrupadores_xml/agrupa_listado.xsl&base=/tpl-p/top-bottom.xslt). Acesso em: 6 dez. de 2018.
- BURG, F. **Histórico**: Horta Comunitária Lomba do Pinheiro. Porto Alegre, 24 de abril de 2018. Relatório de trabalho.
- CAMPOS, P.; SILVEIRA, N. **Orçamento Participativo de Porto Alegre 25 Anos**. Porto Alegre: Editorial da Cidade, 2015.

CANDIOTTO, L. Z. P. Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura. **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, São Paulo, p. 1-16, 2009.

CANTOR M. K. M. **Agricultura urbana: sustentabilidade y medios de vida: experiencias en Ciudad Bolívar, Altos de Cazucá y Ciudadela Sucre**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Pontificia Universidad Javeriana. Bogota, Colombia. 2009

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia como matriz disciplinar para um novo paradigma de desenvolvimento rural**. 2004. Disponível em: [http://www.agroecologiaemrede.org.br/upload/arquivos/P399\\_2005-11-10\\_133719\\_016.pdf](http://www.agroecologiaemrede.org.br/upload/arquivos/P399_2005-11-10_133719_016.pdf). Acesso em: 15 jan. 2018

CARIDAD CRUZ, M. **Agricultura urbana en América Latina y el Caribe: Casos concretos desde la mirada del buen vivir**. Nueva Sociedad. 2016

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro, Contracapa, 1998.

CASTRO COMA, M.; MARTÍ COSTA, M. **Comunes urbanos: de la gestión colectiva al derecho a la ciudad**. EURE, 42, 125:131-153. 2016

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes: 2011

CHARÃO-MARQUES, F. *et al.* As mulheres e as plantas medicinais: reflexões sobre o papel do cuidado e suas implicações. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 18, n. 1, p. 155-181, 2015.

CONSEA. III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Fortaleza: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional da Presidência da República e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2007. 89 p. Relatório final.

COBOS J. Y. *et al.* Quando a UFRGS vai a Tinga. Ponencia. In: ENCONTRO INTERNACIONAL AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO NUMA SOCIEDADE URBANIZADA, 3., 2018, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2018

SOLUÇÃO definitiva para a falta de água na Lomba do Pinheiro depende de nova estação de tratamento. **Correio do Povo**, 30 de janeiro de 2019. Porto Alegre. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/solu%C3%A7%C3%A3o-definitiva-para-a-falta-de-%C3%A1gua-na-lomba-do-pinheiro-depender-de-nova-esta%C3%A7%C3%A3o-de-tratamento-1.278238>. Acesso em: 7 maio 2019

COUTINHO, M. N. **Agricultura urbana: práticas populares e sua inserção em políticas públicas**. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Minas Gerais, 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MPBB-87YHD5>. Acesso em: 10 dez. 2017.

COUTINHO, M. N.; COSTA, H. S. de M. **Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade**. Geografias, Belo Horizonte/MG, v.13, p.

81-97, 2011.

COSTA, R. T. **Caracterização Hidrogeológica** aplicada ao uso e ocupação do solo da Lomba do Pinheiro, Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Programa de Pós- Graduação em Geociências, Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

DUBBELING, M. A agricultura urbana como estratégia de redução de riscos e desastres diante da mudança climática. *Revista de Agricultura Urbana*, n. 27, p. 2-12, mar 2014.

ESCOBAR, A. **Territorios de diferencia: lugar, movimientos, vida, redes**. Chapel Hill: Departamento de Antropología Universidad de Carolina del Norte, 2008.

EZQUERRA, D. **La tesis de la producción del espacio en Henri Lefebvre y sus críticos: un enfoque a tomar en consideración**. *QUID 16*, Buenos Aires, v. 3, 119-135. 2013

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA - FAO. **Agricultura “climáticamente inteligente”**. Políticas, prácticas y financiación para la seguridad alimentaria, adaptación y mitigación. 2010.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA - FAO. **Ciudades más verdes em America Latina y El Caribe: Un informe de la FAO sobre la agricultura urbana y periurbana en la región**. Roma, 2014. Disponível em: [www.fao.org/ag/agp/greenercities/es/CMVALC/downloads.html](http://www.fao.org/ag/agp/greenercities/es/CMVALC/downloads.html). Acesso em: 10 dez. 2018

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA - FAO. Agricultura urbana e periurbana na América Latina e no Caribe: uma realidade. **Boletim FAO**, RUAFA. 2010. Disponível em: [http://agriculturaurbana.org.br/sitio/textos/FUM%20IPES\\_FAO.pdf](http://agriculturaurbana.org.br/sitio/textos/FUM%20IPES_FAO.pdf). Acesso em: 10 dez. 2018

FERNÁNDEZ, B. Famílias da Lomba do Pinheiro iniciam horta comunitária. **FASC/PMPA**, 2 abr. 2015. Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p\\_noticia=176772&FAMILIAS+DA+L+OMBA+DO+PINHEIRO+INICIAM+HORTA+COMUNITARIA](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_noticia=176772&FAMILIAS+DA+L+OMBA+DO+PINHEIRO+INICIAM+HORTA+COMUNITARIA). Acesso em: 10 dez. 2018.

FERNANDES, B.M. **Agronegócio e reforma agrária**. Nera, 2004. Disponível em: [www4.fct.unesp.br/grupos/nera/publicacoes/](http://www4.fct.unesp.br/grupos/nera/publicacoes/). Acesso em: 25 jun. 2019.

FLEURY, A.; BA, A. Multifunctionality and Sustainability of Urban Agriculture Multiple Functions of Urban Agriculture. **Urban Agriculture Magazine**, Leusden, n. 15, p. 4-6, dez. 2005.

FONTOURA, A. E. S. **Participação, territorialização e identidade na periferia de Porto Alegre: estudo de caso comparativo no bairro Lomba do Pinheiro**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005

FREIRE, E. D. *et al.* **Lomba do Pinheiro**. Porto Alegre: Unidade Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, 2000 (Memória dos Bairros).

GODOY, M. G. *et al.* **Horta Comunitária da Escola Porto Alegre (EPA)**. [2016].

Disponível em:

[https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/167089/Resumo\\_32103.pdf?sequence=1](https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/167089/Resumo_32103.pdf?sequence=1). Acesso em: 10 dez. 2018.

GONZÁLEZ NOVO, M.; MURPHY, C. Agricultura urbana en la ciudad de la Habana: una respuesta popular a la crisis. **IDRC**. 2000

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: o direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014

HAYDEN-SMITH, R. **The Victory Grower**. 2008. Disponível em:

[http://ucanr.edu/sites/thevictorygrower/Historical\\_Models/Womans\\_Land\\_Army\\_of\\_America,ca\\_WWI/](http://ucanr.edu/sites/thevictorygrower/Historical_Models/Womans_Land_Army_of_America,ca_WWI/). Acesso em: 20 jan. 2019.

CONTE, V. Horta urbana estimula cultivo de plantas em unidade de saúde. **Prefeitura de Porto Alegre**, 8 dez. 2017. Disponível em:

[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sms/default.php?p\\_noticia=999194085&HORTA+URBANA+ESTIMULA+CULTIVO+DE+PLANTAS+EM+UNIDADE+DE+SAUDE](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sms/default.php?p_noticia=999194085&HORTA+URBANA+ESTIMULA+CULTIVO+DE+PLANTAS+EM+UNIDADE+DE+SAUDE). Acesso em: 18 dez. 2018.

HORTICULTORES de Sete Lagoas, região central, fazem entrega em domicílio e ganham espaço no mercado. Belo Horizonte: EMATER – MG, 2017. Disponível em:

[http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=novosite\\_pagina\\_interna&id=20232](http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=novosite_pagina_interna&id=20232). Acesso em: 6 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. Censos demográficos. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 20 de jun. 2019

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Relatório brasileiro para A Habitat III**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://uploads.habitat3.org/hb3/National-Report-LAC-Brazil-Portuguese.pdf>. Acesso em: 10 de maio 2019.

JACOBI, P. R. Exclusão urbana e lutas pelo direito à moradia. **Espaço e Debates**, São Paulo, ano 2, n. 7, p. 53-70, 1982.

JARDIM, M. L.; BARCELLOS, T. M. Migrações no Rio Grande do Sul. **Informe Gepec**, Toledo, v. 15, número especial, p. 326-341, 2011.

LA SOBERANÍA alimentaria y la interfaz entre el campo y la ciudad. **Boletim Nyéléni**, n.35, dic. 2018. Disponível em:

[https://nyeleni.org/DOWNLOADS/newsletters/Nyeleni\\_Newsletter\\_Num\\_35\\_ES.pdf](https://nyeleni.org/DOWNLOADS/newsletters/Nyeleni_Newsletter_Num_35_ES.pdf). Acesso em: 15 abr. 2018.

LOVO, I. C. **Agricultura urbana: um elo entre o ambiente e a cidadania**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: [https://www.academia.edu/8563926/Agricultura\\_urbana\\_e\\_cidadania](https://www.academia.edu/8563926/Agricultura_urbana_e_cidadania). Acesso em: 20 jan. 2019.

MAGNI, C. T. **Caracterização antropológica da Lomba do Pinheiro**. Porto Alegre:

Secretaria de Planejamento Municipal, 1996

MARKO, K. Utopia e Luta inaugura primeira horta hidropônica em terraço urbano. Comitê Popular Copa POA 2014. 2011. Disponível em: <http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com/2011/06/utopia-e-luta-inaugura-primeira-horta.html>. Acesso em 18 dez. 2019

MELO, L. Ritmo de liberação de agrotóxicos em 2019 é o maior já registrado. **G1**, 26 maio 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/05/26/ritmo-de-liberacao-de-agrotoxicos-em-2019-e-o-maior-ja-registrado.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2019

MELUCCI, A. **A invenção do presente**. Movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MÉNDEZ, M.; RAMÍREZ, L.; ALZATE, A. La práctica de la agricultura urbana como expresión de emergencia de nuevas ruralidades: reflexiones en torno a la evidencia empírica. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, n. 55, p. 51-70, 2005.

MINCARONE, M. M. **Espaços Coletivos para a Bacia do Arroio Taquara**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018. Disponível em: [https://issuu.com/marianamocellinmincarone/docs/tcc\\_pesquisa-compressed](https://issuu.com/marianamocellinmincarone/docs/tcc_pesquisa-compressed). Acesso em: 10 mai. 2019.

MORÁN, N. Historia de los huertos urbanos. De los huertos para pobres a los programas de agricultura urbana ecológica. *In*: CONGRESO ESTATAL DE AGRICULTURA ECOLÓGICA URBANA Y PERIURBANA, 1., 2011, Elche. **Anais** [...]. Elche: SEAE. 2011a.

MOREIRA, C. Trajetória contemporânea da agricultura urbana. *In*: HISSA, C. E. V. (org). **Saberes Ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

MOUGEOT, L. J. A. **Cultivando mejores ciudades: agricultura urbana para el desarrollo sostenible**. Ottawa: IDRC. 2006. 109 p. Disponível em: <https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/handle/10625/34227>. Acesso em: dez. 2018.

MUTZEMBERG, R. Conhecimento sobre ação coletiva e movimentos sociais: pontos para uma análise dos protestos sociais em África. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 2, maio/ago. 2015. DOI: 10.1590/S0102-699220150002000008. Acesso em: 10 maio 2019.

NAGIB, G. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18082016-124530/>. Acesso em: 5 mai. 2019

RICKLI, N. J. A perspectiva da Ecologia Política Urbana no planejamento Metropolitano De Curitiba: Protegendo as águas e criando desigualdades. 2012. Dissertação (Mestrado Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,

2012.

PACTO de Milão sobre Política de Alimentação Urbana. 15 de Outubro de 2015. Disponível em: [http://www.milanurbanfoodpolicypact.org/wp-content/uploads/2018/01/Milan-Urban-Food-Policy-Pact-and-Framework-for-Action\\_PORT.pdf](http://www.milanurbanfoodpolicypact.org/wp-content/uploads/2018/01/Milan-Urban-Food-Policy-Pact-and-Framework-for-Action_PORT.pdf). Acesso em: 15 abr. 2018

PARRA, V. [Compositora e intérprete] **Volver a los 17**. Chile: 1966.

PORTO, L. C. P. **Redes, idéias e ação pública na agricultura urbana**: São Paulo, Montreal e Toronto. (Tese de doutorado em Administração Pública e Governo)-Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. São Paulo. Brasil. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18224>. Acesso em: 15 dez. 2017.

PLANO Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica. 2016-2019. **SDR/RS** Disponível em: [https://issuu.com/imprensasdr/docs/pleapo\\_web](https://issuu.com/imprensasdr/docs/pleapo_web). Acesso em: 17 abr. 2019

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. **Programa Lomba do Futuro**. Porto Alegre, 2013.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre**. Porto Alegre, 2018.

RESENDE, S. **Entre o rural e o urbano**: a agricultura urbana em Uberlândia (MG). 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Brasil. 2004.

RODRIGUEZ DUEÑAS, A.; PROAÑO RIVERA, IL. Quito Siembra: Agricultura Urbana. Agencia de Promoción Económica **ConQuito**, 2016. Disponível em: [http://www.conquito.org.ec/wp-content/uploads/2016/11/QUITO\\_SIEMBRA\\_AGRICULTURA\\_URBANA\\_CONQUITO.pdf](http://www.conquito.org.ec/wp-content/uploads/2016/11/QUITO_SIEMBRA_AGRICULTURA_URBANA_CONQUITO.pdf). Acesso em: 10 jan. 2019

ROSA, A. **Lomba do Pinheiro – Porto Alegre/RS**: Mm bairro em transformação. Um olhar espacial ao período de 1960 a 2013. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SOLUÇÃO definitiva para a falta de água na Lomba do Pinheiro depende de nova estação de tratamento. **Correio do Povo**. 30 de Junho de 2019. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/solu%C3%A7%C3%A3o-definitiva-para-a-falta-de-%C3%A1gua-na-lomba-do-pinheiro-depende-de-nova-esta%C3%A7%C3%A3o-de-tratamento-1.278238>. Acesso em 20 jun.. 2019

SANTOS, M. S. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2004.

SMITH, N. **The New Urban Frontier**: Gentrification and the Revanchist City. New York: Routledge, 1996.

STAKE, R. The case study method in social inquiry. *In*: Norman, K.; Lincoln, S. (ed.) **The American tradition in qualitative research**. California: Sage, 2000. V. 2. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/1174340>. Acesso em: 7 dez. 2018

SUBCOMISSÃO mista sobre segurança alimentar e nutricional Fome Zero. Relatório da **Subcomissão Mista sobre Segurança Alimentar e Nutricional** – Fome Zero. Porto Alegre, 2004.

SWYNGEDOUW, E. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-ciborgue”. In: ACSELRAD, H. (org.). **A duração das cidades**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 99-120.

TUBINO, N. **I Encontro Nacional de Agricultura Urbana: agroecologia e direito à cidade**. 15 de novembro de 2015. Articulação Nacional de Agroecologia. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2015/11/16/i-encontro-nacional-de-agricultura-urbana-agroecologia-e-direito-a-cidade/>. Acesso em: 5 mai. 2019.

UZZO, K.; JUNIOR, Ne. A trajetória Movimento Nacional pela Reforma Urbana. **DPH**. 2009. Disponível em: <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8583.html>. Acesso em: 10 abr. 2019.

VINHOLI, A. C. **Agricultura urbana: um estudo de caso em itajaí/SC**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade do Estado de Santa Catarina. 2011.

VINHOLI, A. C.; MARTINS, P. Agricultura urbana e êxodo rural. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 1, jan/jun, 2012, p. 66-79.

VISO, N.; CASADEVANTE, J. L. F.; MORAN, N. Cultivando relaciones sociales. Lo común y lo “comunitario” a través de la experiencia de dos huertos urbanos de Madrid. **Revista de Antropología Social**, v. 26, n. 2, p. 449-472, 2017.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida, reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares”. In: Delgado, G. C.; Bergamasco, S. M. P. P. (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. 2017. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

WEBER, J. R. Bairro Floresta ganha horta e composteira comunitárias. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 4 ago. 2016 Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2016/08/bairro-floresta-ganha-horta-e-composteira-comunitarias-7136274.html>. Acesso em: 18 dez. 2018

ZAAR, M. Agricultura urbana: algunas reflexiones sobre su origen e importancia actual. **Universidad de Barcelona**. 2011. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-944.htm>. Acesso em: 7 dez 2018.